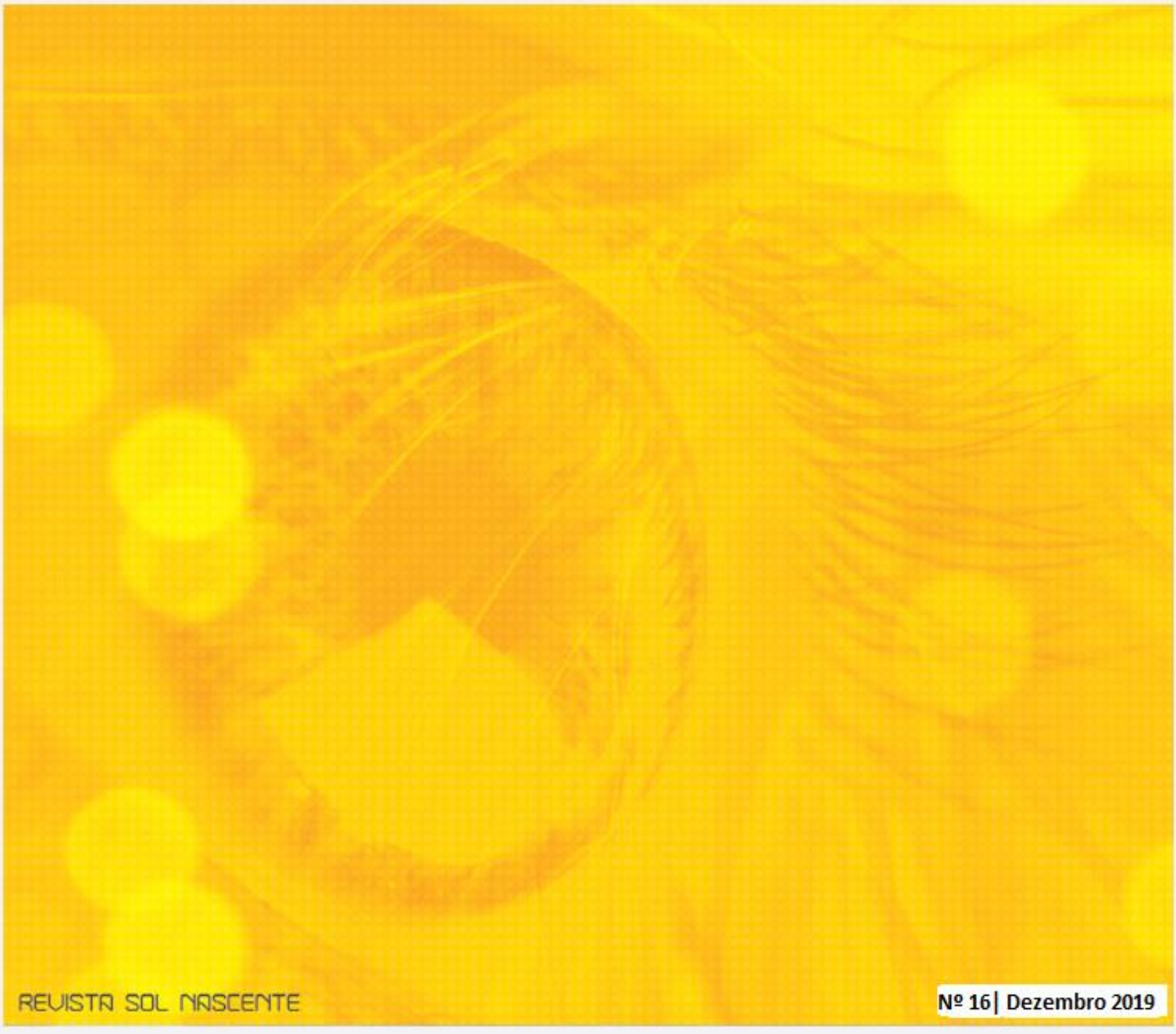
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE



REVISTA SOL NASCENTE

Nº 16| Dezembro 2019

Nº16 – DEZEMBRO 2019|ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

irene.moises@ispsn.org

fatima.sousa@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Director: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretária de Redação: Irene Inakulo Moisés (ISCED-ISPSN) Angola

Fátima Sousa Rodrigues (ISPSN) Angola

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Arranjos Técnicos: Herménia Capita (ISPSN) Angola

CONSELHO CIENTÍFICO

Adelino Sanjombe (ISPSN) Angola

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

António Gómez Ramos (UC3M) Espanha

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

David Boio (ISPSN) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Dulce Inakulo de Sousa (ISPSN) Angola

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Feliciana A. Salica Hossi (ISPSN) Angola

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha

Hugo Bento de Sousa (Médico) Portugal

Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola

Irene Inakulo Moisés (ISCED-ISPSN) Angola

Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal

José Pedro Serra (FLUL) Portugal

José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal

José Zeferino (ISPSN) Angola

Lucas Piedade Cassinda (ISPSN) Angola

Manuel Simão (UAN) Angola

Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola

Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal

Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal

Pedro Cassiano (ISPSN) Angola

Renata Karina Reis (USP) Brasil

Sérgio Sardi (PUCRS) Brasil

Simão Esperança (UJES) Angola

Tadeu Weber (PUCRS) Brasil

Tarcísio Memória Eculica (ISPSN) Angola

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola

António Miranda (Politólogo) Cabo Verde

Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile

Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai

Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha

Miguel Ángel Cortés Rodriguéz (Salamanca) Espanha

Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

EDITORIAL

É com muita alegria que estamos a apresentar mais um número da nossa Revista, o número 16. Queremos agradecer a toda a comunidade académico-científica do ISPSN pelo seu incansável envolvimento. Aos nossos amigos e parceiros nacionais e internacionais. Este ano o ISPSN realizou 27 actividades, entre elas, aulas magnas e simpósios, algumas delas puderam contar com figuras internacionais e nacionais: José Pedro Serra (FLUL), Sérgio Sardi (PUCRS), Olívia Carvalho (UPT), Maria Helena Camara Bastos (PUCRS), Elísio Macamo (UNI BASEL), Paulo Renato C. Jesus (FLUL) Bettina Steren dos Santos (PUCRS), Priscila Kohls dos Santos (UCB), Cláudio Delanoy (PUCRS), Pedro Cassiano Catchitole (ISPSN), Tuca Manuel (UKB), Alfredo Chimbinda (ISCED-HUAMBO), Francisca Martins (ISCED-HUAMBO), José Cláudio Zeferino (ISPSN), Lucas Piedade Cassinda (ISPSN), Adelino Sandjombe (ISPSN), Azevedo Cambuta (ISPSN), Júlio Neto (ISPSN), Venceslau Cacesse (ISPSN) Carlos Pacatolo (ISP JEAN PIAGET DE BENGUELA) e Celestino Piedade Chiquela do Gabinete Provincial da Educação entre outros.

Todo este grupo e não só contribui neste nosso espaço habitual onde o desejo de saber nos empurra sempre para duvidar do que já sabemos no sentido de tentar melhorá-lo, inová-lo e em último caso, estar arrependido com o que até agora tínhamos pensado saber, para poder construir um saber novo, porque isso permite-nos olhar para trás e perguntar sobre o nível e a qualidade da nossa investigação e do nosso ensino.

Como qualquer académico sério, temos noção de que não pode haver verdadeiramente um ensino de qualidade, sem uma aposta séria na investigação. De modo que, é não só o dever da instituição, mas sobretudo do docente, olhar para a investigação como a sua principal ferramenta para a sua boa profissionalização. Quanto maior for o nosso tempo na investigação, melhor será o nosso trabalho como docente, melhor será o nosso trabalho como escritores académico-científicos e melhor será o nosso impacto junto dos nossos pares. Por isso, pensamos que devemos investigar, não para impressionar alguém, mas para responder ao compromisso da profissionalização. O bom profissional não é aquele que tem êxitos, não é aquele que tem fama ou que se tornou rico graças à sua profissão, mas é aquele que com êxitos ou sem êxitos, com riqueza ou sem ela, compromete-se a trabalhar com

honestidade, com a dedicação e com o altruísmo para o bem da sua escolha profissional no sentido holístico.

Como sempre, o ISPSN trabalha na transversalidade da sua investigação, procurando assim, envolver os seus mais variados profissionais das diferentes áreas a ter contacto directo com profissionais com maior experiência. É por isso, que para além das aulas, são também organizados os congressos, as conferências e os simpósios entre outras actividades. Este ano o simpósio sobre "A Religião e Saúde Mental" foi a última actividade que realizamos debatendo precisamente a relação entre a religião e a espiritualidade.

Como se sabe, a religião e a espiritualidade, são tão antigas quanto a existência do homem e a ânsia de responder às perguntas que lhe atormentaram. Uma, a religião, apresenta-se "como um sistema de crenças" e outra, a espiritualidade, apresenta-se como a busca pessoal para encontrar respostas sobre as perguntas essenciais da vida. "A religião conduz-nos à adoração a volta dos deuses ou das deidades", mas a espiritualidade faz-nos colocar perguntas, por exemplo, "sobre o significado da vida", sobre a nossa relação com o "sagrado", com o outro ou ainda, com o "transcendente". A religião não exclui a espiritualidade, aliás, a religião com uma profundidade religiosa, sempre nasce da espiritualidade. Não pode haver uma religião religiosa que não nasça da espiritualidade. A espiritualidade por seu lado alimenta a profundidade da eticidade religiosa. É porque eu sou profundamente religioso que a minha eticidade vai influenciar nas práticas do estabelecimento do acto religioso. O sentimento de culpa por exemplo, antes de ser em relação a Deus, é em relação à minha ética, é em relação às perguntas que faço a mim mesmo, as respostas que dou ao meu enredo e portanto, é em relação à minha espiritualidade e só depois será em relação à religião com a possibilidade de ligar-se a um Deus. Todo este processo conduz a uma possibilidade da cura. A cura através da palavra. A cura através das perguntas da autenticidade de si mesmo. É por ter falado muito bem comigo mesmo que vou poder falar bem com Deus. Como não há um espapo de engano entre eu e eu, então não poderá haver engano entre Deus e eu e se houver, este engano será proporcionado por Deus, mas não por mim. É por isso que eu posso ficar curado sem Deus na prática da minha espiritualidade. Deus é um mero assistente na minha espiritualidade, mas ele é participe na minha religiosidade e é por isso que é mais fácil ficar curado na espiritualidade do que na religiosidade. Na espiritualidade eu me encontro comigo mesmo, com as minhas fúrias, as minhas angústias e com os meus medos. Eu me encontro com tudo

aquilo que sou. Na religiosidade eu me encontro com Deus, mesmo quando o meu desejo é de não encontra-lo, de não ouvi-lo, de não segui-lo. Se eu disser que sou religioso praticante, então a minha prática não tem como não desembocar-se junto de Deus. Na cura religiosa, Deus é a alternativa. Mas, quer a religião quer a espiritualidade, existem para o bem do homem. Participam na aquisição do bem-estar do homem. Um homem profundamente religioso ou profundamente espiritual é um homem profundamente curado. Talvez por isso Durkheim nos diz que a religião enquanto espiritualidade é uma patologia necessária, isto é, seria bom que cada um de nós se sentisse doente religiosamente, porque a religião permite a existência da comunidade, permite a aproximação, portanto, permite uma cura colectiva.

Vamos continuar a contar com todos, para "continuar" a fazer do ISPSN, uma instituição de referência na docência e na investigação nesta zona planáltica do País.

Inácio Valentim

ÍNDICE

EDITORIAL 4

CONFERÊNCIAS

AS DIFERENTES FACES DAS TICS NA ERA PÓS MODERNA: RUPTURAS ÉTICAS À CONSTRUÇÃO DA AUTENTICIDADE 9

Celestino Piedade Chikela

INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA 23

Irene Jamba Inakulo Moisés

A ÉTICA NA ORTOPRÁXIS DO SERVIDOR PÚBLICO 31

Lourenço Flaviano Kambalo

CULTURA E EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DOS PROCESSOS DA VINCULAÇÃO SEGURA E DA PARENTALIDADE POSITIVA..... 39

Olívia de Carvalho, Marina Fuertes e Carina Santa-Bárbara

INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO CIDADÃO 50

José Cláudio Zeferino

ARTIGOS

ECONOMIA

ABORDAGEM SOBRE O IMPACTO DA ADOPÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NO NÍVEL OPERACIONAL DAS EMPRESAS: CASO POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AFECTOS À SONANGOL - EP NO MUNICÍPIO DO HUAMBO..... 57

Paulino Ricardo Cossengue

ANÁLISE DOS EFEITOS DOS CUSTOS FIXOS OPERACIONAIS, CUSTOS FINANCEIROS E EFEITOS FISCAIS, NO DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS..... 76

Juventina Suzana Gando Albino Fernandes

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES ENTRE ANGOLA E A NAMÍBIA (1990 – 2002). COMPROMISSOS PARA UMA INDEPENDÊNCIA... 93

Luís Manuel Brás Bernardino e Leonardo Tuyenikumwe Pedro

RECENSÃO

1492: O ENCOBRIMENTO DO OUTRO - A ORIGEM DO MITO DA MODERNIDADE 113

Armindo Armando

NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....121

CONFERÊNCIAS/CONFERENCES

AS DIFERENTES FACES DAS TICS NA ERA PÓS MODERNA: RUPTURAS ÉTICAS À CONSTRUÇÃO DA AUTENTICIDADE

Celestino Piedade Chikela[1]

Resumo

O tema que se perfila discutir é deveras actual, actuante, interessante e com uma premente necessidade de ser abordado desde o ambiente universitário angolano, pois, trata-se de revelar as vantagens que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresentam ao homem contemporâneo, sem no entanto deixar de elucidar as quezílias apoquentadoras que empolga, resultando, desde esta óptica, no quesito diferentes faces que as mesmas ostentam na pós modernidade, assim como as rupturas éticas daí resultantes, exigindo, ***ipso facto***, uma releitura crítica para a construção da verdadeira autenticidade, atendendo que no mundo contemporâneo e, sob a capa ofusca das TICs, as pessoas banham nas águas turvas da falsidade, a verdade é relativa, a honestidade mede-se pela esperteza e o bem depende das circunstâncias. Daí resulta a questão de partida: como construir a autenticidade no contexto das faces ocultas das TICs? O objectivo a que se circunscreve a presente reflexão prima em descrever as diferentes faces das TICs na era pós - moderna e, para sua concreção foram aplicados métodos silogísticos como o Conceptualização, Problematização e Argumentação (CPA). O estudo propõe uma ética da autenticidade baseada em disciplinar o egocentrismo e desenvolver o altruísmo.

Palavras-chave: Faces, TICs, era pós-moderna, rupturas éticas e autenticidade.

Abstract

The theme that we intend to address is really current, active, interesting and with a pressing need to be addressed from the Angolan university environment, because it is about revealing

[1] Licenciado em Psicologia e Filosofia; Pós graduado em Ética e Deontologia da Educação; Filosofia da Educação e Metodologia de Investigação Científica pela Universidade de Ciências Pedagógicas Enrique José Varona – Havana/Cuba e Doutorado em Ciências Pedagógicas pela mesma Universidade, na Especialidade de Filosofia e História da Educação. Docente da Escola Superior Pedagógica do Bié na Categoria de Professor Auxiliar. E-mail- piedadechiquela@gmail.com

the advantages that ICTs present to contemporary man, but without failing to elucidate the rejuvenating chezilies it thrills, from this point of view the different faces they bear in postmodernity, as well as the resulting ethical disruptions, ipso facto requiring a critical rereading for the construction of true authenticity, given that contemporary world, and under the soft cover of ICT people bathe in the murky waters of falsehood, truth is relative, honesty is measured by cleverness, and good depends on circumstances. This gives rise to the starting question: how to build authenticity in the context of the hidden faces of Information and Communication Technology (ICTs)? The purpose of the present reflection is to describe the different faces of ICTs in the post modern era and, for its realization, syllogistic methods such as CPA (conceptualization, problematization and argumentation) were applied. The study proposes an ethics of authenticity based on disciplining egocentrism and developing altruism.
Keywords: Faces, ICTs, postmodern era, ruptures

Prestimoso Professor Catedrático Inácio Valentim; Digno Director Geral do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, A Escola do Huambo;
Egrégios Directores Adjuntos para Área Pedagógica e Científica;
Estimados Professores desta casa do saber;
Amáveis Convidados;
Digníssimos estudantes que coloris este átrio científico;
Minhas senhoras e meus senhores.

É com grande euforia e sentimento de tamanha satisfação e incontível júbilo que tomo a palavra para balbuciar neste magno evento científico, sobre as **DIFERENTES FACES DAS TICS NA ERA PÓS MODERNA: RUPTURAS ÉTICAS À CONSTRUÇÃO DA AUTENTICIDADE**. Mas antes, quero reflectir convosco sobre alguns princípios das lições **Chikelianas** como: o princípio do silêncio para o reencontro pessoal e social, da oração para sabermos olhar um pouco para o alto, da saudação para sermos mais humanos e do agradecimento que nos faz homens grandes.

INTRODUÇÃO

"Sicut aurora scientia lucet" (A ciência brilha como a aurora).

Começo com esta passagem latina que simboliza a beleza da sapiência que exala e expande a ciência advinda da sede da busca do saber racional das origens, que não se contenta com o

conhecimento, mas sim, se enamora pelo saber, pois que à luz do catedrático Inácio Valentim, na sua obra Contra a Pedagogia expressou "o saber enobrece-nos e o conhecimento empobrece-nos porque torna-nos divinos mortais sem possibilidade de ressurreição. O saber humaniza-nos mas o conhecimento artificializa-nos; o saber torna-nos temerosos do advir, do além e do eternamente incerto, mas o conhecimento banaliza tudo que é essencialmente ontológico; o saber é paciente é benigno e é caridoso, mas o conhecimento é apressado e é violento com quem não sabe" (Valentim, 2019, p.14)

O texto anteriormente expresso, inspira a dicotomia entre o saber e o conhecimento, que ao mesmo tempo inspira a dicotomia produzida entre as benesses que as TICS oferecem na mesa do saber hodierna e as misérias que concomitantemente acarreta consigo no tempo que se chama hoje, na era pós-moderna que podemos caracterizar como a era das incertezas (Handy, 1996), a era da enfermidade da razão (Horkheimer), a era da morte do eu e da coisificação do outro, a era das relações humanas descartáveis, pois se valoriza mais a relação robótica dos lobos que teclam clamando comamo-nos uns aos outros, a era do egocentrismo exacerbado e doentio, a era da banalização da privacidade, a era do "é proibido proibir", a era da consciência inconsciente, a era da falsidade pois a autenticidade é "frauda descartável" no mercado da corrupção dos valores, a era das controvérsias, a era do funeral do ***sacro***, a era da inteligência artificial, a era da morte súbita da solidariedade/caridade pois está relegada à sacristia no mercado da competitividade digital e a era das águas turvas dos valores humanos fundamentais.

É em virtude destas eras, eivadas de poeiras sociais que inspiram, expiram e respiram caducidade que quero reflectir, **hic et nunc**, isto é, aqui e agora convosco, sobre **AS DIFERENTES FACES DAS TICS NA ERA PÓS-MODERNA: RUPTURAS ÉTICAS À CONSTRUÇÃO DA AUTENTICIDADE.**

DESENVOLVIMENTO

A UNESCO (1996) enfatiza que as TICs, apesar de criarem enormes expectativas nas sociedades actuais, fizeram do mundo um lugar "multirrisco", em virtude das barbaridades que têm produzido e, que em abono da verdade, têm criado certa ruptura com os padrões da boa convivência social. Produziram a banalização da vida e a corrupção do homem.

Por isso, excelências permitam-me partilhar convosco uma estória ligada aos jovens do século XXI e as TICs.

Certo dia os jovens de uma cidade chamada “ninguém” reuniram-se sob presidência do jovem «Ondiango». - Na reunião o presidente da mesma elucidou o seguinte: «caros jovens e amigos, os mais velhos andam a atrapalhar a nossa vida; para eles tudo que fazemos está errado. Eles andam ultrapassados no tempo e no espaço, portanto, vamos ultrapassá-los de uma vez por todas. O jovem Tchissola retorquiu: - «Como assim?» - O Ondiango respondeu, “vamos matá-los todos” e continuou. “Já temos energia, água, ciência, tecnologia, internet, redes sociais, meios de transporte, televisão, satélites, robôs inteligentes, telefones digitais, e tudo para sermos felizes sem necessitar dos mais velhos». - Todos clamaram em uníssono «viva»! - «Boa ideia». - Então ele orientou que cada um pegasse uma moca a fim de matar todos os mais velhos da sua casa, «enterre-os, pois pertencem ao passado e à tradição e tragam somente as roupas ensanguentadas como símbolo». - Havia um jovem chamado Ekulihiso que chegando em casa pensou consigo «não matarei os meus mais velhos pois são a minha enciclopédia viva». - Por isso, foi guarda-los numa fazenda bem fechada com todas as condições necessárias para a sua sobrevivência. Chegando lá imolou alguns cabritos e ensanguentou as roupas dos seus progenitores que levou consigo para servir de símbolo. No dia combinado, todos apareceram com as roupas e então elegeram o presidente da cidade onde era “proibido proibir”. Marcaram uma grande festa, a festa da independência dos mais velhos caducos que foram ultrapassados. Chegado o dia da festa houve muita música, muita bebida alcoólica, muitas drogas ilícitas, meninas com “chuxuados”, meninos com boxers, danças, sexo livre pois ninguém priva ninguém na cidade. Mas de repente o ambiente ficou insonso, pois uma grande serpente fez-se à festa para proibir a algazarra. Atou o corpo inteiro do presidente astuto e robusto, colocando a cabeça em frente do rosto, tudo parou, o ambiente festivo ficou constrangedor, a felicidade ficou ofuscada por uma lagoa sem água… Todos estavam indignados, pois não sabiam o que fazer. Quando procuravam aproximar-se a serpente ameaçava engolir a cabeça do líder frívolo. O jovem Ekulihiso pensou consigo, vou à fazenda perguntar aos meus mais velhos o que fazer. Correu tanto, numa espécie de “velocidade furiosa” chegou até lá e disse: «papá e mamã temos um grave problema na cidade. O nosso líder está amarrado por uma serpente e está prestes a morrer. O que faço para libertá-lo?» - Os pais sorriram tanto e disseram unanimemente: «as crianças actuais não sabem mesmo nada. Isso é algo muito simples de resolver». - O rapaz ficou estupefacto. «O que farei então?» - A mãe disse-lhe, «filho, pegue um grilo e coloque-o numa cabaça. Quando estiveres próximo da serpente sacuda a cabeça e quando o grilo cricrilar automaticamente a serpente desapertará o vosso companheiro e fugirá». - O jovem fez como foi recomendado e chegando na cidade aplicou a técnica que resultou em pouco tempo. O jovem chefe ficou livre

do perigo. Todos questionaram: - «onde foste aprender isso?» - Ele respondeu,- «nas minhas enciclopédias vivas. Eu não fui homicida dos meus pais, pois sabia que "quem não ouve conselho não chega a velho" e mais " na boca do mais velho pode sair dente podre mas nunca palavras podres", "ninguém te ensina a burrice é porque você já era tolo. Então eu fui lá nos mais velhos buscar esta lição que as TICs não nos fornecem».

" Os mais velhos nunca passam de moda". Por isso, Cícero afirmou: " *a história é mestra da vida, quem ignora os erros do passado está condenado a repeti-los; quem desconhece as virtudes dos antigos não tem modelos a imitar*".

E mais, devemos ter em consideração que: ter ciência não é sinónimo de ser culto; diploma nem sempre é conhecimento; usar a Internet não é ter ciência, teclar não significa ser civilizado; saber é virtude e deve ser utilizada para o benefício colectivo.

Por isso, José Martí enfatizou "Ser culto es el único modo de ser libre" e Santo Agostinho de Hipona alertou " Conheça-te, aceita-te e supera-te".

Prezados convidados, a história que contamos elucida muito bem a realidade do nosso tema. Ante os múltiplos desafios do futuro, a ciência e a tecnologia, surgem como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, do progresso social, da liberdade e da justiça social. Não como um remédio milagroso, nem como um *abre-te sésamo* de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as opressões, as guerras, segundo Hottois (1991), constituem um grito de grande esperança da humanidade, mas que também podem transformar-se em uma desilusão sem a perspectiva ética, como diria Rabbellais (1992): "Ciência sem consciência não é mais do que senão ruina da alma".

Globalização, Modernidade, pós modernidade e utilitarismo

Vivemos numa época em mudança e numa mudança de época, fruto do desenvolvimento contínuo e galopante que assistimos hodiernamente em todos os domínios da vida social, graças aos avanços tecnológicos apadrinhados pela globalização, que faz do mundo uma pequena aldeia global, que nos dá a possibilidade de termos o mundo nas mãos sem, no entanto, sairmos de dentro da nossa casa. Porém, devemos prestar atenção de que a sociedade globalizante tem um risco de uma cultura relativizadora dos valores. É válido o que for útil. Sem pôr em sombra, nem tão pouco ignorar a cultura da globalização, precisamos de nos precaver das suas forças demolidoras da individualidade da pessoa enquanto razão que justifica e dignifica toda a sociedade. O carácter secularizante da globalização aparece com o projecto do humanismo renascimental (Nicoló Macchiavelli), e iluminismo progressista dos

enciclopedistas (François Marie Arouet Voltaire) e como compêndio destes aparecem as profecias de Nietzsche, Marx e Freud, que relativizaram muito os valores absolutos e a mensagem destes passou a ser acolhida pelos utilitaristas como "**boa nova da pastoral do mundo**" que veio libertá-los da angústia da moral tradicional e religiosa e da civilização da humanidade. Disto não escaparam as sociedades cujas políticas são herança proveniente das culturas de países que adoptaram tais correntes e com as quais se estabeleceu forte amizade ideológica. Daí resultou um divórcio entre a política e a moral, entre a fé e a cultura, enfim uma cultura relativizada, porque os valores são relativos. A verdade é relativa em vez da verdade surgem as verdades; não se pode mais desmentir nem falsificar pela verificação, porque a falsificação é na realidade uma nova verificação. O erro nunca é actual enquanto vive é verdade e enquanto morre não existe mais como erro e é superado como **verdade mais**.

À luz de Russell (2005, p. 262), a modernidade caracterizou-se, antes de tudo, pela ruptura com a religiosidade e pela emergência do racionalismo. A partir do século XIV, o poder papal sofreu rápido declínio, uma vez que as pessoas começaram a ousar pensar em Deus à sua própria maneira. São claras as palavras de Condocert, "não é Deus que criou o homem, foi o homem quem criou Deus". Também Friedrich Nietzsche em *Assim falava Zaratrusta* afirmou "Deus está morto", acusou a decadência do cristianismo e, ao mesmo tempo, denunciou a substituição da "crença em Deus pela crença na razão". O autor em destaque prenunciou os primeiros abalos do racionalismo e a angústia que se abateria sobre os homens diante da insuficiência da ciência e da razão. (Nietzsche, 1999, p. 239). Mas o homem pode deixar de pensar em Deus, Deus nunca deixa de pensar no homem; aliás, o homem ao coisificar Deus e adorar a sua razão como ente supremo, pode desenvolver o mundo, manipulando a natureza, pode correr o risco de ser ele mesmo o manipulador manipulado. Daí que à luz de Rabelais (s.d) "Ciência sem consciência não é mais do que senão ruina da alma".

René Descartes (1596-1650) com o seu "cogito ergo sum"[2], é considerado o fundador da filosofia moderna, pois concebeu um sistema filosófico grandioso à maneira dos antigos filósofos gregos. Em *O Discurso do Método*, expôs os preceitos a serem seguidos para se fazer bom uso do equipamento racional: "nunca aceitar coisa alguma, salvo ideias claras e distintas". (Ibídem, p.314).

A modernidade foi e ainda é a idade do progresso, pois marcou o período de maior desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos. Guiados pela razão e

[2] Alocução latina que significa "Penso logo existo".

desapegados dos freios impostos pela religião, os seres humanos lançaram-se em busca de um futuro de plenas realizações. O racionalismo precipitou a sociedade humana definitivamente na Era da Modernidade, a qual se caracterizou pela busca do desenvolvimento, pelo individualismo, pelo utilitarismo e pelo positivismo em todos os campos da actividade humana: na indústria, nas artes, na filosofia, na ciência e na ética. (Dos Santos, R., 2011, p.20).

No plano, a Modernidade caracterizou-se pela valorização do indivíduo, isto é, pelo individualismo, em contraposição ao absolutismo estatal que domina o período anterior. Na Idade Moderna, o poder dos imperadores e do Papa entrou em crise, principalmente em razão do enriquecimento da burguesia, de modo que as monarquias absolutas logo se transformaram em monarquias constitucionais; os imperadores foram sujeitos a constituições que asseguravam algumas garantias e direitos individuais. (Ibidem, p.20). A modernidade é que deu azo à ciência aliada à técnica, fazendo nascer assim a tecnologia.

Ciência e tecnologia: aproximação conceptual

A ciência é o conjunto de conhecimentos válidos, rigorosos, precisos e experimentais dos fenómenos da natureza. Qualquer conhecimento racional elaborado a partir da observação do raciocínio ou da experiência. Seu objecto é de descobrir e enunciar as leis dos fenómenos naturais. (Durozoi e Roussel, 2003). A fé exagerada na ciência cria o cientismo- atitude dogmática que no prolongamento do movimento positivista do século XIX fazia da ciência um sistema fechado e absoluto, capaz de resolver todos os problemas colocados ao homem.

A tecnologia vem de **tékné** (arte, técnica), estudo dos procedimentos técnicos (utensílios materiais) na sua relação com o desenvolvimento de uma civilização. No sentido antigo o substantivo técnica designava o conjunto dos procedimentos de uma profissão ou uma arte, codificados e transmitidos, que permite um efeito considerado útil. Na Filosofia Moderna a técnica evoca antes um conjunto de procedimentos deduzidos de um conhecimento científico que permitem aplica-lo. Em Filosofia da Educação, a técnica é o modo de transformar o mundo através das habilidades e dos instrumentos. (Fullat, 2002).

A técnica é a maneira mais aperfeiçoada de fazer as coisas. A ciência baseia-se no método científico pelo qual chegamos a um conhecimento não dogmático sempre passível de novas pesquisas e reformulações. A técnica é a aplicação dos conhecimentos na prática. (ibidem).

Os estudos das Ciências e Tecnologias são definidos por Bazzo, Lisingen & Pereira (2003) como um campo de trabalho acadêmico cujo objecto de estudo são os aspectos sociais da ciência e da tecnologia. Surgiram no início dos anos 1970, com objectivo de compreender a dimensão social da Ciência e da Tecnologia (CT), seus antecedentes sociais bem como suas

consequências sociais e ambientais. Busca-se a caracterização social dos factores responsáveis pela mudança científica e propõe-se entender a ciência e tecnologia como processo/produto social em que elementos como valores, convicções, cultura, interesses pessoais e políticos e/ou pressões económicas são factores decisivos na consolidação de ideias científicas e na gênese dos artefactos.

A ciência e a técnica fazem do homem um semi deus, na auscultação e exploração dos fenómenos da natureza. Daí que clama o salmista "Quem é o homem para que dele vos lembreis?...fizestes dele quase um ser divino, de honra e glória o corastes". É com elas que o homem consegue artodoar a mãe augusta da natureza, a terra, para o seu próprio benefício. Vejamos as diversas explorações como a agricultura, pecuaria, caça, petróleo, diamante, mercúrio, ferro, abate de árvores etc, tudo começou com a racionalidade do homem enquanto *homo spaiens* que por ser "sapiens sapiens" (duas vezes sábio) artodava a natureza tornando-se "*homo faber*", que transforma a natureza mas ao fazê-lo, também prejudica o meio ambiente sendo "*homo bellicus*" ou "*brutalis*" sendo que desprovido da ética.

Daí exorta Jean Rostand (1992) "a ciência fez de nós deuses antes que merecéssemos ser homens"; Conhecer tudo está aí, a vida é feita para se saber e sem o conhecimento ela não valeria apenas ser vivida. Marcelin Berthetol atribuia à ciência e tecnologia a missão de organizar as sociedades humanas; Já Renan animava-se pela fé suprema na ciência e no progresso do saber racional, profetizando a época em que a ciência substituiria a filosofia e a religião. De notar que a ciência e a tecnologia nos criam muita água na boca, pois que constituem um *vade mecum* de todas as nossas realizaçãoes na actualidade. No entanto, é de notar que elas para lá de salvar a humanidade de seus males, podem criar na humanidade grandes males, uma vez desligada da ética e do seu verdadeiro papel de humanização. Tal é o advento do período da globalização. A sociedade globalizante tem um risco de uma cultura relativizadora dos valores. É válido o que for útil.

Isto explica-se porque à luz de Mondin, (1993, p.43), "A nossa cultura e a nossa sociedade, geraram um homem que cresce sempre de mais nas suas necessidades (na sua maior parte fictícios mas extremamente dispendiosos) mas não nas suas qualidades morais; crescem nas esferas do ter, do poder e do prazer, mas não naquela esfera da verdade e da virtude. E assim temos um homem opulento e de gozar a vida, e não um homem virtuoso e sábio. Temos muita gente instruída, mas pouca gente sã entre a instrução e formação, há um grande abismo. Nas escolas aprendem-se tantíssimas coisas: as pessoas tornam-se computadoras e robots, sempre mais perfeitos, mas não se aprende a ser homens. Os desvios mostraram como são tão raras as pessoas honestas. A pessoa honesta é aquela que sabe distinguir o bem do mal, a legitima

retribuição do furto, o justo lucro da burla, o direito do delito. Quando as estrelas dos valores absolutos são eclipsadas, a pessoa afoga-se nas trevas da caverna: a inteligência fica cega, a consciência esvazia-se e a honestidade torna-se uma palavra privada de significado''.

TICS: conceitos, vantagens e desvantagens

TICs, Tecnologias de Informação e Comunicação. Expressão utilizada pela primeira vez pelo britânico Dennis Stevenson em 1997. Designa o conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam um novo modo de comunicar na era digital e da Globalização. Ainda pode designar os meios tecnológicos usados para tratar a informação e auxiliar a comunicação: computadores, rede, hardware, celulares etc. Permitindo a inclusão digital na era das comunicações virtuais.

Características:

Agilidade, horizontalidade e capacidade de manipulação do conteúdo da comunicação e informação.

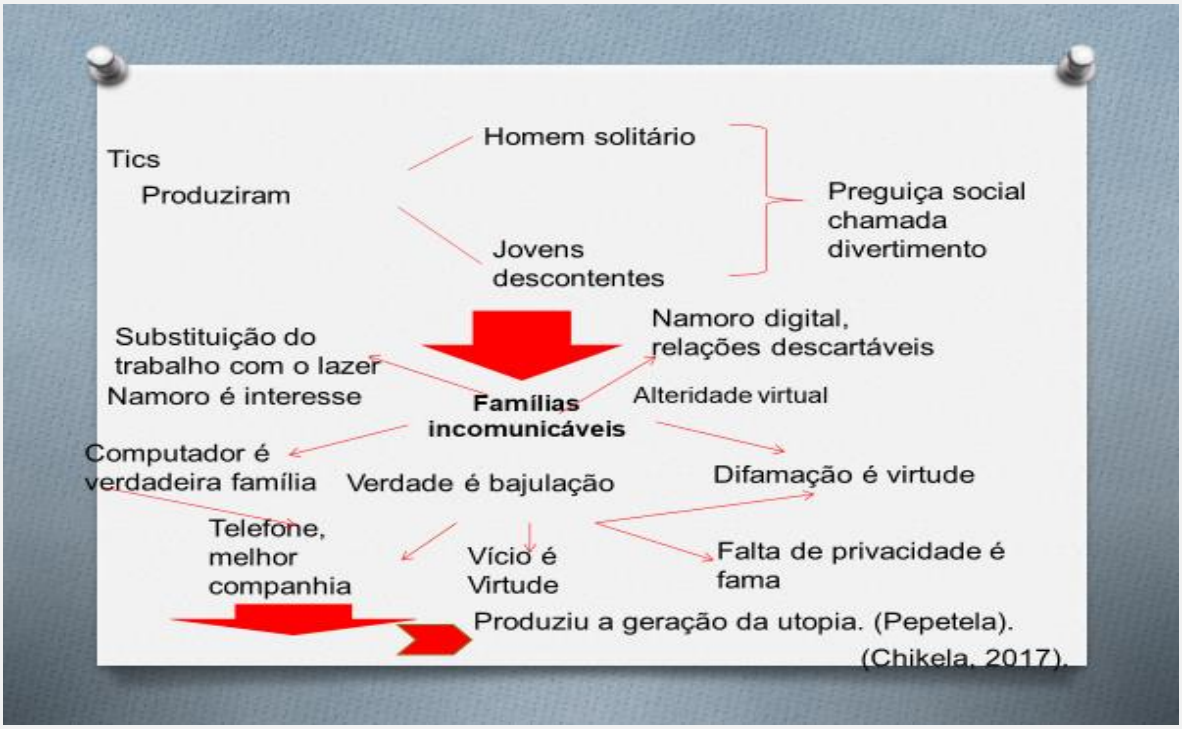
Vantagens: Permite a inclusão digital, isto é, base da sociedade da informação e do conhecimento, permite a fácil e rápida comunicação, encurtando as distâncias. **Cria oportunidade,** isto é, facilita o trabalho e a vida do homem em sociedade. Faz do mundo uma pequena aldeia global. Publicita os bens e serviços. Cria a internacionalização do conhecimento.

Desvantagens:

As Tics hoje se transformaram em uma aberração científica e cultural da nossa juventude, Cancro devastador dos nossos valores ético-morais. Água turva e miserável das nossas virtudes e tradições. A ignorância de utilizar as Tics com responsabilidade está provocando nos jovens a falta de consciência cidadã e patriótica. Também podem constituir a gravidez precoce dos males sociais da sociedade pós-moderna. Produz a falta de privacidade. Lugar de assédio sexual; Lugar de **DIFAMAÇÃO** das figuras públicas e de banalização das instituições estatais, desrespeito ao pudor, lugar de cometer ou planificar crimes e incentivar a juventude a comportamentos antissociais, contrários à harmonia social, fábrica do crime da burla. Inibe as relações sociais saudáveis: próximos *online* mas afectivamente distantes.

No contexto educativo, Valentim (2019), enfatiza que as redes sociais são uma mais-valia para todos, pois ajudam a confrontar a verdade do professor com a verdade das redes sociais, desde que, seja usada com o intuito de trazer a verdade para fora, partilhá-la e humaniza-la. (p.13). Mas o autor ainda apela que o problema é que a ausência de critério do justo, do honesto, do sensato, acaba por comprometer o espaço educativo das redes sociais, pois que

"virou em muitas circunstâncias, o espaço de desforra do ignorante, o espaço de opinião de quem só pode produzir opinião, isto é, o conhecimento que não é conhecimento, apenas *doxa*". (Ibidem, p.14).



Importa destacar aqui que no que diz respeito à solidão, Valentim (2019, p.14), refere-se a dois tipos de solidão: "a solidão sociológica e filosófica. A primeira remete-nos para o banal que somos, espaço da comunhão com a nossa esterilidade visível mas que preferencialmente é habitada pela moral negativa, a moral do silêncio ou pela moral que diz o contrário do que deve dizer, porque diz apenas para alegrar, para satisfazer. A segunda, a filosófica, remete-nos para o lugar do eu, o meu lugar, o espaço de mim comigo mesmo, este espaço que as redes sociais não chegam".

As diferentes faces da TICS no contexto das lições Chikelianas

Presente na publicação de Chikela feita no Jornal de Angola, no dia 8 de Setembro de 2017, sobre as cinco faces das TICs, lições para a juventude, exige-nos apresentar o seguinte:

A primeira face das TICs reside na desculpabilização permanente, criando a ideia de que os culpados são sempre os outros e nós somos sempre vítimas. Gasta-se muito tempo na internet, estuda-se pouco e quando se é reprovado, o professor é mau e culpado. Estamos a ser vítimas de um longo processo de desresponsabilização. Usamos as TICs para desabafar, caluniar e não para nos formar, informar e educar. A segunda face radica da ideia de que o sucesso não nasce do trabalho, nasce da esperteza. Por isso usamos as TICs para fabricar mentiras e

burlas. Quem burla é esperto, quem rouba é inteligente. Urge mudar o quadro. A terceira face das TICs gira em torno da falsa identidade, a pedagogia da forma: aparecermos sempre mais lindos, mais ricos, mais jovens, mais fortes que tendem a proclamar: "abaixo a pobreza". Alimentamos a mentira e a falsidade. Aproveitamo-nos das TICs para se ser mais: mais belo, mais rico, mais academicamente forte, mas sem sermos nós mesmos, criando uma ideia paradoxal de que mudar a imagem muda a realidade. Criamos o "Dans Man" homem anónimo segundo Heidegger ou o jovem com Síndrome de Pensamento Acelerado (SPA) à luz de Cury. Nutrem-se o preconceito e a vergonha de ser pobre e instalam-se arraiais no culto das aparências. Perde-se a autenticidade, pois a falsidade vale mais na beleza oculta das TICs. O estatuto do cidadão nasce dos sinais que o diferenciam dos mais pobres e a pressa em mostrar que não se é pobre é, em si mesma, um atestado de pobreza. (Conta-se a história de um pai que por usar perfis falsos, assim como a sua própria filha, chegaram de ter um namoro virtual e certo dia combinaram encontrar-se num hotel. O pai no quarto de boxer, a filha chegou bateu a porta para entrar e logo o pai abriu, deu conta que era sua própria filha, apanhou AVC e acabou por morrer no hospital. Cuidado com a falsidade nas redes sociais) Aí reside o pior erro das faces ocultas das TICs. A quarta face das TICs é a passividade e insensibilidade perante o drama do irmão que sofre ou que se acidenta mortalmente. Choramos perante um filme de drama e até fazemos links ou simplesmente comentários, mas perante o outro, o homem moderno perde a sensibilidade porque é simplesmente um homo faber (fazedor), ludens (lúdico) e loquens (falador). Até a morte do outro o torna divertido. A enfermeira ao invés de tratar os doentes, está no facebook. Chora quando morre a actriz, enquanto deixa morrer o irmão que está ao seu lado. É urgente nutrir de sentimentos humanos e humanizadores que edifiquem a sociedade e reconheça no outro, a pessoa na verdadeira perspectiva ontológica. A quinta face tem a ver com "mimetismo exacerbado". A ideia de que para sermos modernos temos de imitar os outros, é apanágio das gerações dos dias que correm. Criam-se relações virtuais de familiaridade e aos poucos acreditamos que temos laços e dançamos nos braços de 50 cent, JaRule ou Bernice Burgos. A televisão e a internet encurtam-nos distâncias e alimentam-nos as intermináveis fantasias, a droga dos tempos modernos. E a indústria cultural do ocidente diz-nos: "não comprem apenas, sejam como nós". Então imitar é virtude quando não se produz nada. Daí a preguiça científica e criacionista nos dias de hoje e, sobretudo no contexto universitário angolano.

Estas cinco faces contraditórias são autênticas máscaras da verdadeira autenticidade da pessoa, que já não fale por si, pois isso, o id, fala por ele. É apenas uma máscara teatral e jamais personalidade. Há sim uma verdadeira ruptura com a ética, a moral e os valores.

Por isso, exige-se a alfabetização para as Tics ou alfabetização digital, para se dominar a cultura da utilização correcta e responsável das tics. E como enfatiza Morin (2005, p.207), como "a barbárie humana está incluída no próprio coração das nossas civilizações", é preciso a ética, pois, " a resistência à barbárie humana é a resistência à malvadez triunfante, à indiferença, ao cansaço".

O autor enfatiza a necessidade da auto-ética, enquanto aprimora dois mandamentos categóricos "disciplinar o egocentrismo e desenvolver o altruísmo" no mundo contemporâneo, onde das cinzas do "homem lobo do outro homem" possa renascer o "homem amigo do outro homem" com o rosto da paz nascente das fontes da educação.

Daí que a ética prime seu categórico em "fazer o bem e evitar o mal", isto deveria ajudar para que as pessoas sejam autênticas, realistas e honestas. Assim, a ética deve constituir-se em novo projecto educativo, da *humanitas* assente nos direitos humanos, na verdadeira *Paideia* platónica, pois para Kant "somente pela educação que o homem se torna homem".

Edgar Morin (2002) elege a ética como uma aliada incontornável no futuro da humanidade, salvaguardando a prioridade do género humano. Desta feita, o ensino actual deve conduzir a uma **"antropo – ética**", isto é, a ética propriamente humana, de assumir a humana condição de indivíduo – sociedade – espécie na complexidade do nosso ser (p. 114). O autor ainda enfatiza que a **antropo - ética** é a chave para assumirmos a missão antropológica do milénio assente em:

- Trabalhar para a humanização da humanidade;
- Efectuar a dupla condução do planeta: obedecer à vida, guiar a vida;
- Realizar a unidade planetária na diversidade;
- Respeitar ao mesmo tempo, no próximo, a diferença e a identidade consigo próprio;
- Desenvolver a ética da solidariedade;
- Desenvolver a ética da compreensão;
- Ensinar a ética do género humano.

CONCLUSÃO

A ética é a única via possível para se encurtar as distâncias entre a sociedade que temos e a que almejamos. Ela ajuda na mudança do comportamento e na construção da autenticidade plena que revela a responsabilidade de um indivíduo e não a consciência enturvecida, na era das TICs. Ela procura encontrar o consenso necessário entre o tradicional e o moderno, o

sacro do profano, o tirano do justo, o selvático do cívico, o bárbaro do bondoso. É uma espécie de reencontro pessoal e social necessária para a antropeugogia da política educativa angolana. Ela deve ajudar a retirar os frustrados letrados, os intelectualóides aberrantes da sua condição de consciência coisificada, caduca, corrupta, corrumpente e corruptora.

Só assim as tics se vão transformar em ferramentas para o bem, para pensar o bem, para fazer veicular o bem, para amar o próximo, respeitá-lo e não difamá-lo, contribuindo desta feita para a promoção da paz, da harmonia e do bem-estar social.

À guisa de conclusão: o homem é caniço pensante, deve usar os frutos da sua racionalidade com razão, deve dominar as TICS e não o contrário, deve ter moralidade, sem ela nenhuma conquista científica vale.

Referências Bibliográficas

Chikela, C. P. (2017). *A juventude e as tics: a era da globalização e a preservação dos valores sociais. busca de uma cultura da convivência harmoniosa.* Palestra realizada no Cuito Bié e promovido pelo Governo, 12 de Agosto de 2017.

Chikela, C. P. (2017). *As cinco faces das TICs, são lições para a juventude*. Artigo de opinião. Jornal de Angola, 8 de Setembro de 2017.

Cury, A. (2003). Pais Brilhantes, Professores fascinantes. Rio de Janeiro:Sextante Delors,J. (1996). Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o séc. XXI. Editora Porto.

Durozoi e Rouseel (2013). Ciencia e Tecnologia. S. Paulo: Paulinas.

Freire, P. (s.d). *Educação como Prática da Liberdade*. 5ª edição. Lisboa: Dinalivro Lda.

Fullat, O. (2002). Filosofias de la Educacaion o Paidea. Madrid: CEAC.

Handy, C. (1996). A Era da Incerteza. Portugal: edições CETOP

Mondin, B. (1993), *Rifare l'uomo*. Roma: Dino Editore, Roma.

Monteiro, A. Dos R (2001). *O Direito à Educação*. Lisboa: Escolar editora.

Morin, E. (2002). *Les sept savoirs nécessaires à l'education du futur* (Os Sete Saberes Para a Educação do Futuro). tradução de Ana Paula de Viveiros. Lisboa: Instituto Piaget.

Morin, E. (2005). *O Método VI: Ética.* Publicações Europa-América. Portugal: Biblioteca Universitária.

Morra, G. (1996), *Postmodernità o crisi della modernità*? 2. Ed. Milano: Armando Editore.

Nietzsche, F. W. (1991). A ciência Gaia, Livro V, nós sem medo, Assim falou Zaratrusta. 2ª ed. Tradução de Rubem Rodrigues. S. Paulo.

Pinto, V. (2005). Era das TICs. S. Paulo.

Rabelais, F. (s.d.). *Pedagogia e Comunicação*. Paris.

Rostand, J. (1992). *Epistemologia das Ciencias*. Lisboa.

Russel, B. (2004). *História do pensamento occidental*. Traduçaõ de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro.

Santos, R. B. Dos. (2011). A tutela jurídica da afectividade. Os laços como valor jurídico na pós – modernidade. São Paulo: Jurua editora.

Sousa, A. B. (2003). *Educação pela Arte e Artes na Educação, 1º volume-Bases Psicopedagógicas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Valentim, I. (2014). *DAVID, ou sobre os valores da educação estética: análise de uma teología da consciência*. Huambo: ISPSN. Instituto Superior Politécnico Sol Nascente.

Valentim, I. (2019). *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: Lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente*. SN: Angola.

INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Irene Jamba Inakulo Moisés [1]

RESUMO

No âmbito dos cursos de Pós- Graduação leccionados no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN- Huambo) foi elaborada esta conferência com o propósito de reflectir com os estudantes da Pós Graduação e Docentes da Instituição já referenciada sobre a Influência que exerce a Motivação na Investigação Científica, partindo do pressuposto de que a motivação é o elemento fundamental para o sucesso de qualquer investigação, sendo ela responsável pela intensidade, direcção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento, Motivação e Investigação.

Palavras inicias:

Excelentíssimo Senhor Prof. Doutor Inácio Valentim, Director Geral do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN- Huambo)

Excelências Prof. Doutores Lucas da Piedade Cassinda e Adelino Sandjombe, Dignos Directores Gerais Adjuntos para as áreas Académica e Cientifica

Digníssimos professores e estudantes da pós-graduação desta casa do saber.

Gostaria em primeiro lugar, de agradecer pelo convite desafiador que me foi formulado sabendo que, com o mesmo aproveitamos também superar nossas limitações, mas representa sobretudo um desafio pelo facto da Ciência exigir sempre consciência na sua actuação;

Para a reflexão deste tema vamos repartir a nossa apresentação em 3 momentos,

Num primeiro falaremos do conhecimento como a base de todo o processo investigativo.

Seguidamente faremos uma reflexão sobre a motivação como elemento fundamental de toda e qualquer investigação

[1] Doutora em Ciências Pedagógicas pela Universidade Henrique José Verona- Cuba. Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo (ISCED-HUAMBO) e do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. (ISPSN- HUAMBO) Angola. ireneinakulo.moises@gmail.com

E por último daremos ênfase a investigação científica que é o único caminho para transformação e desenvolvimento pessoal, social, económico político etc.

1-Conhecimento-

Ao falarmos do conhecimento fizemos recurso à gnosiologia como ciência que estuda o próprio conhecimento, realçar que existem vários conceitos para esta palavra e pode ser polissémica.

No conhecimento, temos dois elementos básicos: o sujeito (cognoscente) e o objecto (cognoscível). O cognoscente é o indivíduo capaz de adquirir conhecimento ou o indivíduo que possui a capacidade de conhecer. O cognoscível é o que se pode conhecer.

Assim, pode-se entender o conhecimento como aquilo que se sabe sobre algo ou sobre alguém. Significa que desde que exista o sujeito e o objecto a ser conhecido, pode-se gerar conhecimento. A informação que cada sujeito tem sobre o objecto é considerada o conhecimento para o mesmo sujeito, que pode ser verdadeiro ou falso.

Na filosofia, o conhecimento pode ser visto sobre duas ou mais vertentes, sendo que, interessa aqui apenas realçar a vertente sensoria e racional:

1- Conhecimento Sensorial: aquele que provém dos sentidos

De acordo com os precursores máximos do empirismo, o homem conhece a partir dos seus sentidos, isto é, o conhecimento começa com as sensibilidades.

O conhecimento tem sua origem na percepção sensorial, o mesmo é considerado como a soma das representações abstractas que se possui sobre um aspecto da realidade. O conhecimento é uma reunião de informações juntas na mente humana.

A psicologia como ciência que estuda o comportamento humano relaciona conhecimento com a aprendizagem, explicando que o conhecimento está associado com a pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no "mundo real" do qual temos uma experiência directa. Tendo como sua base os seguintes elementos:

SUJETO (cognoscente)

CONTEUDO (cognoscível)

IMAGEM- interpretação do conteúdo em função da história de cada sujeito.

Racional

A definição clássica de conhecimento racional, originada em Platão, diz que este consiste numa crença verdadeira e justificada. Todo o conhecimento vem da razão.

O conhecimento pode ainda ser apreendido como um processo ou como um produto. Quando nos referimos a uma acumulação de teorias, ideias e conceitos, o conhecimento surge como um produto resultante dessas aprendizagens, mas, como todo produto, é indissociável de um processo. Podemos então olhar o conhecimento como uma actividade intelectual por meio da qual é feita a apreensão de algo exterior à pessoa.

Desde este ponto de vista, se pode argumentar que o sujeito cognoscente apreende o real em função do raciocínio lógico. Assim, estaríamos a considerar o conhecimento como um acto da razão, pelo qual encadeamos ideias e juízos, para se chegar a uma conclusão.

Desta forma o primeiro passo para que possamos nos apropriar do conhecimento verdadeiro é reconhecer nossa própria ignorância. Já dizia um filosofo só sei que nada sei. Ao assumirmos nossas limitações, estaríamos em condições de ir atrás do que nos limita, ou seja já que assumo que só sei que nada sei, para dominar o que não sei. Este processo de busca neste caso é feito por meio da investigação científica. O conhecimento racional gera conhecimento mediante o uso da capacidade de raciocínio.

Para a psicologia da educação e de modo particular, na opinião de Vigostiky, o homem tem três fontes de conhecimento:

1ª- A herança biológica – que é o ponto de partida necessário e não suficiente para o desenvolvimento das características humanas.

2ª- A experiência individual – que deixa suas marcas na cultura e na história humana.

3ª- A experiência humana – herança social pelo qual as gerações passadas transmitem suas experiências, conhecimento, habilidades aptidões e capacidades, ou seja, elementos materiais e intelectuais da cultura

2-A Motivação-

A palavra motivação representa uma razão que mobiliza as pessoas na busca de algo, estando directamente ligada ao comportamento das pessoas por oferecer a energia necessária para praticar a acção e atingir seus objetivos. “A motivação é o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta” (ROBBINS, 2008, p. 132). Chiavenato (2010, p. 121) acredita que “é

difícil definir exatamente o conceito de motivação, uma vez que tem sido utilizado com diferentes sentidos. De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a um comportamento específico". O conceito de motivação é abordado também por Santos (2014, p. 122), para ele, "motivo é qualquer coisa que leve uma pessoa a praticar uma ação, sendo assim, podemos dizer que motivar é proporcionar um motivo a uma pessoa, estimulando-a a agir da maneira desejada".

Assim, concluímos que a motivação nos orienta a responder às perguntas de partida: O que investigar? Para que investigar? E como investigar. A motivação está directamente ligada ao comportamento das pessoas.

A partir deste prisma, podemos dizer que é necessário que o académico esteja motivado a investigar para matar sua própria ignorância e assim aprender continuamente.

A motivação influencia no ambiente de qualquer rendimento pessoal e em todas as áreas em que o homem esteja inserido. A motivação é uma força energética que nos leva à acção. Para tal, temos que encontrar um motivo em função das nossas necessidades. Ao identificar e assumir uma necessidade ou uma limitação, teremos o motivo que vai desencadear em nós a motivação para agir.

Voltamos a citar (Sócrates de Platão na *Apologia*) *SÓ SEI QUE NADA SEI*.

Na mesma senda, para tentar fazer jus ao que disse Sócrates, achamos conveniente introduzir aqui o pensamento de Mouly sobre a motivação. Para ele existem três funções importantes dos motivos:

- ✓ Os motivos activam o organismo. Os motivos levam o indivíduo a uma actividade, na tentativa de satisfazer suas necessidades. Qualquer necessidade gera tensão e desequilíbrio. Os motivos mantêm o organismo activo até que a necessidade seja satisfeita e que a tensão desapareça.

Os motivos dirigem o comportamento para um objectivo. Diante de uma necessidade, vários objectivos se apresentam como capazes de satisfazê-la e de restabelecer o equilíbrio. Os motivos dirigem o comportamento do indivíduo para o objectivo mais adequado para satisfazer a necessidade. Não basta que o organismo esteja activo, é preciso que sua acção se dirija para um objectivo adequado. Assim, no processo de investigação, não é suficiente que participemos de várias actividades dispersas sem sentido, mas, sim, que essas actividades sejam orientadas para objectivos específicos que satisfaçam necessidades individuais.

- ✓ Os motivos seleccionam e acentuam a resposta correcta. As respostas que conduzem à satisfação das necessidades serão aprendidas, mantidas e provavelmente repetidas

quando uma situação semelhante se apresentar novamente. Nossas necessidades são numerosas, especialmente as psicológicas e, muitas delas continuam sempre insatisfeitas.

Abram Maslow, um dos percussores da teoria humanista, acreditava que o comportamento humano pode ser motivado pela satisfação de necessidades biológicas.
Maslow esquematizou uma hierarquia de sete conjuntos (resumidos em cinco) de motivos-necessidades:

Pirâmide de Maslow

As necessidades fisiológicas mais importantes são: oxigênio, líquidos, alimentos, descanso (sobrevivência). A satisfação das necessidades fisiológicas é uma condição indispensável para a manifestação e satisfação das necessidades de ordem superior.
A necessidade de auto - realização expressa nossa tendência a transformar em realidade o que somos potencialmente; a realizar nossos planos e sonhos; a alcançar nossos objectivos. Uma pessoa adulta que se sente bem no casamento ou em sua vida solteira, que gosta da profissão que exerce, que participa socialmente, etc., pode considerar-se satisfeita em relação a essa necessidade. A satisfação da necessidade de realização é sempre parcial na medida em que sempre temos projectos inacabados, sonhos a realizar e objectivos a alcançar.
Na busca da auto-realização passa-se necessariamente pela necessidade de conhecimento e compreensão, de exploração e do desejo de conhecer novas coisas. Essa talvez deva ser a necessidade específica a ser atendida pela actividade académica. Essa necessidade é mais forte em uns do que em outros e sua satisfação provém de análises, sistematizações de informações, pesquisas, etc.
Nesta pespectiva valoriza-se a inteligência na investigação cientifica e em função disso, os contrutivistas (Jean Piaget, Vigotsky e Corral) afirmam que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas acções mútuas entre os indivíduos e o meio.

Nesse sentido, o académico deve ser criativo e constructor activo do seu próprio conhecimento. O académico não se acomoda, tenta adaptar-se ao meio em constante desenvolvimento, promovendo mudança cognitiva, pondo de parte conceitos dogmáticos.

3-Investigação Científica-

A ciência considera que para alcançar o conhecimento é necessário seguir um método. O conhecimento científico não deve ser válido e consistente apenas desde os pontos de vista sensorial e lógico, como também deve ser provado através do método científico e experimental. A investigação científica é sistemática e é feita em duas etapas: a pesquisa básica (fundamentação teórica) durante a qual se avança na teoria e a pesquisa aplicada (fundamentação prática) durante a qual se aplica a informação.

A investigação científica nesse caso seria a busca de uma informação – conhecimento por intermédio dos métodos científicos.

Como dissemos anteriormente, a motivação é antecedida por uma necessidade, o mesmo ocorre com a investigação, necessita-se de um motivo para que haja investigação, o motivo neste caso vai manifestar-se em forma de um problema na realidade objectiva.

A investigação cientifica também pode ser elaborada a partir de consultas bibliográficas desde que se demonstre a existência concreta do problema na realidade objectiva que se investiga. Devendo referir os seguintes aspectos:

- Historicidade do problema. Avaliação do comportamento histórico - lógico, a partir da revisão da literatura.
- Teorias ou concepções teóricas que se tomam como base.
- Actualidade do problema. Por que se investiga, novidade do mesmo, quer dizer, o valor actual que significa a sua investigação.
- Importância social do problema. Contribuições que permitam melhorar a prática e enriquecer a teoria, no campo de acção de que se trate.

O investigador não pode estudar simultaneamente todo o sistema problemático como uma totalidade, por razões de recursos, de pessoal, de tempo, etc. Para além disso, por razões lógico – metodológicas requere-se determinar em que parte deste vai influir a síntese integral de seus resultados; disto se infere que o trabalho científico exige definir o tema de investigação, a denominação daqueles aspectos da situação problemática, considerados necessários investigar.

A investigação científica tem a intenção de aumentar os horizontes das teorias que explicam os eventos do mundo. Ela serve para contrapor ou melhorar uma teoria já existente, para acrescentar informações, integrar dados, corrigir resultados ou expandir os grupos de estudo.

Para concluir:

Conhecimento está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no "mundo real" do qual temos uma experiência directa.

Para Platão, o nível mais alto do conhecimento possível de conceber é a ideia do Bem (República: 505 a). Platão faz uma analogia entre o sol, que ilumina os objetos e o Bem, que só pode conceber por causa da luz da verdade. Segundo ele, da mesma forma que a vista só possui capacidade de ver por causa da luz solar, a alma só possui a capacidade de compreender aquilo que é iluminado pela luz da ideia do Bem.

Assim reafirmamos que o primeiro passo para que possamos obter conhecimento verdadeiro é reconhecer a nossa própria ignorância.

É necessário que o académico esteja motivado a investigar para matar sua própria ignorância e assim aprender continuamente, esta motivação vai permitir activação do organismo. Vai direccionar o comportamentodo do indivíduo para um objectivo e ainda vai impulsionar na selecção e acentuação da resposta correcta.

Tudo isso influencia na investigação cientifica que tem como foco a transformação da realidade objectiva.

Referências Bibliográficas

Almeida, L.S.; Freire, T. (2003*). Metodologia de investigação em psicologia e educação* (3ª ed.). Braga: Psiquilibrios. Bibliografia.

Altet, M. (1999). *As pedagogias da aprendizagem*. Horizontes Pedagógica.

Carrar, K. et., al. (2004). *Introdução à Psicologia da Educação, Seis Abordagens.* São Paulo: Avercampo.

Freire, P.(1967). *Educação como prática da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e

García, C. M. (1999). *Formação de professores: para uma mudança educativa.* Porto Editora.

Gil, V. (2004). *Alunos em situações de insucesso escolar*. Horizontes Pedagógica

Menezes, M. A. (2010). *Reflexões sobre educação*. Mayamba Editores: Luanda

Piletti, N. (2003). *Psicologia Educacional.* São Paulo- SP, Editora Atica.

Rojas S. (2004). *El Proceso de Investigación Científica*. México: Editorial Trillas.

Schmidt, M. A. (2004). *A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula*. (9ª.ed). São Paulo: Contexto.

Veigas, F. H. (2013). *Psicologia da educação: Teoria, investigação e aplicação/envolvimento dos alunos na escola.* Climepsi Editores.

Zayas, R, M, (1997). *Hacia un currículo integral y Contextualizado*. Editorial Académica. La Havana. Cuba

A ÉTICA NA ORTOPRÁXIS DO SERVIDOR PÚBLICO

Lourenço Flaviano Kambalo

EXÓRDIO

Contemplando a divisa do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, honor – labor – meritum, e olhando para a vocação e missão deste mesmo Instituto, que buscando uma formação paradigmática direccionada a cada indivíduo, considerado de uma forma particular, podemos afirmar que o tema que trazemos para a reflexão neste dia, isto é, a ética na ortopráxis do servidor público, traduz e corresponde claramente à esta divisa e vocação.

De facto o Instituto Superior Politécnico Sol Nascente desde a sua génese se definiu como uma realidade universitária distinta através da compatibilização e incorporação de três importantes valores: a cientificidade, o humanismo e a responsabilidade individual.

É neste terceiro e último aspecto, da responsabilidade individual, que acompanhou, preparou e ora projecta para a responsabilidade profissional e para o engajamento no serviço público os nossos recém-licenciados que encontramos a essência do nosso tema e reflexão.

Fazemos esta reflexão porque queremos que os recém-licenciados possam no seu quotidiano profissional e no seu serviço público elevar cada vez mais alto os valores inquestionáveis e a conduta deontológica exemplar, defendidos pelo Sol Nascente que os formou. São valores que rejeitam uma perspectiva elitista de trabalho solitário, mas que defendem uma cooperação salutar entre diversas entidades.

Enfim, é um voto para que os recém-licenciados que neste dia recebem a merecida coroa da sua formação, sejam também “apóstolos” dos valores que no Sol Nascente receberam.

Contudo, antes de apresentar a nossa reflexão urge compreendermos o significado e o alcance dos conceitos que perfazem o título desta reflexão: ética, ortopráxis e servidor público.

1. Significado e alcance dos conceitos de ética, ortopráxis e servidor público.

1.1. *Etica*

O Termo ética provém do grego ήθος e significa carácter, hábito, costume, modo ser e tem seu correlato no latim "*mos, moris*”, que equivale unicamente a hábito ou costume.

Ambos os vocábulos são inseparáveis, uma vez que é a partir dos hábitos e costumes que se desenvolve no homem um modo de ser ou personalidade.

Como conceito, ética se diferencia da moral, pois, enquanto a moral se fundamenta na obediência a costumes e hábitos recebidos da política, costumes sociais, religião e ideologias, a ética, ao contrário, implica sempre uma reflexão teórica sobre qualquer moral, uma revisão racional e crítica sobre a validade da conduta humana e busca fundamentar as acções morais exclusivamente pela razão.

Contudo, tanto a ética quanto a moral têm como objecto o bem (το αγάθων). Não um bem abstracto mas um bem concreto do homem, que é por definição um animal social mas ainda incompleto cujo dever principal consiste no definir-se a si mesmo e no realizar-se[1]. Trata-se, dum princípio prático que encontramos no texto clássico de S. Tomás de Aquino e formula-se como *«bonum faciendum, malum vitandum»*, ou seja, fazer o bem e evitar o mal e que deve orientar o agir humano[2].

1.2. *Ortopraxis*

Vem do grego όρθοπραξία e significa conjunto de técnicas, princípios comuns e credos que faz parte de uma determinada tradição em prol de uma prática correcta ou seja em vista de uma boa acção. Ora o serviço público tem como finalidade o bem comum e o interesse público, e tem uma dimensão social, de serviço à comunidade, que se antecipa à dimensão individual na forma de benefício particular que se retira dela. Daí que todas as profissões impliquem uma ética, uma vez que se relacionam sempre com pessoas humana em vista do bem. A ética de cada uma das profissões dependerá, por isso mesmo, dos deveres ou seja da «deontologia» que cada profissional aplicará aos casos concretos que se podem apresentar no âmbito social e pessoal.

Hoje, no contexto da globalização, em que a vida não depende tanto das várias *weltanschauung*, mas dos factores económicos, científicos e técnicos, a ortopraxia torna-se uma necessidade premente porquanto nos coloca na senda das exigências éticas e por conseguinte nas exigências da responsabilidade, honestidade e das práticas correctas no exercício da nossa profissão[3].

---

[1] Cf. Battista MONDIN, *Manuale di Filosofia sistemática. Volume 6 Etica e Politica*, ESD, Bologna 2000, p. 50.
[2] S. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I-II, q. 94, a. 2.
[3] Cf. Anselm GÜNTHÖR, *Chiamata e risposta. Una nuova teologia morale*, vol. II, Paoline, Roma 1981, pp.

1.3. Servidor público

Quando se fala em servidor público a tendência, quase natural é aquela de pensar a no funcionário público, ou seja no profissional que possui um vínculo de trabalho profissional com órgãos e entidades da administração pública. Mas por servidor público queremos entender pessoa física a qual se incumbe servir de forma permanente ou transitória uma determinada função ou actividade que afecta a vida e o bem da sociedade e incentiva o crescimento económico e o desenvolvimento da mesma.

Trata-se, pois, de alguém que serve com o seu trabalho ou profissão no correcto comportamento para com os outros, respeitando as regras conhecidas e aceites para a colaboração, o respeito da liberdade e dos direitos de outrem ou produzindo o estado de coisas mais úteis para todos, ou se comportando de maneira de forma útil e agradável aos outros que reconhecemos com igual dignidade fundada na nossa natural inclinação à verdade e ao bem.
A ética assim entendida é um imperativo categórico resultante da lei moral intrínseca ao homem; supõe que os outros tenham uma relevância, um *télos* normativo racionalmente válido e logicamente independente e requer do servidor público uma vontade humana autónoma e livre capaz de limitar o próprio egoísmo, a própria liberdade, os próprios desejos e interesses[4]. De facto, se o homem não se sentisse livre, não poderia ser obrigado a servir o bem.

2. A ORTOPRAXIA DO SERVIDOR PÚBLICO

Quando se fala de ética como ciência normativa da rectidão do servidor público segundo princípios racionais, falamos do comportamento humano avaliado sob o ponto de vista do bem e do mal, do certo e do errado da prática correcta e da boa acção que em liberdade este mesmo servidor público se através da qual se desenvolve e aperfeiçoa. Enfim, quando se fala da ética do servidor público, fala-se de ortopraxia que não dá espaço ao relativismo moral, às éticas de ocasião, aos valores de conveniência ou mesmo princípio maquiavélico do fim justifica os meios.

Em Angola é visível o esforço que se vai fazendo a nível das instituições públicas no combate à corrupção, nepotismo, tráfico de influência, impunidade, culto de personalidade ou

142-143.
[4] Cf. Giuseppe ABBÀ, *Quale impostazione per la Filosofia Morale? Ricerche di Filosofia Morale*, vol. I, LAS, Roma 1996, pp. 275-279.

bajulação. Testemunha tal esforço por exemplo o **Decreto Presidencial N.º 319/18 de 31 de Dezembro** que aprova o Regulamento sobre a Declaração de Bens e Rendimentos, a Declaração de Interesses e a Declaração de Imparcialidade, Confidencialidade e Independência na Formação e Execução dos Contratos Públicos, bem como, os Instrumentos que integram a Estratégia de Moralização na Contratação Pública, designadamente: Cartilha de Ética e Conduta na Contratação Pública; Guia de Denúncia de Indícios de Corrupção na Contratação Pública; Guia Prática de Prevenção e Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas nos Contratos Públicos "Guia Anti-Corrupção".

Pretende-se uma nova conduta do servidor público que não se limite ao politicamente correcto ou ao cumprimento das inquestionáveis orientações superiores. Um servidor público que age, já não porque obrigado pela lei ou pelas normas morais, mas determinando-se pela própria iniciativa e responsabilidade[5].

Desta forma vai ficando para trás a verdade contida nas palavras do filólogo e escritor brasileiro, Rui Barbosa de Oliveira, quando dizia: «De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra, desanimar-se da justiça, e de ter vergonha de ser honesto»[6].

Fica para trás e aos poucos vamos observando um conjunto de acções com diferentes actores e políticas que estão a promover mudanças incrementais tais como a responsabilização criminal progressiva dos governantes e a denúncia de comportamentos reprováveis dos servidores públicos.

Tudo isto torna pertinente e actual a nossa reflexão enquanto desperta para a suma e perene importância da *ética* e ajuda na consecução da consciência de que a dignidade da pessoa representa o valor último de todo o serviço que se lhe possa prestar.

Hoje em dia são muitos os que concordam que o arcabouço jurídico se mostra ineficiente para corrigir anomalias de condutas no serviço público. Dá-se conta que somente a conduta ética consolida o poder ao propiciar a colaboração espontânea da cidadania em consequência da melhoria dos serviços públicos.

De facto, além de restaurar a cidadania e permear as instâncias sociais em que se estabelecem as acções humanas, a consciência ética do servidor público corrige a disfunção

---

[5] Cf. Lourenço Flaviano KAMBALU, *A democracia personalista. Os fundamentos onto-antropológicos da política à luz de PietroPavan*, Paulinas, Lisboa 2012, P. 37.
[6] https//www.pensador.com

pública de conduta atentatória aos direitos humanos universais para o atendimento aos usuários dos serviços público.

É por meio da consciência e conduta ética que as sociedades se mantêm e se suportam, estabelecendo princípios e valores norteadores de conduta, pelos quais se torna possível minimizar ou mesmo superar conflitos.

Enfim, a conduta ética de agentes públicos constitui instrumento primário para a consecução de objectivos económicos, políticos e sociais uma vez que possibilita o fortalecimento das instituições, estruturas e processos que influenciam no desenvolvimento do país.

Neste esforço de tentar mudar a imagem que a sociedade tem dos servidores públicos, para fazer deles um instrumento de aperfeiçoamento e dignidade para o próprio serviço público, não há atitudes neutras, nem há estatutos com força moral para isentar quem quer que seja.

Nisto, são de grande actualidade e diria mesmo de memória obrigatória quanto nos ensina, a respeito, *Martin Luther King* quando afirma: «O que me preocupa não é o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem carácter, dos sem ética. O que me preocupa é o silêncio dos bons»[7].

Isto é muito verdade e bastante actual. 1.º porque o mau só cresce quando os bons se omitem. 2.º porque a humanidade só se desenvolveu porque os bons tomaram a frente dos maus, para fazê-la evoluir.

Com o serviço público é a mesmíssima coisa. Se os bons servidores públicos, aqueles preocupados com a imagem da instituição e com o bom andamento dos serviços públicos se acanharem, e deixarem de se indignar com as coisas erradas, os maus tomarão o poder e serão o exemplo – péssimo exemplo – para todo o serviço ou administração pública.

Por isso, nesta cruzada de moralizar a nossa sociedade corrigindo o que está mal, devemos combater as más práticas no serviço público mas sobretudo devemos denunciar e prevenir tais práticas, conscientes de que a ninguém se concedeu dispensa para se manter neutro diante das exigências éticas; conscientes de que cada acção negativa compromete o normal equilíbrio social.

Na verdade, o Servidor Público dispõe de um poder que por vezes pode ser discricionário em diferentes domínios, quer se trate da gestão de recursos públicos, das

[7] https/www.frasesparaface.com.br

relações com os seus concidadãos na prestação de serviços, ou da própria influência que têm sobre a formulação e aplicação das políticas públicas, pelo que para evitar, ou pelo menos reduzir, o uso arbitrário desse poder do servidor público, as *normas éticas de conduta profissional* são um contrapeso fundamental.

Tais normas se exprimem no exercício com zelo e dedicação das atribuições do cargo; na observância das normas legais e regulamentares; no cumprimento das ordens superiores, excepto quando manifestamente ilegais; no atendimento dos utentes com cortesia, presteza, urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

Tais normas se exprimem ainda no respeito à hierarquia e no levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver conhecimento em razão do cargo; no zelo pela economia do material e pela conservação do património público; no guardar sigilo sobre assuntos internos do serviço; no manter conduta compatível com a ética administrativa sendo assíduo, pontual ao serviço e no apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e no resistir a todas as pressões que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de acções imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Vivemos num mundo complexo, global, tecnológico, intercultural. Numa sociedade dominada pelas redes de informação e comunicação, onde a legitimidade decisória já não vem da hierarquia mas do consenso, onde o desenvolvimento depende da confiança e de valores como a cooperação e participação de todos, e, por isso, onde necessitamos de valores e critérios de actuação universais.

Neste mundo, ao servidor público é confiada a missão de exercer com a responsabilidade os seus conhecimentos e capacidades para promover o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. Mais do que técnicos e profissionais, servidores públicos são cidadãos com um papel activo na promoção de um mundo melhor.

Com efeito, hoje, numa sociedade que estimula sobretudo o bem-estar individualista e, desse modo, um certo individualismo irresponsável – o cada um por si e salve-se quem puder –, a ética é a única capaz de fazer da nossa palavra um hino capaz de limpar a sujeira do

homem, dando a ele a oportunidade de engrandecer sua pátria e contribuir para a evolução da humanidade.

Por isso, a pretensão política de melhorar o que está bem na nossa sociedade, só será possível se assumirmos a obrigatoriedade do discurso ético no nosso quotidiano ou seja se não nos limitarmos à distinção entre o bem e o mal, mas acrescermos a ideia de que o fim é sempre o bem comum. Isto é, um bem que age em benefício das pessoas. Aliás, um bem comum que não agisse em benefício das pessoas, não seria um verdadeiro bem.

O bem comum é tal quando se funda sobre o valor transcendente da pessoa humana e se confronta com a intangível dignidade da mesma. Só assim será possível combater e bloquear os êxitos aberrantes da corrupção, nepotismo, tráfico de influência, impunidade e bajulação que contrapõem o *crathos* ao *ethos*[8].

Neste mundo cada vez mais globalizado, cuja preocupação é o máximo proveito, distanciando-se dos princípios éticos da justiça, da solidariedade, da sinceridade e da honestidade, as pessoas parecem contar e valer não por aquilo que são, mas por aquilo que têm.

Se nos comprometermos com a ética no exercício das nossas funções não decidindo somente à luz do dinheiro e das exigências do mercado entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

Se trabalharmos com responsabilidade e sobretudo honestidade; se fizermos nossas as palavras de Shakespeare quando dizia: «Só podemos ficar pobres se nos roubarem a honra»[9], seremos homens e mulheres honrados e contribuiremos efectivamente a superar quanto enferma a nossa sociedade e assim se alcançarmos uma cada vez melhor.

Referências Bibliográficas

ABBÀ, Giuseppe, *Quale impostazione per la Filosofia Morale? Ricerche di Filosofia Morale*, vol. I, LAS, Roma 1996.

GÜNTHÖR, Anselm, *Chiamata e risposta. Una nuova teologia morale*, vol. II, Paoline, Roma 1981.

[8] Cf. Giuseppe ABBÀ, *Quale impostazione per la Filosofia Morale?* op. cit., pp. 14-16.
[9] https//www.pensador.com

KAMBALU, Lourenço Flaviano, *A democracia personalista. Os fundamentos onto-antropológicos da política à luz de PietroPavan,* Paulinas, Lisboa 2012.

MONDIN, Battista, *Manuale di Filosofia sistemática. Volume 6 Etica e Politica*, ESD, Bologna 2000

CULTURA E EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DOS PROCESSOS DA VINCULAÇÃO SEGURA E DA PARENTALIDADE POSITIVA

Olívia de Carvalho[1]
Marina Fuertes[2]
Carina Santa-Bárbara[3]

"*Quando as raízes são profundas não há razão para temer o vento"*

Provérbio Chinês

Resumo

Para transportar os bebés, recorre-se, desde há muitas décadas, no mundo moderno, a meios auxiliares, abandonando práticas ancestrais do transporte junto ao corpo. Contudo, em sociedades industrializadas e desenvolvidas, o transporte corporal dos bebés, como alternativa ao carrinho, parece estar a ser reintroduzido. A abordagem ecológica à parentalidade, desenvolvida originariamente por Bronfenbrenner e Morris (1998), defende que, a forma como os pais lidam com as suas responsabilidades parentais se encontra associada aos recursos de que dispõem, para além das suas capacidades e características. Sameroff e Fiese (2000) postularam que a qualidade interativa diádica decorre de fatores individuais, interacionais e sociais - como membros de uma comunidade com as suas redes sociais, normas, valores e atitudes próprias - e é influenciada pelos seus diferentes contextos e as suas inter-relações meios auxiliares. Torna-se, por isso, importante conhecer a cultura, as políticas e as práticas, em Angola, no campo da infância, desde a aplicação da Convenção Sobre os Diretos da Criança (CSDC), tratado internacional assinado pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola, até às medidas legislativas, de forma a enquadrar o nosso interesse em estudar os efeitos do transporte dos bebés nas costas no contexto cultural em que essa proximidade ocorre, avaliando a qualidade da interação mãe-filho(a), em díades com transporte corporal (junto às costas) e comparando com díades no

[1] Universidade Portucaçense Infante D. Henrique, Porto/Iinstituto de Estudos Superiores de Fafe/Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPES/Instituto Jurídico Portucalense - IJP,. Contacto: olivia@upt.pt

[2] Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa/Universidade do Porto - Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Contato: marinaf@eselx.ipl.pt

[3] Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. Contato: carinasb84@gmail.com

qual os bebés são transportados junto ao peito, no colo, ou em carrinhos. Gostaríamos, também, de conhecer quais os aspetos específicos da relação mãe-filho que estão associados ao transporte corporal. O contacto, o afeto e a proximidade materna podem ser o contexto relacional no qual a criança se sente segura e recebida dando inicio ao estabelecimento da vinculação. Segundo Bowlby (1969), o estabelecimento de relações de vinculação é, em si, um fenómeno normativo e universal na espécie humana, embora a vinculação tenha de ser entendida de forma sistémica, resultado de múltiplos fatores e interações (Cassidy, 2008). Importante referir que os estudos parecem indicar que o transporte corporal é preferencial ao transporte.

Palavras-chave: educação, cultura, transporte de crianças, vinculação, parentalidade positiva.

To transport the babies, it has been used, for many decades, in the modern world, to the auxiliary means, abandoning ancestral practices of the transport next to the body. However, in industrialized and developed societies, the baby's body transport, as an alternative to the stroller, seems to be being reintroduced. The ecological approach to parenting, originally developed by Bronfenbrenner & Morris (1998), argues that the way parents deal with their parental responsibilities is associated with the resources they have, beyond their capabilities and characteristics. Sameroff and Fiese (2000) postulated that dyadic interactive quality stems from individual, interactional and social factors - as members of a community with their own social networks, norms, values and attitudes - and is influenced by their different contexts and their interrelations -relevant means. It is therefore important to know the culture, policies and practices in Angola in the field of childhood, since the implementation of the Convention on the Rights of the Child (CRC), an international treaty signed by the General Assembly at the United Nations, on 20 November 1989 and ratified by Angola, to legislative measures, in order to our interest in studying the effects of infant carriage on the back in the cultural context in which this proximity occurs, assessing the quality of mother-child interaction (a), in dyads with body transport (near the back) and comparing with dyads in which Babies are transported to the chest, on the lap, or in pushchairs. We would also like to know what specific aspects of the mother-child relationship are associated with bodily transportation. Contact, affection, and maternal closeness may be the relational context in which the child feels secure and received, initiating the establishment of attachment. According to Bowlby (1969), the establishment of linkage relationships is itself a normative and universal phenomenon in the human species, although linkage has to be understood systemically as a

result of multiple factors and interactions (Cassidy, 2008). It is important to mention that the studies seem to indicate that the corporal transport is preferential to the transport.

Keywords: education, culture, transportation of children, attachment, positive parenting.

Introdução

Não podemos perspetivar a cultura e a educação sem tomar em conta a teoria criada por Bronfenbrenner. A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento privilegia os aspetos saudáveis do desenvolvimento, os estudos realizados em ambientes naturais e a análise da participação da pessoa focalizada no maior número possível de ambientes e em contato com diferentes pessoas. (Bronfenbrenner, 1998). O autor defende a fórmula: D=f(PE), segundo o qual o desenvolvimento (D) é uma função conjunta da pessoa (P) e do ambiente (E). O desenvolvimento é definido como um conjunto de processos, através dos quais as propriedades da pessoa e do ambiente interagem, para produzir estabilidade e mudança nas características da pessoa ao longo do curso da vida. (Bronfenbrenner, 1986).

Na perspetiva ecológica e sistémica, a família é vista como um sistema dinâmico de relações interpessoais recíprocas, enquadrada e aberta aos múltiplos fatores de influência, muito sensível à qualidade dos contextos nos quais a vida familiar se desenvolve.

O ambiente social influencia o exercício da parentalidade, incluindo o contexto cultural/social (Belsky, 1984). A abordagem ecológica à parentalidade, desenvolvida originariamente por Bronfenbrenner e Morris (1998), defende que, a forma como os pais lidam com as suas responsabilidades parentais se encontra associada aos recursos de que dispõem, para além das suas capacidades e características.

Perante estes desafios, a família necessita de comunidades sensíveis e bem coesas que a ajudem a fortalecer para que possam levar a cabo o seu importante trabalho numa sociedade dinâmica e em mudança.

A Convenção Sobre os Diretos da Criança (CSDC), tratado internacional assinado pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola, proclama, no artigo 3º, que "*os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas*." Também no seu artigo 5º, indica que os "Estados Partes assegura, na máxima medida possível, a

sobrevivência e o desenvolvimento da Criança". No preâmbulo é referida a responsabilidade fundamental da família, no que diz respeito aos cuidados e proteção, reafirmando a necessidade de proteção jurídica e não jurídica da criança, antes e após o nascimento, e a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança.

Cultura, Politicas e Medidas

A Constituição da República de Angola (2010), reconhece a criança como absoluta prioridade do Estado e das famílias e a aprovação da Lei 25/12 sobre o Desenvolvimento Integral da Criança (Angola, 2012), constitui, neste enquadramento, uma recente conquista. Esta medida legislativa torna-se muito importante, atendendo a que o desenvolvimento da criança se encontra dependente dos cuidados que a sociedade lhe proporciona. Nesse sentido, é missão, e dever, das instituições académicas do ensino superior contribuir, com a produção científica - através da investigação - para a criação de políticas que vão ao encontro do superior interesse da criança, entendido, na Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (2012), como "tudo o que concorra para a defesa e salvaguarda da sua integridade, manutenção e desenvolvimento harmonioso".

Os "11 compromissos com a criança" incluem a (i) Identificação de instituições académicas (Universidades /Institutos) para a realização de estudos sobre a situação da criança. É certo que o trabalho dos investigadores e dos professores pode proporcionar uma importante contribuição para traduzir, em ações, de maneira efetiva, as prioridades e políticas-chave definidas pelo Governo.

O atual quadro legal faz de Angola, um dos poucos países no mundo, avançado neste campo, havendo, então, o desafio de reverter, para a prática, de maneira efetiva, as prioridades e políticas-chave.

Segundo recentes estatísticas, Angola possui uma população maioritariamente jovem, 15,5 dos 25 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e estima-se que o número de crianças e jovens com menos de 18 anos possa dobrar até 2050. A este respeito, é de referir que 30% das mulheres casam ou vivem em união de facto antes dos 18 anos. Com a taxa de fertilidade a atingir a média de 5,6 filhos por mulher, Angola tem a garantia de um valor seguro, a riqueza humana. Cabe à sociedade em geral, e às comunidades em particular, preservar este potencial.

No seguimento desta ideia, é importante referir as medidas ditadas pelo Conselho Nacional da Criança da República de Angola, no V Fórum Nacional Sobre a Criança (junho

de 2011), onde adotou, no âmbito do programa "11 compromissos com a criança" no compromisso (n.º 4) EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, a ampliação da cobertura dos programas destinados à mobilização e à educação das famílias e das comunidades, nas questões relativas à proteção e ao desenvolvimento da primeira infância, no compromisso n.º 9, PROTECÇÃO SOCIAL E COMPETÊNCIAS FAMILIARES, adotar um amplo programa para reforçar a proteção social e as competências familiares relacionadas com a criança e a capacitação de, pelo menos 50% das lideranças das comunidades, com medidas vitais para os cuidados apropriados da primeira infância, incluindo a componente emocional.

Analisar as dificuldades operacionais da família e proporcionar o apoio e os recursos de que necessitam é o caminho. Seguindo esta filosofia, os poderes públicos em conjunto com os atores económicos e sociais e a sociedade civil, podem, levando a cabo ações de apoio à parentalidade, promover um futuro mais sadio e mais próspero, e uma melhoria na qualidade de vida familiar (Rodrigo, Chaves & Quintana, 2010), promovendo o *empowerment*, entendido como um processo, através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades podem assumir o controlo das suas próprias vidas - através da conjugação dos saberes, recursos e competências aos níveis individual, organizacional e comunitário (Carvalho, 2016), atendendo a que, no interesse superior da criança, os direitos dos pais deverão ser tidos em conta de maneira satisfatória, incluindo o direito a receber um apoio apropriado das autoridades públicas no exercício das funções parentais. A responsabilidade dos pais, igual e partilhada, contribui para o desenvolvimento harmonioso da personalidade da criança. Os poderes públicos têm um papel essencial no apoio às famílias em geral e aos pais em particular, sobretudo atendendo às numerosas mudanças e desafios com os quais hoje são confrontadas, e à necessidade de valorizar e melhor apoiar a parentalidade.

Considerando que o comportamento parental é moldado por múltiplas influências, incluindo as características e recursos individuais dos pais, os recursos e as características das crianças e os recursos contextuais (Belsky 1984; Simons e Johnson 1996), todos os níveis da sociedade têm um papel importante a jogar neste processo de Promoção da Parentalidade Positiva (Carvalho, 2019). A Parentalidade Positiva é um conceito integrador que permite refletir sobre o papel da família na sociedade atual e ao mesmo tempo desenvolver orientações e recomendações práticas sobre como articular os apoios, desde o âmbito das políticas públicas até às necessidades das famílias. Refere-se a um comportamento parental fundado no respeito pelos direitos da criança que visa assegurar a satisfação das necessidades básicas através da proteção dos riscos e a criação de um ambiente que promova o seu desenvolvimento harmonioso, valorize a sua individualidade e a autonomia.

Em Angola, como em outros contextos africanos, as mães transportam as suas crianças às costas e, desta forma, hipotetizamos, promovem a VINCULAÇÃO que constitui o laço que une a criança à mãe, criando uma base segura, para o seu desenvolvimento como criança e, mais tarde, a sua autonomia, como adulto, capaz de criar ligações fortes e saudáveis às pessoas e ao mundo.

Tipos de vinculação e base segura

Todas as crianças precisam de uma figura de vinculação que reconheçam como uma base segura – que proteja, ajude e conforte em situações de fome, frio, dor, aflição e que permita à criança sentir autonomia e explore o meio quando estes perigos estão afastados (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). As crianças que são criadas com figuras maternas (mães, pais ou famílias não biológicas) que fornecem uma base segura, tendem a desenvolver tipos de vinculação segura (revisão em Fuertes, 2011ª, 2019).

Enquanto as crianças do tipo seguro atingem cerca de 60% nas amostras típicas ocidentais, o grupo das crianças classificadas como *inseguras-evitantes* (ou **Tipo A**), constitui cerca de 20% dessas amostras (Ainsworth et al., 1978). Os comportamentos predominantes são o evitamento da proximidade e do contacto, não se verificando respostas à chegada da mãe (ou quando surgem são dadas com considerável atraso). A generalidade das crianças com este padrão de resposta aceita a presença da Estranha. Em oposição, o grupo das *inseguras-resistentes/ambivalentes* (ou **Tipo C**) revelam, ao longo de toda a sessão, preocupação em manter a proximidade com a mãe. Porém, no seu regresso, reagem com assinalável resistência ou com demonstrações de irritação.

Quando o perigo é grande a qualidade da vinculação pode ser um importante fator de risco para o desenvolvimento e bem-estar da criança!

Main e Solomon (1986) concluíram que as crianças que não se "encaixavam" na tipologia A, B e C apresentavam uma postura "*desorganizada*" ou "*desorientada*". Segundo estes autores, os comportamentos da criança não seriam congruentes com o contexto interactivo imediato e nem teriam por base uma estratégia coerente de vinculação. As reacções infantis combinavam uma mistura de reacções contraditórias, de medo e de confusão na presença da figura materna. A explicação encontrada por Main e Hesse (1990) para o surgimento de um padrão de comportamento confuso e não estruturado reside na perturbação da resposta dos prestadores de cuidados. Segundo estes autores, os pais que respondem ao

alarme ou à ansiedade da criança com um comportamento "assustado" ou "assustador" aumentam a probabilidade da emergência do padrão D. As mães consideradas *assustadoras* potenciariam o receio da criança porque elas próprias são uma fonte de abuso físico ou psicológico. Quanto às mães *assustadas*, procurariam a proteção dos filhos numa inversão de papéis que viola as expectativas da criança e que evita que a criança receba a proteção que precisa (revisão em Fuertes, 2011).

Culturas e Relação mãe-filho

A investigação tem identificado a vinculação segura como uma fonte de proteção e fonte de resiliência para o desenvolvimento socioemocional e para a aprendizagem (Thompson, 2008). Contudo, a sua prevalência difere entre países e culturas (van IJzendoorn, & Sagi-Schwartz, 2008). Nos países asiáticos e em Israel verifica-se uma maior prevalência de vinculação resistente (centrada na dificuldade de autonomia e de resolução emocional) e nos países da Europa do norte maior prevalência de vinculação evitante (centrada no distanciamento físico e emocional). Mais importante, os níveis de vinculação insegura e desorganizada ascendem a percentagens superiores a 80% em paises com regimes totalitários, ditatoriais, em guerra, com terrorismo, muito empobrecidos e com má respostas de saúde e educação na infância (van IJzendoorn, & Sagi-Schwartz, 2008). Crittenden & Claussen (2000) propõem um modelo compreensivo destas diferenças, referindo que as formas de vinculação são adaptações contextuais. Todas as formas de vinculação, nesta perspetiva, são adaptativas e funcionais à luz de um determinado contexto. Deste modo, por exemplo, para os nórdicos europeus, historicamente com condições ambientais e climatéricas mais inóspitas, é precisamente uma forma de vinculação estruturante de uma personalidade mais autónoma, resiliente, orientada para organização e para a tarefa que lhes permite adaptarem-se com sucesso reprodutivo à sua realidade. Contudo, em cenários de crime e guerra pode ser necessários desenvolver comportamentos defensivos hiperviolentos. Sobretudo, a investigação tem indicado que estes contextos de elevado risco são promotores de elevada perturbação mental e psicossomática, geradores de doenças mentais e depressão crónica. A única forma de responder a estes processos, é melhor as condições de vida e de educação dos pais, permitindo organizadas, novas e mais seguras formas de vida – novos contextos para a criação dos seus filhos.

Relação mãe-filho(a) e Toque físico

O contacto corporal e contacto físico têm sido associado à qualidade da vinculação.

Ferber, Feldman e Makhoul (2008) analisaram a quantidade de toque de estimulação, afetivo e instrumental materno durante atividades de rotina diária (e.g., mudanças de fraldas, alimentação), ao longo do primeiro de vida da criança. Os resultados indicaram que a quantidade do toque não era um fator determinante na relação na mãe-filho(a). Porém, a qualidade das experiências proporcionadas nas atividades com toque era determinante dessa qualidade, nomeadamente pela reciprocidade desencadeada e pelo envolvimento emocional proporcionado. Ora, aqui alguma investigação começa a indicar que a quantidade de toque (contacto físico) não é por si um indicador, exceto nas díades com mães com o diagnóstico de depressão ou outras alterações somáticas (e.g., Herrera, Reissland, & Shepherd, 2004).

A relação entre a proximidade física e a qualidade da vinculação foi estudada em díades em que os bebés eram transportados junto ao corpo (slings) e em díades que transportaram os bebés por meios auxiliares (e.g., carrinhos, berços). Os resultados foram muito evidentes, 83% das crianças transportadas junto ao corpo apresentaram uma relação segura face a 39% do grupo de controlo. Aos três meses de vida do bebé, nas díades com transporte corporal, as mães apresentaram comportamentos mais contingentes e recíprocos (Anisfeld, Cusper Nozyce, & Cunningham, 1990). Num estudo com pais que usavam os dois tipos de transporte, verificou-se que os pais e os bebés vocalizam mais e com mais sincronia quando os bebés são transportados em marsupiais em oposição aos carrinhos (Mireault, Rainville, & Laughlin, 2018).

Em Portugal, a pesquisa Carina Santa Bárbara, coordenada por Marina Fuertes e Olívia Carvalho (No prelo) procurou comparar a qualidade de vinculação em dois grupos de bebés: i) bebés transportados junto ao corpo das suas mães e ii) em bebés sem este tipo de transporte (preferencialmente transportados fora de casa em carrinhos ou outros meios auxiliares de transporte). Para o efeito, selecionámos uma amostra de 20 díades mãe-filho/a cujos bebés, entre os 6 e os 36 meses, foram transportados junto ao corpo da mãe no primeiro ano de vida e 20 díades em que as mães não tinham forma preferencial de transporte dos seus bebés. A qualidade da interação mãe-filho foi observada em interações livre do cotidiano através das escalas *CARE-Index* e MINDS (Santa Bárbara, 2018) Curiosamente, os resultados indicam que comparativamente aos bebés transportados junto ao corpo da mãe, o grupo de comparação (bebés transportados por meios auxiliares diferenciados). De um modo geral, os nossos resultados indicam que o contacto físico por si só, não é suficiente para promover boas interações mãe-filho(a), é necessário que as díades apresentem reciprocidade, qualidade afetiva e de jogo (Feber et al., 2008). Ora, aqui levantamos a questão se as mães portuguesas conseguem, como noutras culturas, adicionar a experiência de transporte corporal com a

atenção e resposta às solicitações dos bebés. De facto, quando comparamos expressão facial, expressão vocal, afetividade, reciprocidade, contingência e atividade lúdica nos dois grupos de estudos, verificamos que as mães do nosso estudo que transportam corporalmente os seus filhos apresentam piores indicadores na reciprocidade e contingência. Ora, o nosso estudo levanta uma nova questão de estudo: será que estas mães já apresentavam problemas de interação com os filhos e a opção pelo *babywearing* foi uma tentativa de reparação face a um dia inteiro de distância por razões profissionais? Ou não tendo a experiência culturalmente transmitida do uso do pano, será que as mães portuguesas usaram corretamente o *babywearing* ou ainda que o fizeram por uma questão de moda e não pela experiência materna em si?

BIBLIOGRAFIA

Ainsworth, M. D., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment- A psychological study of the Strange Situation.* New Jersey, NJ, US: Lawrence Eribaum Associates.

Assembleia Nacional de Angola (2010). Constituição da República de Angola. Angola

Assembleia Nacional de Angola (2012). Lei 25/12 Lei Sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança. Angola. Retirado de: http://www.governo.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=511

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development,* 55, 83-96. doi.org/10.2307/1129836

Bowlby, J. (1969/1982). *Attachment and loss* (Vol. I). London: Penguin Book.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives, Developmental Psychology, 22 (6), 723-742. doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In RM. Lerner (Ed.), Theorectical models of human development (5 ed., pp. 993-1028). (Handbook of Child Psychology; Vol. 1). New York: Wiley.

Bronfenbrenner, U. & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: emerging theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development,* 9, 115-125. doi.org/10.1111/1467-9507.00114

Carvalho, O. (2016). Crescer saudavelmente em Angola. Porto. Livpsi

Carvalho, O. (2019). Identidade, cultura e educação, A visão de uma portuguesa, com um coração Mwangolé. *Revista Sol Nascente, 15*| (pp. 4-6).

Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-22). New York, NY, US: Guilford Press.

Ferber, S. G., Feldman, R., & Makhoul, I. R. (2008). The development of maternal touch across the first year of life. *Early Human Development, 84*(6), 363-370. doi:10.1016/j.earlhumdev.2007.09.019.

Fuertes, M. (2011a). Histórias de vida: da investigação à intervenção precoce. Educação: *Da Investigação às práticas*, 1 (1), 89-109. doi.org/10.25757/invep.v1i1.56

Fuertes, M. (2011b). Estudo exploratório sobre a classificação da vinculação atípica: desorganização ou adaptação? *Psychologica*, 52, 349-370. doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_17

Fuertes, M. (2019). Intervenção Precoce na Infância – práticas suportadas na evidência. In F. Veiga (org.) Psicologia da Educação: Temas de Aprofundamento Científico. Coimbra: Almedina (pp. 587-581).

Herrera, E., Reissland, N. & Shepherd, J. (2004). Maternal touch and maternal child-directed speech: effects of depressed mood in the postnatal period. J*ournal of affective disorders*, 81 (1), 29-39. Doi: 10.1016/j.jad.2003.07.001

Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. B. Brazelton & M. W. Yogman (Eds.), *Affective development in infancy* (pp. 95-124). Westport, CT, US: Ablex Publishing.

Main, M., & Hesse, E. (1990). Parents' unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on mental health and development. Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 161-182). Chicago, IL, US: University of Chicago Press.

Rodrigo, M., Chaves, M., & Quintana, J. (2010). *Buenas prácticas profesionales para el apoyo de la parentalidade positiva.*Madrid: Federación Española de Municipios y Provincias.

Santa Bárbara, C (2018). *Relação mãe-filho(a) em bebés transportados junto ao corpo das mães* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.21/9372

Santa Bárbara, C., Fuertes, M., Carvalho, O. (2019, no prelo). Relação mãe-filho(a) em bebés

transportados junto ao peito e em bebés transportados em carrinhos. *PSICOLOGIA.*

Sameroff, A. & Fiese, B. (2000). Transactional regulation and early intervention. In J.P. Shankoff, & S. J. Meisels (Eds). *Handbook as early childhood intervention* (pp. 135-159). Cambridge: Cambridge University Press.

Thompson, R. A. (2008). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications (pp. 330-348). New York, NY, US: Guilford Press.

UNICEF - Angola (2015). As Crianças em Angola. Avanços e Desafios. Retirado de: https://www.unicef.org/angola/criancas-em-angola

van IJzendoorn, M. H., & Sagi-Schwartz, A. (2008). Cross-cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications (pp. 880-905). New York, NY, US: Guilford Press.

INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO CIDADÃO

José Cláudio Zeferino[1]

Resumo

No presente artigo é apresentada a influência da cultura na formação da consciência do cidadão. Conceitos, objectivos, processos da cultura, tipos e tendências da personalidade são discutidos. Para tanto, utiliza-se a pesquisa bibliográfica como meio de obtenção de referencial teórico pertinente. Conclui-se com o artigo com a visão de que são várias influências da cultura na formação da consciência do Cidadão.

Palavras chaves: **Cultura, Consciência, Influência, Personalidade.**

Introdução

O homem vive em muitas dimensões. Move-se no espaço, onde o meio natural exerce influência constante sobre ele. Existe no tempo, que lhe dá um passado histórico e o sentimento do futuro. Realiza as suas actividades numa sociedade de que faz parte e identifica-se com os outros membros do seu grupo para cooperar com eles no seu sustento e na sua continuidade.

Mas a este respeito o homem não é único. Todos os animais se dão conta do espaço e do tempo. Muitos formam sociedades em que a necessidade de se adaptarem aos outros membros constitui um factor sempre presente na sua vida.

O que distingue dos outros o homem, esse animal social de que nos ocupamos é a cultura (Abrunhosa, 1993).

A cultura pode ser considerada como o elemento principal que difere um povo ou nação da outra. Os costumes, hábitos, danças, a música, a arte, modo de pensar e agir, isto tudo faz parte da cultura de um povo e devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade do colectivo em questão.

[1]Licenciado em psicologia pelo ISCED Lubango, Mestre em Psicopedagogia Clinica pelo Instituto de Altos Estudos Universitários Barcelona Espanha, Doutor em Psicologia educativa no Atlantic Interneitional Universit Honolulu Hawai EUA, Professor do Instituto Superior Sol Nascente do Huambo.

Conceitos

A palavra cultura derivada do latim, "*colere*", significa literalmente "cultivar, plantar". Partindo desse princípio, percebemos que se trata de uma herança que o povo vai acumulando ao longo dos anos, e porém deve ser preservada.

Abrunhosa (1993) definiu a cultura como sendo o processo de transformação operado pela sociedade na conduta individual do homem, em ordem a datá-lo de maiores possibilidades no respeitante à consecução de um nível maior de adaptação e aproveitamento do meio.

A Cultura neste caso será, portanto, o que o homem adquire ao longo do tempo, em contacto com o meio social, e que transmite às gerações vindouras.

É este sentido da palavra cultura que interessa no campo de Psicologia, pondo de parte outras noções, em especial a que faz dela sinónima de sabedoria ou erudição, de características passivas.

Neste caso podemos afirmar que a cultura sempre está além da consciência do indivíduo e a mantém e a transmite. A cultura está sempre na consciência do indivíduo, mas externa a ela. Por isso, nenhum cidadão existe por si mesmo, porque o cidadão isolado não produz cultura. A cultura é produto social.

A cultura abrange a representação colectiva. Estas representações colectivas são hoje objecto de estudo em ciências humanas e sociais (Mead 2015).

Cada pessoa pertencente a uma determinada nação agrega valores culturais, os quais a levarão a fazer ou expressar-se de forma específica. Esse mecanismo de adaptação é um dos principais elementos da cultura, e torna-se ainda mais importante quando se alia ao factor cumulativo. As modificações que se desenvolveram e que foram trazidas por uma geração passam para a geração seguinte, e se implementam ao melhorar aspectos para futuras gerações.

Neste caso, este artigo tem como objectivo divulgar a influência da cultura na formação da personalidade do cidadão, de um povo ou mesmo da sociedade.

Mostrar a importância de transmissão de valores culturais às novas gerações, como garante da sua cidadania.

Características da cultura

Cultura e a realidade social: Já nos referimos acima que a cultura é produto social. Neste caso ela torna inseparável da realidade social. Ela está sempre presente em todas as organizações humanas que os humanos se organizam em sociedade. É neste caso que nos

referimos que a cultura é uma construção de âmbito históricoe é tida como produto colectivo da vida humana. Assim sendo, a cultura implica necessariamente referir-se a um processo social concreto. Costumes, tradições, manifestações culturais e folclóricas como festas, danças, cantigas, lendas, etc. Estes elementos culturais só fazem sentido enquanto parte de uma cultura específica; ou então, as manifestações culturais não podem ser compreendidas fora da realidade e história da sociedade à qual pertencem.

Dinamismo da cultura: O aspecto dinâmico é uma das características da cultura. A melhor forma de pensar na cultura é olhar para o seu dinamismo e não olhar para a cultura como algo estagnado no tempo e no espaço. Notamos este dinamismo no mundo da globalização, marcado por rápidas transformações tecnológicas, mundo da grande velocidade de informação, no qual há constante contacto entre as culturas e disseminação de padrões culturais pelos meios de comunicação de massa. Porém, mesmo quando se fala de sociedades tradicionais, não quer dizer que elas não se modifiquem. Todo aspecto de determinada cultura tem a sua própria dinâmica, pois não existe nenhuma sociedade humana que esteja isenta de transformações com o tempo e em contacto com outras culturas.

As gerações velhas têm a responsabilidade de passar a cultura às novas gerações, através da educação, manifestações artísticas e outras formas de transmissão de conhecimento. Neste caso, a consciência do indivíduo estará preparada para receber estes aprendizados culturais.

Portanto, um menino e uma menina agem diferentemente não por causa de seus hormônios, mas sim, devido à educação diferenciada que recebem. Na comunidade Primitiva, a grande divisão de trabalho indicava a maneira de passar a educação e outras formas culturais. Os homens para a caça grossa juntos os rapazes, enquanto as mulheres iam na recolecção de frutos, mel e outros insectos. Ali, as novas gerações recebiam a educação e instrução de ser homem e ser mulher.

Não só, no período, em que o homem tornou-se sedentário, vivendo em comunidades ou mesmo em aldeias, também enquanto esta divisão em forma de educação e instrução, é uma forma de transmitir a cultura e formatar a consciência do cidadão. “ **Odjango**” era o lugar ideal para educar os rapazes e se prepararem para o futuro papel de homem, enquanto as meninas eram concentradas no **ochiwo** no grupo etno-linguistico Umbundu e **ochoto** e nos grupos etno-linguistico nhaneka humbe, e outras do sul de Angola**.**

As sociedades humanas historicamente desenvolveram formas diferentes de se organizar, de relacionar internamente, com outros grupos sociais e com o meio ambiente. Os cidadãos pertencentes às sociedades manifestam diferentes formas de percebem o meio que os rodeia para possa orientar a actividade social.

Os factores geográficos e biológicos, não podem estar na base da explicação da diferenciação cultural.

Indivíduo, Sociedade e Cultura

É nesta relação triádica, que podemos verificar a grande influência que a sociedade e a cultura exercem no comportamento humano, formando deste modo sua personalidade. Assim, analisamos o processo de Endoculturação.

Endoculturação é o processo através do qual o comportamento humano é modelado culturalmente e organizado socialmente. Os antropólogos estudam todo tipo de socialização que tenha como resultado a aquisição de cultura e, portanto, de personalidade. Na verdade, o indivíduo é moldado por factores sociais e culturais, mas conserva sua capacidade de pensar, sentir e agir com independência, resguardando sua individualidade. Não é possível encontrar duas pessoas exactamente iguais, apesar da influência decisiva da sociedade e da cultura, ou seja, assim como é impossível isolar o ser individual da sociedade, esta não pode direcionar completamente as acções dos sujeitos, eliminando suas particularidades.

Padrões de cultura preestabelecidos, orientadores da conduta, acham-se intimamente relacionados com a psicologia dinâmica do individuo. Contudo não se pode admitir, dada a diferença de temperamento das pessoas, uma aceitação compulsória do comportamento ditado pela sua sociedade. Entretanto, a maioria dos seus membros são moldados pela própria cultura, adoptando espontaneamente o comportamento configurado pelo contexto em que vive. As diferenças individuais têm por causa as variações na constituição genética, somadas à vivência pessoal e ao facto de que os indivíduos ajustam-se à cultura por diferentes e variados motivos, de acordo com seus próprios interesses. Entretanto, adoptam comportamentos mais ou menos previsíveis e esperados, podendo-se reconhecer pelo menos alguma correspondência de identidade entre a cultura de um grupo e a personalidade de seus membros.

Influência da Cultura na formação da consciência

Jesus (1997), analisando as opiniões de Freud, alega que, os homens são " Criatura em cuja herança instintiva deve ser computada uma poderosa parcela de agressividade". É esta "inclinação para agressão" Perturba as relações humanas e que força a cultura a um alto gasto de energia.

A sociedade está constantemente ameaçada de desintegração devido a esta hostilidade primordial entre os seres humanos, a cultura tem de usar seu maior esforço para estabelecer limites aos instintos agressivos do homem. Ali sim, de acordo com Freud, a cultura aparece para influenciar de forma positiva na formação da consciência do cidadão, de modo a regular a agressividade instintiva do ser humano.

Do ponto de vista de Farr (1998), e olhando para os limites dos desejos humanos, é notório que estes não são estabelecidos pela Biologia ou estado físico, mas sim, pelas regras sociais que têm a função de definirem para cada cidadão, aquilo que legitimamente têm direito. Neste caso, incorporadas à consciência do individuo, essas regras estabelecem e disciplinam as aspirações dos homens e criam a possibilidade de um modelo de satisfação e realização.

Analisado as ideias deste autor, é notória que o cidadão é incorporado em duas estruturas diferentes: estrutura cultural, que vem a ser o conjunto de valores normativos que governam a conduta comum do cidadão, pertencente a uma sociedade, e a estrutura social que é o conjunto organizado de relações sociais no qual o cidadão é implicado de várias maneiras.

Por isso, Almeida (2010), nas suas abordagens, podemos encontrar dois tipos de influências completamente distintas que são exercidas sobre a formação da consciência humana ou da personalidade.

1- A influência que se origina da conduta culturalmente padronizada de outras pessoas " para com" a criança. Que começa a operar desde o nascimento e são de fundamental importância durante a infância.

2- A influência que se origina da observação ou instrução que o individuo tem dos padrões de conduta característicos de sua sociedade.

Embora estes padrões não afectem directamente, eles fornecem-lhe modelos para o desenvolvimento de suas próprias reacções habituais às várias situações. E embora careçam de importância na primeira infância, continuam a afectá-lo durante a vida.

Ainda acreditamos que a cultura influência na consciência do cidadão de forma positiva, quanto regula os instintos agressivos do cidadão, e de forma negativa, o cidadão vê pela cultura como sendo um dogma, mito. Neste caso a cultura produz a inconsciência, prejudicando assim a própria sociedade e o meio ambiente.

Olhando pelas ideias de Wilbur O'Donavan (2013), cada um de nós reflecte as influências da nossa cultura, experiências de infância, a experiência da parentalidade, educação, crenças, visão do mundo e muitas outras coisas.

Conclusão

Para um cidadão moderno e educado, estas influências juntaram dois mundos muito diferentes. Por um lado, existe a influência forte de uma cultura rural tradicional na qual somos de origem, cuja existe há séculos. Por outro, as crenças, práticas, valores e visão do mundo moderno, científico e a educação centrado as novas tecnologias de informação que desempenham uma grande influência na vida do cidadão moderno. Estes dois mundos exercem grande influência tanto no pensamento do cidadão como nas tomadas de decisões.

Neste caso, não existe relação necessária entre características físicas de grupos humanos e suas formas culturais. A diversidade das culturas existentes corresponde à variedade da história humana. Cada realidade cultural tem sua lógica interna, que faz sentido para os indivíduos que nela vivem, pois é resultado de sua história e se relaciona com as condições materiais de sua existência.

A cultura influencia-nos, motiva-nos, coagem-nos e levam-nos a criar hábitos e a regular as nossas condutas sob pena de reprovação social. Evidenciam valores, normas e costumes sociais, exercendo sobre o cidadão forte pressão desde o momento do nascimento.

Para a melhor coexistência, o indivíduo necessita de regular o seu comportamento por padrões de conduta que a família e a sociedade em geral lhe vão apresentado. Tal processo designa-se por socialização e permite-lhe uma adequada adaptação. De modo a tornar-se um membro apto e cooperante da sociedade.

Referencias Bibliográficas

Almeida, M. Victor. *O Mediador Sociocultural em Contexto Escolar*, 2ª edição, edições Pedago, Lda, Portugal-2010. ISBN:978-972-8980-84-9

Martin-B, Jesus. *Dos meios às mediações*: Comunicação, cultura e hegemonia. 2ª edição. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Maria A. Abrunhosa. *Introdução à Psicologia*, 5ª edição, Volume 1 Edições ASA Rio Tinto, 1993

Margaret Mead. *s*, 2º edição, edições Zahar, Rio de janeiro, 2015. ISBN: 978-85-378-1404-8.

Wilbur O'Donavan. *Cristianismo Bíblico na África Moderna*, 1ª edição, Outubro 2013, Edições, Sociedade Bíblica Portugal, ISBN:978-989-8529-44-2,

Robert M. Farr. *As Raízes da Psicologia Social Moderna*, 10ª edição, editora Vozes, Brasil 1998, ISBN: 978-85-326-2092-7.

ARTIGOS / PAPERS

ECONOMIA

ABORDAGEM SOBRE O IMPACTO DA ADOPÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NO NÍVEL OPERACIONAL DAS EMPRESAS: CASO POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AFECTOS À SONANGOL - EP NO MUNICÍPIO DO HUAMBO

Paulino Ricardo Cossengue[1]

RESUMO

O presente estudo tem por objectivo principal contribuir para o conhecimento do impacto e dos critérios da adopção dos sistemas de informação tecnológica no nível operacional das empresas, tendo como estudo de caso os postos de abastecimento da Sonangol-EP no município do Huambo. A pesquisa foi conduzida com base na perspectiva qualitativa, embora apresente alguns indicadores estatísticos, sobretudo na determinação da amostra. Importa também expressar o facto de que, o tratamento de dados foi feito com recursos à combinação do Pacote estatístico SPSS e Microsoft Excel office 2010. Os resultados revelam haver algumas limitações do sistema de informação tecnológica adoptado para o atendimento ao cliente e também confirmam haver excesso de mão-de-obra não propriamente comprometida com o trabalho. Em suma, entende-se que, a actualização dos sistemas de informação, combinada com a estratégia de consolidação, poderia impulsionar melhorias no desempenho dos postos de abastecimento de combustível afectos à Sonangol no município do Huambo.

Palavras-Chave: Sistemas de informação tecnologia, desempenho, estratégia, nível operacional, redução de custos e maximização de lucros.

ABSTRACT

The main objective of the present study is to contribute to the understanding of the impact and the procedures of adopting the technology information systems on the operational level of

[1] Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade José Eduardo dos Santos; Mestre em Ciências Empresariais pela Universidade de Gloucestershire, Reino Unido Email:cossenguep@yahoo.com

companies, using the petrol stations affiliated with Sonangol for case study. The research has been conducted on the bases of qualitative perspective despite the statistic indicators in the process of determining the sample. It is also important to stress the fact that the data processing has been supported by the software statistic package of SPSS and Excel 2010 combined. The results reveal some limitations of the technology information system adopted for customer service and also confirm the existence of excessive number of labour not properly committed to work. All in all, it is understood that an updated information system coupled with the consolidation strategy could clearly lead to a performance improvement for petrol stations affiliated with Sonangol in Huambo municipality.

Keywords: Technology Information Systems, Performance, Strategy, Operational level, Cost Reduction, Increasing Return.

1. Introdução

O desenvolvimento tecnológico revolucionou o funcionamento das empresas e a forma da abordagem dos mercados. No conjunto de factores tecnológicos em grande desenvolvimento, a tecnologia de informação de forma inevitável, como recurso de produtivo empresarial ocupa um lugar de destaque.

Durante vàrias décadas, a tecnologia de informação foi vista como um simples mecanismo de apoio às organizações, do qual não se podia esperar qualquer retorno. De acordo com Dessler (2002), hoje, na medida em que a competitividade de mercados intensifica, as empresas vão reconhecendo cada vez mais os sistemas de informação tecnológica como sendo instrumentos indispensáveis para aquela gestão orientada para a sobrevivência ou desenvolvimento das empresas a longo prazo.

Recuando no tempo, é possivel lembrar que, a partir da década de 1930 alguns cientistas começaram a trabalhar com dispositivos de cálculo com algum tipo de sistema de controlo automático. Já se dispunha da tecnologia necessária para se construir aquela estrutura imaginada por Babbage. Surgiram os primeiros computadores mecânicos e eletromecânicos e muitos projectos de computadores feitos posteriormente sofreram muitas influências dessas primeiras máquinas (Filho, 2007). Por outra, os aspectos ligados à tecnologia não podem ser vistos como sendo novos no cíclo de convivência do homem.

Porém, embora tendo feito parte do utensílio do homem desde os tempos mais recuados, antes da revolução industrial não fazia parte da abordagem científica (Abreu, 1999). Ainda de acordo com o mesmo autor, após a segunda guerra mundial o sistema informático imerge

como instrumento maximizador da capacidade mental do capital humano envolvido em actividades das empresas, registando-se assim o passo crucial no avanço da tecnologia. Desta forma torna-se possível assumir que, a tecnologia começa a fazer parte da ciência na segunda metade do século XX.

A evolução tecnológica registada nos dias que correm está na base do desenvolvimento das organizações, que passam a ser vistas como inteligentes, na medida em que socorrem-se de sistemas de apoio ao processo de decisões de carácter operacional, conhecimento, gerencial e estratégico (Laudon & Laudon, 2004).

Segundo Chiavenato (2009), acima de todos os benefícios, está a capacidade de transformar o mundo em chamada aldeia global, permitindo o cruzamento de informações entre continentes numa velocidade jamais imaginada.

Laudon & Laudon (2004) sustentam que, o desenvolvimento acelerado da tenologia está na base da transformação das indústrias em economias mundiais, abrindo oportunidade do surgimento da globalização. Perante tamanha transformação, a estrutura tradicional revela-se incapaz de habilitar as organizações, para o confronto com as ameaças e oportunidades que se levantam em mercados turbulentos.

O aperfeiçoamento dos sistemas informáticos, a possibilidade de controlo dos custos por vias de computadores e redes de comunicação, associoadas á facilidade de manuseamento, permitiu a criação de infraestruturas de tecnologia de informação mais sólida e orientada para o desempenho organizacional (Schein, 2006).

No caso da Sonangol em Angola, o seu investimento em tecnologia de informação no nível operacional é notório. Porém, em algumas áreas funcionais, especialmente nos postos de abastecimento de combustível, observam-se alguns indicadores que de certa forma sugerem haver desproporções entre a tecnologia presente e a capacidade de exploração destes meios.

Experiências de várias empresas no mundo revelam que, o investimento em sistemas de informação tecnológica deve ocorrer em paralelo com o do capital humano (Laudon; Laudon, 2004). Isto indica que, qualquer procedimento contrário condena o investimento em referência ao fracasso.

1.1 Objectivo global do estudo

O presente estudo pretende contribuir para o conhecimento do impacto da adopção dos sistemas de informação tecnológica no nível operacional e também das condições necessárias

para que os sistemas em referência tragam resultados satisfatórios para as agências vendedoras de combustível e para a Sonangol.

1.2 Objectivos Específicos

1.2.1. Rever o histórico disponível em torno da presente temática;

1.2.2. Analisar o estado funcional dos sistemas de informação tecnológica dos postos de abastecimento de combustível afectos à Sonangol no município do Huambo;

1.2.3. Avaliar a capacidade humana de resposta à demanda nos referidos postos;

1.2.4. Propor se necessário, uma estratégia dinamizador da actividade a este nível.

1.3 Justificativa

O presente estudo resulta da identificação de alguns indicadores ou sintomas, que sob ponto de vista de gestão moderna podem interferir negativamente na execução das actividades suportadas pelos sistemas de informação tecnológica. Dentre estes podem-se citar as paralisações frequentes de várias bombas por longo tempo apesar de longas filas de espera de atendimento, o excesso de funcionários apesar de haver meios tecnológicos que em condições normais substituiriam grande parte da mão-de-obra não qualificada. Em suma, este fenómeno motivou o presente estudo, que em resposta pretende trazer algum contributo não só para o conhecimento daquilo que em condições normais deve ser o impacto da adopção dos sistemas de informação tecnológica, como também, dos critérios impostos pelo respectivo processo, o que acredita-se que poderá melhorar o desempenho dos postos de combustível afectos à Sonangol – EP.

1.3 Delimitações

Tratando-se de uma instituição nacional, com actuação aparentemente padronizada, o estudo focaliza-se somente nos seguintes aspectos:

1.4.1. Desempenho do sistema de informação tecnológico adoptado para os postos de abastecimento de combustível da Sonangol no município do Huambo;

1.4.2. Capacidade dos funcionários dos respectivos postos em absorver e manusear tais sistemas.

1.5 Estrutura do Trabalho

Parte 1	Introdução
Parte 2	Fundamentação Teórica
Parte 3	Síntese Metodológica
Parte 4	Discussão dos Resultados

Parte 5	Conclusões
Parte 6	Sugestões

2. Fundamentação Teórica

O ambiente turbulento de negócios exige das empresas maior capacidade de adaptação a mudanças constantes registadas nos mercados. Neste âmbito, a informação joga um papel crucial na tomada de decisões ligadas não só a mudanças, como também à dinamização dos processos internos e externos. Além disso, torna-se imperioso que os participantes deste movimento competitivo invistam em sistemas capazes de disponibilizar informações de forma rápida e em tempo oportuno (Dessler, 2008).

As mudanças constantes dos mercados, a intensificação da competitividade e as exigências crescentes dos consumidores, deram lugar à necessidade de reinvenção, com vista a garantir maior qualidade, rapidez e rentabilidade das empresas. Porém, tudo isto não seria possível sem a tecnologia de informação (Burnes, 2000). A importância atribuída à tecnologia de informação nos dias que correm faz com que o uso desta seja abrangente a todos os níveis da estrutura hierárquica das organizações, apesar da capacidade de desempenho dos mesmos variar de acordo com a importância e complexidade de cada nível (Millmore *et al*. 2007).

O facto de que o retorno sobre o investimento tecnológico depende de outros factores, faz com que o mesmo não seja alcançado por todos (Schein, 2006). Ainda o mesmo autor, na tentativa de esclarecer os factos, apresenta a substituição do sistema tradicional pelo moderno, como condição de asseguramento de retorno. Laudon & Laudon (2004), consideram a tecnologia como sendo o alicerce sobre o qual assenta o processo de transformação das empresas. Estas são transformações globais, envolvendo não só produtos e serviços, mas também processos que conduzem ao acabamento dos mesmos produtos e serviços.

A denominação, sistema de informação, pode ser entedida como algo isolado e muito mais moderno do que qualquer outro instrumento de trabalho. Mas o que se deve assimilar é que, trata-se de um mecanismo resultante da existência e uso dos computadores, que por sua vez não são estranhos no ciclo do homem (West *et al*. 2010).

O desenvolvimento cada vez mais acelerado dos sistemas de informação abre a possibilidade das empresas concretizarem operações que no contexto tradicional eram vistas como impossíveis. Também, graças aos mesmos sistemas, as empresas registam reduções significativas dos seus custos, dando lugar à oportunidade de maximização dos lucros

(Laudon & Laudon, 2004). Ao lembrar que o cliente moderno, no seu processo de tomada de decisão de compra orienta-se por qualidade, preço, serviço e rapidez, assume-se que, o sucesso das empresas hoje está intimamente ligado à velocidade de assimilação da informação e de tomada de decisões (Kotler & Armstrong, 2008).

2.1 Networks e vantagens das telecomunicações

As redes de telecomunicações, tais como internet, intranet e extranet, tornaram-se cruciais para o sucesso de qualquer empresa, independentemente do seu tamanho. Por isso, as empresas tornaram-se dependentes dos sistemas de informação baseados em computadores (Garcia, 2017). Estas redes resumem-se em computadores, processadores e outros dispositivos interligados por meiod das comunicações.

A utilização apropriada destes meios tecnológicos proporciona uma infraestrutura de informção importante para o sucesso das operações e dos negócios, para além de outros componentes de criação de valor a favor dos clientes e outros grupos interessados no desempenho das empresas (Hughes, 2008). No contexto interno, o sistema de informação tecnológica exerce um papel importante na transformação da informação baseada na estrutura hierárquica das organizações em concordância com as necessidades de cada nível.

Figura 1: Necessidade de informação por nível organizacional

Fonte: (Laudon & Laudon, 2004)

A figura acima demostra sequência das mutações ás quais a informação está sujeita, enquanto instrumento de suporte a todos os níveis institucionais. Assim, observa-se que, o nível operacional captura os dados e encarrega-se em submentê-los ao processamento, visando traze-los ao estado de informação para a sua compreensão.

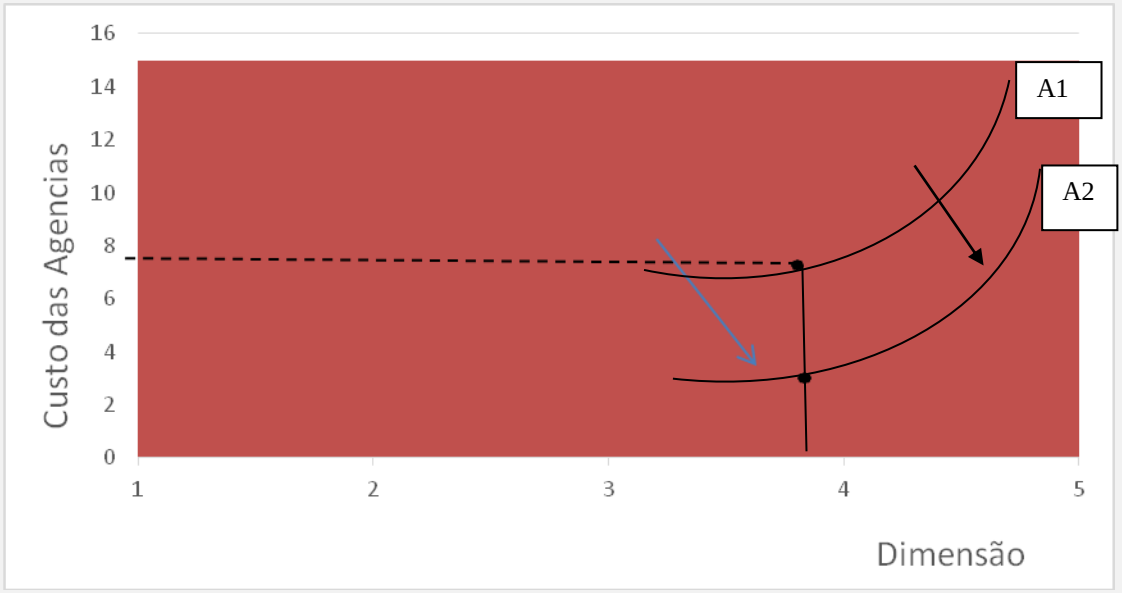
No nível intermédio, também fruto da adopção do sistema de informação tecnológica, regista-se uma fratura que deu origem ao nível de conhecimento. Este nível, para as empresas modernas, agrega quadros responsáveis pelo processo de análise da informação para a sua transformação em conhecimento. Adicionalmente, este mesmo nível encarrega-se de identificar oportunidades e moldar as empresas para o aproveitamento das mesmas.

O nível gerencial sempre existiu, não só como elo de ligação entre as duas extremidades, mas também como canal de interpretação das estratégias ditadas pelo executivo, descentraliza-las em combinação com a respectiva alocação de recursos, seguida de supervisão e monitoramento do processo de implementação.

Estas mudanças adicionam ao processo a tarefa de sintetização da informação no sentido de trazê-la ao estado de inteligência ou sabedoria. Por último, apresenta-se o nível estratégico que fazendo o uso de todo poder e autoridade conferida, apoia-se a esta informação em estado de inteligência ou sabedoria para cumprir com a crucial tarefa de tomada de decisões que determinam os destinos de qualquer organização, estabelecendo desta forma, a importante integração do contexto interno ao externo da organização. Este movimento, para além de outros benefícios como rapidez na execução de tarefas, facilidade de manuseamento e melhoramento da qualidade do produto acabado, muda a condição dos custos das transacções e das agências.

Este último constitui o ponto de concentração da presente pesquisa, já que, uma das grandes dificuldades com que a gestão moderna se confronta tem sido a identificação de estratégias que permitem o enquadramento sólido de ambos, capital humano e recursos tecnológicos, de forma que se possa garantir retorno sobre o investimento, ao mesmo tempo que se observa a redução de custos.

Figura 2. Movimento dos custos das agências



Fonte: (Laudon & Laudon, 2004)

Claramente, este movimento revela o quanto os custos das agências aumentam proporcionalmente ao crescimento das empresas no contexto tradicional. Porém, no contexto moderno, beneficiando-se do uso dos sistemas de informação tecnológica, alguns intervenientes do processo operacional deixam de existir, permitindo assim, a redução dos custos neste âmbito. Isto fica demostrado pelo movimento da linha de curva de experiência, que desloca-se de cima para baixo e para direita abrindo a possibilidade não só de redução dos custos em destaque, mas também de crescimento livre das respectivas empresas (Laudon & Laudon, 2004).

Dentre vários benefícios resultantes desta movimentação destacam-se a eficiência operacional, produtividade e qualidade de serviços.

2.2 Eficiência Operacional

No entender de Dessler (2008), a eficiência resume-se na relação entre os resultados obtidos e os meios utilizados. Neste ponto de vista, caberia ao gestor capitalizar o processo de utilização dos recursos disponibilizados pela economia e pelo rendimento. Este posicionamento encontra suporte em Bazzotti & Garcia (2013), que apresentam o sistema de informação tecnológico como um instrumento que permite os gestores reduzir os custos empresariais.

O processo de redução de custos, para além de cortes, implica encontrar mecanismos de racionalização de recursos materiais e de exploração máxima da mão-de-obra disponível.

(Lynch, 2006). Isto, por outras palavras, pode significar identificar estratégias de maximização do trabalho e resultados sem que haja necessidade de aumentar a mão-de-obra.

2.3 Produtividade

Em relação a este aspecto, o sistema de informação tecnológico permite que as pessoas produzam mais, em menos tempo e com menos recursos, o que revela um aproveitamento melhor da capacidade produtiva da empresa (Hughes, 2008). Esta orientação remete qualquer pensamento á valorização do equilibrio de objectivos organizacionais, sugerindo que o aumento da produtividade deve resultar do esforço de todas as áreas funcionais e não apenas de uma parte dos processos (Poter, 1980). Assim, claramente aproveita-se melhor a capacidade produtiva das empresas, com o devido planeamento e controlo da produção.

2.4 Serviços de Qualidade

A questão qualidade pode ser entendida de várias formas, dependendo não apenas das necessidades e desejos, mas também da capacidade do cliente face á satisfação de sua própria necessidade. Estas duas perspectivas servem de guia para a empresa, no processo de definição do nível de qualidade para cada segmento (Kotler & Armstrong, 2008). O sistema de informação tecnológico, por um lado, proporciona ao cliente grandes possibilidades de percepção. Por outro, quando bem utilizado, permite a empresa satisfazer, fidelizar e reter *-clientes. Nem sempre este processo requer tecnologias do mais alto nível. Uma tecnologia simples e acessível ás organizações como é o caso da linha telefonica e identificador de chamadas, permite a empresa oferecer atendimento personalizado a clientes de forma lucrativa (Kotler & Armstrong, 2008).

Na visão de Dessler (2002) as empresas para tirarem maior proveito da tecnologia de informação, devem criar condições para que a utilização destas seja capaz de levá-las ao alcance fácil de seus objectivos. Isto só será possível com o desenvolvimento combinado das vertentes tecnológica e humana.

Figura 3 - Benefícios da Utilização do Sistemas de Informação Tecnológica (SIT) nas Organizações

Fonte: Adaptaçã do autor a partir de (West *et al*. 2010)

2.5 Dinamização do Nível Operacional

Diante da grande competitividade nos mercados, as empresas encontram nos sistemas de informação tecnológica a única forma de dinamizar os seus processos internos. Dentre estes destacam-se aqueles do nível operacional. O mundo de negócios tem consciência de que, apesar das estratégias serem da responsabilidade do nível estratégico, a sua implementação ocorre sempre no nível operacional. Por isso, nasce a grande necessidade de equipar este nível, de formas a responder às exigências impostas pelos mercados (Johnson *et al*. 2008).

A necessidade de melhorar a actuação desta área funcional torna-se mais evidente a partir do momento em que as empresas despertam perante o facto de que o nível operacional é o único elo de ligação entre as empresas e os seus clientes. Por outras palavras, o facto de ser este nível que se confronta com as comunidades no dia-a-dia, independentemente do nível social de cada classe, faz com que a gestão de relacionamento com clientes seja da responsabilidade directa desta área (Wickham, 1998). Não há dúvidas que os sistemas de processamento das transacções, disponibilizados pelos sistemas de informação tecnológica ao nível operacional contribuem grandemente para o melhoramento do desempenho deste nível. Porém, também não seria surpresa declarar que os resultados deste investimento estão condicionados à capacidade humana em explorar ao máximo tais sistemas.

2.6 Síntese da Caracterização da Sonangol

A Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) foi criada em 1976, é uma empresa pública responsável pela exploração do petróleo e gás natural em Angola.

O grupo tem a sede em Luanda mas está presente em 9 países tais como Cabo-Verde, São Tome e Pincipe, Brasil, Estados Unidos da América, Venezuela, Singapura, Hong Kong, Portugal e Reino Unido.

Cresceu e tornou-se num dos maiores produtores de petróleo da Africa Subsariana. Tem aproximadamente 13.000 trabalhadores e conta com empresas subsidiárias, parceiros nacionais e internacionais e concentra-se na diversificação das suas actividades. É com base neste dinamismo que adoptou a terceirização dos serviços de venda de combustível como estratégia de dinamização dos processos. Esta última é o centro da abordagem para o presente estudo.

2. Síntese Metodológica

Em termos metodológicos, o estudo foi conduzido na base da perspectiva de investigação qualitativa, embora registe alguns indicadores estatísticos sobretudo na determinação da amostra.

Apesar do subjectivismo que caracteriza este tipo de abordagem, segundo Lopes (2005), permite o investigador criar o seu objecto de estudo, dando significado a documentos e processos intervenientes na discussão.

Também, para além de outros atributos, esta abordagem permite uma interpretação e compreensão no sentido holístico, preservando o sentimento de razão (Thiollent, 2005). Este tipo de investigação, permitiu descrever, o que se pode constatar a partir da narração do que acontece no processo de adopção dos sistemas de informação tecnológica. Também permitiu explicar, por vias da apresentação de razões que justificam o acontecimento em análise. Desta forma, concorda-se com Marlenelli (1999), que advoga que, “ a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenómenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Adoptou-se o questionário, a entrevista e o processo documental como instrumentos de recolha de dados. No processo de tratamento de dados utilizaram-se os software Microsoft Excel e SPSS. Com vista a alcançar melhores resultados, o estudo optou pela técnica de amostragem, que no entender de Glatthorn & Randy (2005), pode ser probabílistica,

apoiando-se ao tratamento estatístico ou não probabilística, podendo ser intencional ou por quota.

Assim sendo, para determinar a amostra da população, partiu-se de dados extraídos do sistema de informação da Sonangol, que revela a existência de 40 postos de abastecimento de combustível no município do Huambo. Dentre estes postos seleccionaram-se 25 com uma composição média de nove (9) funcionários cada, perfazendo um universo de duzentos e vinte cinco (225) trabalhadores. A partir do universo em referência, o estudo adoptou a fórmula matemática para o tratamento estatístico, proposta por Levi, citado por Normando *et al*., (2010), expressa da seguinte forma:

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{(N-1).e^2 + Z^2.p.(1-p)}$$

Onde:

n = o tamanho da amostra;

N = o tamanho do universo amostral;

Z = o desvio do valor médio aceitável para o intervalo de confiança adoptado que é de 1,645;

e = a margem de erro estipulada que é de 0,1; e

p = a proporção esperada ou heterogeneidade do espaço amostral, normalmente 50% quando não estiverem disponíveis informações a respeito da variabilidade da amostra.

$$n = \frac{225.(1{,}645)^2.0{,}5.(1-0{,}5)}{(225-1).(0{,}1)^2 + (1{,}645)^2.0{,}5.(1-0{,}5)} = 52$$

Conforme revela o cálculo, chega-se a uma amostra de 52 funcionários participando do estudo, sem esquecer dos princípios éticos ao longo do processo envolvendo os corespondentes em referência.

3. Discussão dos Resultados

Estabelece-se uma distinção baseada em género e idade, mas também no grau de envolvimento entre diferentes classes, incluindo o periódo de experiência e o nível de escolaridade, que podem ajudar a determinar o grau de absorção dos SIT.

Tabela 1 - Resumo dos dados demográficos

Total de Inqueridos = 52		**Frequência**	**%**
Cargo	Gestor	19	36
	Supervisor	33	64

Experiência de trabalho	1 -4 Anos	19	36
	4 - 10 Anos	25	48
	Acima de 10 Anos	8	16
Formação	Gestão de Empresas	8	16
	Contabilidade	17	32
	Outras	25	48
Serviços a este Nível	Investimento Directo	0	0
	Terceirização	52	100
Dominio dos SIT	Nível Intermédio	47	91
	Nível Operacional	5	9
	Actualização	24	46

Fonte: Elaboração do autor a partir dos primários

A tabela revela alguma diversificação de grupos envolvidos no processo operacional de venda do produto ao consumidor. Uma visão geral em torno desta estrutura funcional pode não sugerir observações relevantes. Porém, ao reflectir de forma profunda sobre a mesma estrutura denotam-se três problemas que devem ser levados em consideração:

1. Os serviços de venda de combustível são terceirizados, mas registam algum excesso de funcionários;
2. Apesar do domínio relevante dos SIT, o mesmo revela-se desactualizado e subaproveitado.
3. O domínio de SIT destaca-se no nível intermédio, deixando de fora o nível operacional.

Possivelmente se questione o porquê do primeiro factor ser apresentado como problema. Importa entender em primeira instância o facto de que, a terceirização é parte integrante do processo estratégico tem como objectivo primário, a redução de custos. Por isso, neste caso específico dos postos de abastecimento afectos à Sonangol, evidências revelam algum esquecimento ou falta de entendimento desta perspectiva.

De acordo com Ansoff; Kipley (1984), a terceirização é parte integrante da estratégia de consolidação, que apesar de não prometer crescimento, visa garantir sustentabilidade do existente. Ainda segundo o mesmo autor, para além da estratégia de consolidação consistir em compressão (*downsizing*) e redução dos meios de produção, exige das organizações uma maximização dos trabalhos. Esta perspectiva encontra suporte na orientação de Johnson *et al*., (2008), de que a terceirização deve ser feita em estreita combinação com o corte de custos por ambas partes, agência e agenciadora.

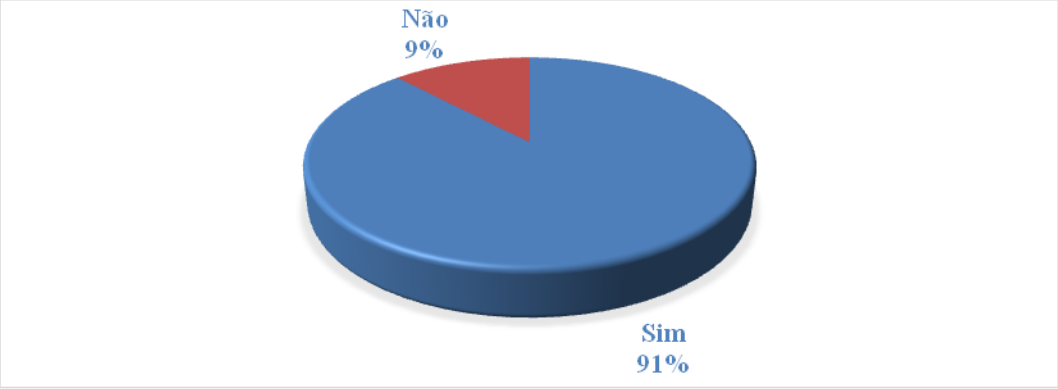
Assim sendo, entende-se que, o aumento de custos por via salarial das agências vendedoras de combustível afecta negativamente o retorno sobre o investimento para a Sonangol. Por outras

palavras, se dum lado permite-se o excesso de número de funcionários da empresa agenciada, do outro lado, também permite-se aumento de custos da mesma agência. Aparentemente, estes custos são apenas da agência. Porém, de uma forma indirecta se vão reflectir na negociação do pagamento que deve ser feito à empresa agenciadora, neste caso a Sonangol.

Este posicionamento encontra suporte na teoria dos custos das agências, que define as empresas como um conjunto de indivíduos distintos não só pelo seu carácter mas também pelos seus interesses, o que torna necessária a supervisão e o monitoramento (Laudon & Laudon, 2004). Esta chamada de atenção sugere algum despertar à Sonangol, de tal sorte que, não limite as suas acções apenas na distribuição de postos de abastecimento de combustíveis, mas também faça o devido acompanhamento e apoio, como por exemplo, colocar sua experiência em gestão à isposição das agências vendedoras.

Em relação ao segundo problema, alguns autores como Drucker (1985), Dessler (2002), Laudon & Laudon (2004) e Hughes (2008), sustentam que, os sistemas de informação tecnológica devem permitir a combinação do crescimento da empresa com a redução dos custos da mesma. Porém, os mesmos autores reconhecem que, a referida combinação depende da capacidade do capital humano em absorver e explorar os sistemas ao limite máximo.

Gráfico 1 - Domínio do Sistema de Informação Tecnológica

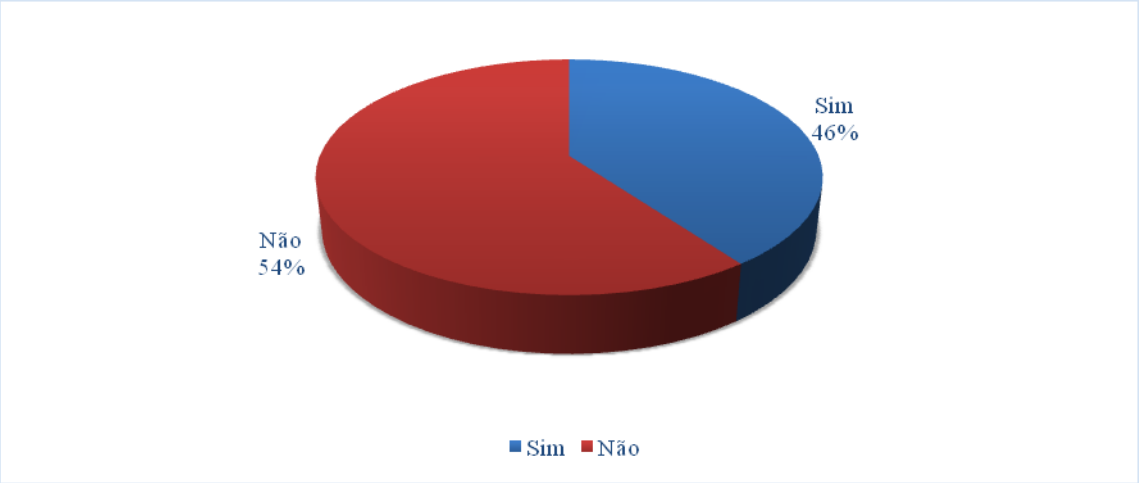


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados primários

O presente gráfico revela uma satisfação significativa da exigência relacionada com o domínio dos SIT. Mas o facto de este domínio registar-se ao nível de quadros superiores e no nível intermédio, indica que o foco em termos de crescimento é de alguma forma confuso, uma vez que o elo de ligação entre a empresa e o mercado é o nível operacional e não o

intermédio. Este dado revela desvalorização da linha da frente, a quem em última instrância cabe a gestão de relacionamento com o cliente.

Gráfico 2 - Actualização do Sistema de Informação Tecnológico



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados primários

Um outro aspecto importante e merecedor de atenção tem a ver com o acompanhamento da evolução tecnológica. O gráfico imediatamente acima revela alguma desactualização dos SIT. Por isso, apesar do elevado investimento em tecnologia, muitos destes meios podem não possuir a capacidade tecnológica exigida para o momento actual, limitando desta forma o seu desempenho.

O investimento em sistemas de informação tecnológico é de custo bastante alto e o seu retorno é estimado num período de 5 anos (Hughes, 2008). Mas o retorno em referência está condicionado a outros factores. Um destes factores conforme referido por Laudon; Laudon (2004) tem a ver com a capacidade de absorção do uso destes meios. O outro está relacionado com a exploração máxima dos sistemas e o último é a necessidade da substituição da mão-de-obra nalgumas áreas para que a tecnologia exerça a seu papel**.** Embora Hughes (2008) apresente os sistemas de informação tecnológica como equipamento para o capital humano e não instrumento substituto deste, a competitividade cerrada dos mercados combinada com a necessidade de criatividade e inovação, exige das empresas o afastamento de meios menos produtivos, incluíndo os humanos.

Apesar de não se concordar de forma absoluta com o posicionamento de Porter (1980), ao declarar que as empresas não são instituição de caridade, acredita-se que em mercados competitivos, as perspectivas económica e legal em alguns casos devem sobrepor a perspectiva ética e social, se a sobrevivência e o desenvolvimento a longo prazo fizerem parte

dos objectivos das empresas. Neste caso é possível o estudo assumir que, o período de mudança de turnos nos postos de abastecimento é bastante longo, considerando a existência de outros intervalos para refeições o que paralisa o funcionamento das bombas por períodos longos.

À medida em que as empresas abraçam a tecnologia de informação vão alargando a porta de saída daqueles incapazes de fazer parte do movimento competitivo dos mercados modernos (Millmore *et al*., 2007). Com base neste pressuposto, entende-se claramente que, o investimento em tecnologia de informação tem o custo tão elevado, que geralmente dificulta as empresas fazê-lo em paralelo com o de capital humano. Daí a razão de atribuir aos funcionários a responsabilidade de por si adaptarem-se aos meios tecnológicos.

4. Conclusões

Na tentativa de revelar o impacto e critérios de adopção dos sistemas de informação tecnológica para o processamento das transações decorrentes no nível operacional, o presente estudo identifica grande dependência tecnológica das empresas, na medida em que a garantia da qualidade, dos serviços, da rapidez e do melhoramento dos preços depende da absorção e manuseamento dos meios modernos de informação.

A grande transformação da informação ao longo da estrutura hierárquica das empresas permite levar os dados até ao estado de inteligência ou sabedoria. Este facto influencia os custos das agências, que no contexto tradicional aumentavam proprocionalmente ao crescimento das empresas. Por outras palavras, o sistema de informação tecnológica permite que as empresas reduzam os seus custos enquanto crescem em termos de estrutura física e quota de mercado.

Porém, a pesquisa revela que, a estrutura tecnológica do nivel operacional da Sonangol, sobretudo dos postos de abastecimento de combustível do município do Huambo, demostra desactualização e subaproveitamento. Isto nota-se a partir do limitado raio de acção que este apresenta, confinando-se no espaço desenhado para o atendimento de balcão das lojas de conveniência. O subaproveitamento dos sistemas tecnológicos torna-se visível quando o estudo confirma haver excesso de mão-de-obra.

A capacidade tanto humana quanto tecnológica de resposta à demanda é limitada. Isto deve-se ao estado quase obsolecto dos sistemas de informação tecnológica combinado com a incapacidade de absorção e manuseamento dos meios disponíveis por parte dos funcionários.

Além disso, os períodos de mudança de turnos parecem bastante longos se tivermos que considerar o facto de que ao longo dos turnos existem intervalos para refeições.

Ao considerar que um dos objectivos da terceirização dos serviços é a redução de custos, o estudo percebe que, ao permitir o excesso de mão-de-obra para a empresa agenciada, permite-se também o aumento de custos. Estes custos reflectem-se negativamente no pagamento feito por estas agências à Sonangol. A actualização dos sistemas em referência, conjugada com a redução do número de funcionários atendentes das bombas, dinamiza a actividade produtiva, eliminando não só o tempo de espera do cliente, mas também a necessidade de empregar servidores nas bombas. Este exercício claramente, não só reduz os custos, como também cria condições facilitadoras do processo de maximização de lucros para agências vendedoras e para a própria Sonangol.

5. Sugestões

Visando contribuir para o melhoramento do desempenho dos postos de abastecimento de combustível afectos á Sonangol, diante dos factos revelados, o estudo apresenta as seguintes sugestões principais:

1. Actualizar os sistemas de informação tecnológica, que pode passar pelo melhoramento da capacidade funcional dos já existentes ou por aquisição de novos meios.
2. A semelhança das Áreas de Redes Locais (*Local Area Networks*), as bombas de cumbustível de cada posto, devem estar ligadas ao sistema de informação, de tal forma que possam ser activadas e desactivadas a partir das respectivas lojas de conveniência, tarefa que no contexto actual está a cargo de um número elevado de funcionários. Neste caso, cada cliente teria oportunidade de servir-se pessoalmente, e proceder ao respectivo pagamento na loja.
3. Implementar a estratégia de consolidação para permitir a redução do número de funcionários, enquanto se dinamiza o trabalho de prestação de serviço ao cliente.

Este procedimento estratégico proporciona dois claros benefícios: primeiro, aumento de produtividade na medida em que todas as bombas tornam-se disponíveis ao serviço, reduzindo assim o tempo de espera dos clientes conforme se tem verificado no modelo actual com mudanças de turnos e intervalos para as refeições. Em segundo lugar, haveria redução de custos, resultante da retirada da necessidade de pagamento de salários aos funcionários encarregues em abastecer os meios.

Referências Bibliográficas

Abreu, A. F., (1999). *Gestão da inovação: uma abordagem orientada à gestão corporativa* (1ª ed. Florianópolis: IGTI/UFSC).

Ansoff, I., Kipley D., (1984). *Implementing Strategic Management* (3rd ed. San Diego:FT/Prentice Hall).

Bazzotti, C., Garcia, E., (2013). *A Importância do Sistema de Informação Gerencial na Gestão Empresarial para Tamada de Decisões* (1ª ed. Cascavel: UNIOESTE).

Burnes, Bernard (2000). *Managing Change: A Strategic Approach to Organisational Dynamics* (3rd ed. London, New York: FT/Prentice Hall).

Chiavenato, I., (2009). *Recursos humanos : o capital humano das organizações* (9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier).

Dessler, Garry (2008). *Human Resource Management* (11th ed. Florida: Pearson/Prentice Hall).

Dessler, Garry (2002). *A Framework for Management* (2nd ed. Florida, New Jersey: Pearson/Prentice Hall).

Drucker, Peter F., (1985). *Innovation and Entrepreneurship* (1st ed. London: HEINEMANN).

Filho, C. F., (2007). *História da computação: O Caminho do Pensamento e da Tecnologia* (1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS).

Garcia, F. M., (2017). *Importancia De Um Software Do Tipo Sistema De Informação Gerencial Em Uma Empresa De Distribuição De Bebidas De Grande Porte* (1ª ed. Santa Catarina: UPC).

Glatthorn, Allan A., Randy, Jayner L., (2005). *Writing the Winning Thesis or Dissertation* (2nd ed. New York, London: Corwin Press).

Hughes, Bob (2008). *Exploiting IT for Business Benefit* (2nd ed. Swindon, London: BCS).

Johnson, G., Scholes, K.; Whittington, R., (2008). *Exploring Corporate Strategy: Text & Cases* (8th ed. London, New York: FT/Prentice Hall).

Kotler, Philip; Armstrong, Garry (2008). *Principles of Marketing* (12th ed. New Jersey: Pearson/Prentice Hall).

Laudon, Kenneth C.; Laudon, Jane P., (2004). *Management Information Systems: Managing the Digital Firm* (8th ed. New Jersey: IE/Prentice Hall).

Lopes, M. I. V., (2005). *Pesquisa em Comunicação: Formulação de um Modelo Metodologico* (8ª ed. São Paulo: Loyala).

Lynch, Richard (2006). *Corporate Strategy* (4th ed. London, New York: FT/Prentice Hall).

Marlinelli, M. L., (1999). *Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio* (1ª ed. São Paulo: Veras).

Millmore, M., Lewis, P., Sauders, M., Thornhill A.; Morrow, T. (2007). *Strategic Human Resource Management: Contemporary issues* (1st ed. London, New York: FT/Prentice Hall).

Normando, D., Tjaderhane, L.; Quintão, C. (2010). Dental Press, *A Escola do Teste Estatistico - Um Tutorial em Forma de Apresentação*, V. 15, no.1, [Janeiro] pp101-106.

Porter, Michael E., (1980). *Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors* (1st ed. New York: THE FREE PRESS).

Schein, Edgar H., (2006). *Organizational Development* (1st ed. San Francisco: JB/Jossey-Bass).

Thiollent, M., (2005). *Metodologia da Pesquisa* - Acção (14ª ed. São Paulo: Cortez).

West, D., Ford, J.; Ibrahim, E. (2010). *Strategic Marketing: Creating Competitive Advantage* (2nd ed. London, New York: OXFORD/University Press).

Wickham, Philip A., (1998). *Strategic Entrepreneurship: A Decision-Making Approach to New Venture Creation and Management* (1st ed. London, Hong Kong: PITMAN PUBLISHING).

ECONOMIA

ANÁLISE DOS EFEITOS DOS CUSTOS FIXOS OPERACIONAIS, CUSTOS FINANCEIROS E EFEITOS FISCAIS, NO DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS

Juventina Suzana Gando Albino Fernandes[1]

Resumo

O estudo visa analisar o impacto dos custos suportados pelas empresas a nível das demonstrações de resultados, esta análise é efectuada em três áreas fundamentais do desempenho financeiro da empresa, primeiro a nível da actividade operacional das empresas, analisando o efeito dos custos fixos operacionais, segundo a nível dos resultados correntes, analisando o efeito dos custos financeiros e em terceiro como os impostos industriais afectam os resultados líquidos do exercício. O trabalho emprega um método dedutivo que parte da formulação de hipóteses a fim de comprovar a sua veracidade aceitando ou refutando o problema, assente em dados quantitativos e numa base estatística. Os dados quantitativos foram obtidos a partir das demonstrações financeiras de 12 empresas portuguesas com participações ou associadas em Angola, separadas em dois sectores, nomeadamente de prestação de serviços e industriais, os resultados obtidos demonstraram que estes efeitos afectam da mesma forma as empresas, apesar de terem maior repercussão num sector em relação ao outro sector.

Palavras-chave: Análise, custos fixos, impostos e demonstração de resultados.

Abstract

The study aims to analyze the impact of the costs incurred by enterprises in the statements of income, this analysis is performed in three key areas of the company's financial performance, first level of operational activity of the enterprise, analyzing the effect of fixed operating costs, according the level of current income, is analyzing the effect of the financial costs and

[1] Docente na Faculdade de Economia da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES) - Huambo, Angola; Mestre em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais

thirdly as industrial taxes affect the net profits. The work employs a deductive methodology that part of the formulation of hypotheses to prove its veracity accepting or refuting the problem, based on quantitative method and a statistical basis with the help of a statistical program Eviws. Quantitative data were obtained from the financial statements of 12 Portuguese companies or participations in associated Angola, separated into two sectors, service and industrial, the results demonstrated that these effects affect the way companies, despite having greater impact in a sector compared to other sectors.

Keywords: Analysis of financial and operational tax purposes, fixed costs and income statement.

1. Introdução

No mundo actual as empresas enfrentam uma concorrência muito forte e dinâmica, neste contexto as empresas devem munir-se de instrumentos que lhes permite enfrentar a concorrência e aproveitar-se das oportunidades que o meio envolvente oferece.

Assim a informação financeira não deixa de ser um instrumento de gestão essencial para obter resultado que contribua no sucesso da empresa no mercado. Por outro, a informação financeira aumenta a credibilidade da empresa perante os utentes externos e aos utentes internos interessados na continuidade da actividade da empresa.

No contexto angolano, ainda existem empresa que não estão munidas de informação financeira aceitável, para avaliação da posição da empresa e o seu desempenho, visto que a informação financeira é fundamental para fazer uma análise sobre as decisões futuras da empresa.

É assim que este trabalho procurou implementar análise dos efeitos dos custos operacionais, para determinar como os custos fixos afectam os resultados operacionais, a nível financeiro, analisar o efeito dos custos financeiros, com vista a identificar o peso destes custos nas demonstrações de resultados, por fim a avaliar os efeitos fiscais nas demonstrações de resultados. No caso em que as empresas não fazem estas análises, a probabilidade de apresentar dificuldades no mercado é inevitável. Esta realidade leva a propor a seguinte pergunta:

Qual é a origem de prejuízo ao nível da demonstração de resultados nas empresas industriais e de prestação de serviços?

Para concretizar este problema traçou-se o objectivo que visa analisar o efeito dos custos fixos operacionais, financeiros e o impacto fiscal nas demonstrações de resultados, a fim de determinar a origem dos prejuízos, nas empresas industriais e de prestação de serviços.

2. Revisão da literatura

2.1.Informação financeira

A informação financeira constitui a forma mais viável para as empresas comunicarem o seu desempenho aos utentes internos e externos, através das demonstrações financeiras. Esta informação pode significar o sucesso ou o fracasso, quando em um determinado momento surge a necessidade de obter recursos juntos dos accionistas, investidores ou outras empresas interessadas em manter a relação comercial (Falcão, 1995).

Para Rodrigues & Pires (2016) a informação financeira para ser útil tem de ser comparável, relevante e fiável e deve ser preparada a partir de um quadro de referência que se presume exigente e claramente definido. A globalização económica tem gerado novas necessidades e a contabilidade deve ser entendida como determinante para o funcionamento de uma economia de mercado, pós a heterogeneidade dos utilizadores das informações vindas desta permitiráque os *stakeholders* tenham informações relevantes na tomada de decisão.

O mundo de hoje é uma aldeia global interligada através da internet. O relato financeiro eletrónico aparece como uma realidade que se tornou possível com o aparecimento da Internet, cada vez mais muitas empresas utilizam-na para divulgação da informação contabilístico-financeira. Quando as empresas fazem uso deste meio para divulgação de informação de suas empresas a divulgação das fontes de informação contabilística é de extrema importância, para evitar o risco de se assumir um erro que pode não ter sido cometido pela empresa (Quaresma *et al.*, 2017).

A contabilidade na perspectiva de sistema de informação deve fornecer informação para resolver os seguintes aspectos de gestão: formulação de estratégia global, planeamento de longo prazo e decisões associadas a utilização de recursos, que possibilitam colocar realce nos clientes, nos produtos e nas políticas de preços (Alves,2013).

Para Fuji (2004), a informação contabilística deve fornecer informações que permitem que, os investidores sejam capazes de predizer os fluxos futuros de caixa da empresa. Para o autor, a contabilidade é o suporte fundamental que permite fornecer informações uteis a uma diversa gama de utentes, em que cada um apresenta necessidade específicas, de forma a orienta-lo no

processo de tomadas de decisões económicas e financeiras, ou seja, na melhor escolha entre as diversas alternativas de uso de recursos disponíveis.

Para Lopes (2013), a contabilidade como um sistema de informação de gestão, não deixa de ser um instrumento que valoriza os recursos à disposição da empresa, as obrigações contraídas e os meios utilizados na transmissão dos bens e dos serviços produzidos. Para o autor, este instrumento de gestão que é a contabilidade necessita de produzir informação para governar as empresas, ressalta que os procedimentos contabilísticos que não estão em conformidade com as normas vigentes fornecem informações que não apresentam certo grau de confiabilidade, sendo que o intuito da contabilidade é exatamente o de prover a transparência através das informações (Ribeiro *et al.*, 2015)

2.2. Os utilizadores da informação contabilística

A informação contabilística, deve ser entendida como um meio pelo qual os diversos utentes das demonstrações financeiras tais como: os clientes, os fornecedores, os empregados, o governo, analista e outros obtenham conhecimento da actual posição da empresa, tanto em termos de situação patrimonial, financeira e aplicação dos recursos disponíveis (Falcão, 1992).

Para Lopes (2013), para além dos utentes da informação contabilística externos é necessário não ignorar os utilizadores internos (órgãos de gestão) pois estes primeiramente suportam as suas decisões correntes e de longo prazo no valor e na evolução dos demais indicadores económicos e financeiros. Para o autor, descreve os seguintes utentes que estão dispostos na informação financeira para satisfazerem algumas das suas necessidades de gestão, designadamente:

- Investidores
- Trabalhadores;
- Fornecedores e outros credores comerciais;
- Clientes;
- Governo e seus departamentos;
- Público.

2.3. Demonstrações financeiras

Para Quintaneiro & Martins (2007) as demonstrações financeiras são instrumentos contabilísticos que reflectem a situação económico-financeira da empresa, evidenciando

quantitativamente os respectivos pontos fortes e fracos, permitindo ainda estabelecer comparações claras relativamente ao passado, aos competidores mais directos e a objectivos pré-definidos, possibilitam detectar eventuais desvios entre o desempenho estimado e o real e servir de base a projecções sobre o seu desempenho futuro.

Para Carla e Alves (2008), as demonstrações financeiras apresentadas periodicamente pelas empresas fazem parte da informação financeira entendida em sentido amplo, uma vez que, está-se perante documentos que divulgam fundamentalmente informação de índole financeira.

E ainda para (Ribeiro et al.,2015) as demonstrações financeiras representam a estrutura da posição financeira e as transacções efectuadas pelas empresas. As elaborações das demonstrações financeiras são feitas através dos registos feitos periodicamente na contabilidade. A qualidade desta informação é fundamental para que se faça uma correcta contabilização de todos os factos que alteram qualitativa ou quantitativamente o património das entidades.

Segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade, com finalidade de proporcionar informação aos utentes na tomada de decisões económicas, as demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução, por parte dos órgãos de gestão, dos recursos a eles confiados.

Para o SNC, as demonstrações financeiras incluem:

- Balanço;
- Demonstrações de resultados;
- Demonstrações de alterações de alterações no capital próprio;
- Demonstrações de fluxo de caixa;
- Anexo.

No caso angolano, as demonstrações financeiras, segundo o Plano Geral de Contabilidade (PGC), são uma representação esquematizada da posição financeira de uma entidade, são ainda por essa razão úteis, como forma de proporcionar informação acerca de uma entidade a um leque de utentes na tomada de decisões económicas.

Adicionalmente segundo o PGC as informações constantes na demonstrações financeiras devem ser acompanhadas por notas explicativas que contêm a divulgação das políticas contabilísticas adoptadas e outras notas complementares.

Para o PGC, são de preparação obrigatória as seguintes componentes financeiras:

- Balanço;

- Demonstração de resultados;
- Demonstração de fluxo de caixa;
- Anexos.

Tendo feito uma descrição sobre os utentes da informação das demonstrações financeiras e a relevância que esta apresenta na tomada de decisões, urge a necessidade de aprofundar a demonstração de resultados, como instrumento imprescindível na análise dos efeitos dos custos fixos operacionais financeiros e fiscais no resultado líquido do exercício.

Mas antes disto é necessário especificar as características qualitativas da informação financeiras segundo (Costa e Alves, 2008):

Relevância

A informação é relevante quando ajuda avaliar as decisões económicas dos utentes, os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou a confirmar e a corrigir as suas avaliações passadas.

Fiabilidade

Para ser digna de confiança deve apresentar, fidedignamente, as operações e outros acontecimentos que ela pretende representar ou passa razoavelmente esperar-se que represente.

Compreensibilidade

A informação financeira proporcionada nas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos utentes, o que pressupõe que estas tenham não só um conhecimento razoável dos aspectos empresariais, económicos e contabilísticos como também vontade de estudar a referida informação com a necessária diligência.

Comparabilidade

Os utentes devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma empresa através do tempo, a fim de nelas identificarem tendências na posição financeira e de desempenho de diferentes empresas, a fim de avaliarem de forma relativa o seu desenvolvimento e as alterações na posição financeira.

2.3. Demonstrações de resultados

Segundo o PGC a demonstração de resultados é uma demonstração contabilística destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações de uma entidade.

As empresas podem apresentar as demonstrações dos resultados por natureza ou por funções.

Segundo Costa e Alves (2013), as demonstrações de resultados por natureza é aquela que apresenta os resultados das operações de uma empresa durante um determinado período e em que os rendimentos e os gastos são classificados de acordo com as respectivas naturezas, enquanto, que as demonstrações dos resultados por funções é o resultado das operações de uma empresa durante um determinado período em que os diversos gastos são classificados de acordo com a sua função como parte das actividades de produção, distribuição, administrativo e outros.

Para Borges*at al* (2007) e Magro (2008), as demonstrações de resultados têm por finalidade evidenciar os resultados obtidos (lucro ou prejuízo) pela empresa num determinado período de tempo, onde apresenta-se as que mais significado têm para apreciar a situação económica da empresa:

- Resultados operacionais,
- Resultados financeiros,
- Resultados extraordinários;
- Resultados líquidos

Analisadas as demonstrações de resultados, é oportuno fazer análise a nível dos resultados operacionais, financeiros e líquidos, a fim de perceber o impacto dos custos fixos operacionais, financeiros e fiscais a nível dos resultados líquidos do exercício.

2.3.1. O efeito dos custos fixos operacionais nas demonstrações de resultados

Os custos fixos operacionais geralmente são aqueles que não variam com nível de actividade económica da empresa, ou são aqueles que não dependem das quantidades produzidas. Quanto ao seu efeito é evidente na oscilação de período longos e do seu peso na estrutura de custos operacionais, se a percentagem for maior é de esperar um impacto negativo nos resultados operacionais da empresa.

Para Santos *at al* (2013), o efeito negativo na actividade operacional da empresa, pode originar a falência, porque os retornos operacionais serão negativos ou baixos e os constantes prejuízos operacionais acarretam a queda dos activos da empresa. Já para Michael e Eugene (2012), o efeito negativo dos custos fixos geralmente estão ligados em três factores:

1. As empresas com alto nível de automatização e intensidade de capital;
2. Empresa que empregam funcionários altamente qualificados que precisam ser retido e pagos, mesmo registando um nível de vendas baixo;

3. Empresa com alto custos de desenvolvimento de produtos que devem ser mantidos para concluir os projectos existentes de Pesquisa e Desenvolvimento.

Para Capobrango *at al.* (2012), para melhor avaliar os efeitos dos custos fixos operacionais é necessário acrescentar análise do efeito dos custos financeiros, a fim de testar o seu desempenho operacional e comparando os resultados operacionais obtidos e o retorno operacional esperado.

2.3.2. Efeitos dos custos financeiros nas demonstrações de resultados

Para Marques e Braga (1995), é necessário avaliar a estrutura de financiamento. Já (Calelli *et al,* 2003), as decisões financeiras são importantíssimas para determinar o impacto na estrutura financeira e analisar a capacidade da empresa em fazer face aos custos resultantes dos empréstimos, em situações que estes custos sejam maiores, poderá proporcionar um efeito negativo nos resultados correntes, que faz com que a empresa declare falência.

Mas esta análise não pode limitar-se, simplesmente, no efeito dos custos financeiros, é também necessário avaliar o desempenho operacional, porque quanto mais aprimorado for esse desempenho, situando-se acima do equilíbrio, preferencialmente será o acesso ao crédito, uma vez que o desempenho operacional contribui na cobertura dos custos financeiros e a criar resultados líquidos positivos.

Uma das vantagens dos custos financeiros é que permite minimizar os impostos e aumentar a riqueza dos accionistas. É o que afirma Jorge e Armada (2001), que a vantagem fiscal do financiamento poderá melhorar a situação da empresa, mas existe um pormenor quando a empresa endivida-se muito, que é a intensão dos credores negociarem a divida com tendência de aumentarem os custos dos empréstimos.

Para Brealy*at al* (2007), o endividamento não deve ser a única forma de proteger os lucros dos impostos, as empresas podem fazer depreciações aceleradas para as instalações fabris e de equipamentos desde que a lei permita. Já Michael e Eugene (2012), caso os gestores optem pelo endividamento, devem escolher a estrutura de capital que maximize a riqueza dos sócios, tendo em análise os seguintes elementos:

- Estimar a taxa de juro a ser paga pela empresa;
- Estimar o custo de capital próprio;
- Estimar o custo médio ponderado;
- Estimar o valor das operações.

2.3.3. Efeito dos impostos nas demonstrações de resultados

Os efeitos dos impostos sobre as empresas é uma realidade, partindo do princípio que os contribuintes estão sujeito a suportar uma carga tributaria independentemente da sua vontade. Neste contexto o resultado bruto das empresas está sujeito a uma tributação, que terá um impacto na redução dos resultados líquidos do exercício. Sendo assim a única forma de os minimizar é utilizar o planeamento fiscal porque, o pagamento do imposto sobre os rendimentos das empresas é uma certeza.

Segundo Almeida e Côrreia (2017) o planeamento fiscal é uma das ferramentas utilizada pelas sociedades empresariais, auxiliando nas suas práticas de gestão e consequentemente, podendo reflectir nos resultados da empresa. O ganho que as empresas obtêm com a gestão do imposto a pagar é possível destinar parte dos recursos à aquisição de novos investimentos.

Para Rezende e Nakao (2012) para minimizar os efeitos dos impostos no resultado, a gestão fiscal é o procedimento que permite evitar perdas e suavizar resultados, este planeamento permite obter uma redução da carga fiscal.

Para Jorge e Armada (2001), estes efeitos são mais pesados, quando o sistema fiscal está mal estruturado, originando assim sérios prejuízos à ordem económica nacional, como destruir a capacidade económica de determinados sectores, impedi-los de competir em igualdade no plano internacional.

Para Dias (2015) a liquidação do imposto das empresas tem por base os princípios e as práticas contabilísticas, existe a perceção de que a discrepância entre o lucro contabilístico e o lucro fiscal, denominado de lucro tributável, não se comporta de igual forma em todas as empresas, em particular naquelas em que a variável fiscal assume um papel preponderante na tomada de decisões, em virtude da sua postura mais ou menos activa na relação com os impostos procuram formas de conseguir minimizar o seu impacto nos resultados da empresa.

O mesmo autor conclui que a gestão dos resultados é assim operada fundamentalmente ao nível do resultado contabilístico, sendo posteriormente reflectida e atenuada pela fiscalidade para efeitos da determinação do resultado fiscal, impondo maiores correções fiscais ao valor apurado pela contabilidade.

3. Metodologia e procedimentos utilizados

A pesquisa utiliza o método indutivo, partindo de um conhecimento fundamentado numa base de demonstração de resultados, tendo em conta os princípios pré-estabelecidos. O método

permitiu fazer observação da documentação e consequentemente a formulação das seguintes hipóteses (Silva e Menezes, 2005):

H1: as empresas industriais são as que empregam maior custos fixos operacionais em relação às empresas de prestação de serviços, logo o efeito destes custos influenciam negativamente o desempenho financeiro destas empresas;

H2: as empresas de prestação de serviços são empresas com maior custos financeiros e menor custos operacionais em relação às empresas industriais, logo os custos financeiros têm um efeito negativo sobre o desempenho financeiro destas empresas;

H3: as empresas industriais e de prestação de serviços, suportam de forma igualitária os impostos, logo os impostos têm um efeito sobre o desempenho financeiro dos dois sectores.

Para a concretização da pesquisa foi utilizado o procedimento documental, este procedimento baseia-se em dados que não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa (Roupp e Beuren, 2003).

Amostra

Amostra é constituída por doze (12) empresas, seis industriais e seis empresas de prestação de serviços, esta amostra não é probabilística é acidental, recolhida a partir da internet, seleccionando empresas portuguesas que publicaram informação financeira no período de 2011/2012.

Para aprofundar o problema exposto foi necessário aplicar uma abordagem quantitativa, uma vez que, inicia-se com as hipóteses confirmado ou rejeitando a pergunta de partida, com base em evidências obtidas por meio empírico, e, aplicados aos dados contidos na demonstração de resultados para analisar os efeitos dos custos fixos operacionais, financeiros e fiscais na demonstração financeira (Souza, 1989), e utiliza-se a seguinte formulação matemática:

1. Efeitos dos custos fixos operacionais

$$\text{Efeito dos custos fixos operacionais} = \frac{\text{resultados operacionais}}{\text{Margem de contribuição}}$$

Este indicador relaciona a margem de contribuição com o montante dos custos fixos e indica-nos o grau de absorção dessa margem pelos custos fixos operacionais, isto é, um valor próximo de um, significa que os gastos fixos têm um peso reduzido na estrutura de gastos da empresa e menor é o impacto nas demonstrações de resultados (Nabais e Nabais, 2011).

2. Efeito financeiro

$$\text{Efeito custos financeiro} = \frac{\text{resultados correntes}}{\text{resutados operacionais}}$$

Determina a percentagem de resultados operacionais que não é absorvida pelos custos financeiros, indica o peso do financiamento em termos de resultados (Nabais e Nabais, 2011).

3. Efeito fiscal

$$\text{Efeito Fiscal} = \frac{\text{resultados líquido}}{\text{resultados antes de impostos}}$$

Este indicador avalia o nível de incidência fiscal sobre os resultados e sobre a rendibilidade do accionista. Como o resultado antes dos impostos é positivo, quanto mais este indicador se aproximar da unidade menor será o peso da tributação do rendimento (Nabais e Nabais, 2011).

Para uma interpretação intensiva dos resultados obtidos foi necessário a utilização de métodos estatísticos tais como: a média e o desvio-padrão.

4. Análise de Resultados

O estudo tem como finalidade analisar os efeitos dos custos fixos operacionais, financeiros e os efeitos fiscais. A qual teve aplicação em doze empresas portuguesas com filiais ou participações em empresas angolanas, a análise foi efectuada por meio de comparação de dois sectores que são as empresas de sector de prestação de serviços e empresas do sector industrial, obtendo os seguites resultados.

Empresa de Prestação de serviços

Quadro 1: empresas de prestação de serviços

Nº de ordem das empresas	Efeito dos custo fixos operacionais		Efeito dos custos financeiros		Efeito fiscal	
ANOS	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1	0,72	0,77	-0,19	-0,24	0,7	0,73
2	-0,04	0,07	1,2	-0,85	0,89	0,023
3	0,005	0,0037	2,8	-0,2	0,73	0,23
4	0,098	0,11	-0,74	0,63	0,35	0,52
5	0,27	0,22	-0,12	-0,16	0,51	0,56
6	0,13	0,13	-0,02	-0,03	0,74	0,71

Fonte: Demonstrações de resultados

Para uma análise fiável destes resultados recorreu-se à análise estatística, conforme descrito na metodologia, com o objectivo de calcular a média e o desvio-padrão de cada efeito com ajuda de um programa estatístico *Eviews*.

	EFEITO DOS CUSTO FIXOS	EFEITO DOS CUSTOS FINANCEIRO	EFEITO FISCAL
Mean	0.197167	0.488333	0.653333
Median	0.114000	-0.070000	0.715000
Maximum	0.720000	2.800000	0.890000
Minimum	-0.040000	-0.740000	0.350000
Std. Dev.	0.277914	1.299822	0.191903
Skewness	1.241051	1.016745	-0.508280
Kurtosis	3.194227	2.648811	2.145001
Jarque-Bera	1.549638	1.064603	0.441105
Probability	0.460787	0.587252	0.802076
Sum	1.183000	2.930000	3.920000
Sum Sq. Dev.	0.386181	8.447683	0.184133
Observations	6	6	6

Para as empresas de prestação de serviços os resultados apresentam em média 0,197 e um desvio-padrão de 0,277, o que significa que o efeito dos custos fixos operacionais é maior, uma vez que observa-se um valor próximo de zero, logo estas empresas estão expostas a um maior risco.

Os efeitos dos custos financeiros apresentam uma média de 0,488 e um desvio-padrão de 1.2. Esta média do sector deduz-se que os gastos financeiros absorvem uma boa parte dos resultados operacionais sendo assim, existe um risco nas demonstrações de resultados provenientes do endividamento.

Quanto ao efeito fiscal, o sector apresenta uma média de 0,65 e um desvio-padrão de 0,19. Significando que é um peso de tributação normal para o sector, porque o efeito fiscal aproxima-se da unidade.

Empresa industrial

Quadro 2: empresa industrial

Nº de ordem das empresas	Efeito dos custo fixos operacionais		Efeito dos custos financeiros		Efeito fiscal	
ANOS	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1	0,11	0,06	-0,03	-0,12	0,71	0,72
2	-0,09	0,072	-0,06	-1,3	1	1,2
3	0,086	0,09	-0,5	-0,5	0,79	0,97
4	0,095	0,08	-0,45	-0,52	0,61	0,49
5	-0,29	-0,81	0,51	0,15	1	1
6	0,058	0,09	0,25	0,2	0,87	0,68

Fonte: demonstração de resultados

De acordo o quadro acima obteve-se a média e o desvio-padrão reflectidos na figura abaixo.

	EFEITO DOS CUSTO FIXOS	EFEITO DOS CUSTOS FINANC	EFEITO FISCAL
Mean	-0.005167	-0.046667	0.830000
Median	0.072000	-0.045000	0.830000
Maximum	0.110000	0.510000	1.000000
Minimum	-0.290000	-0.500000	0.610000
Std. Dev.	0.157432	0.391544	0.157353
Skewness	-1.132897	0.145384	-0.143395

Kurtosis	2.733070	1.761167	1.654185
Jarque-Bera	1.301268	0.404813	0.473367
Probability	0.521715	0.816763	0.789241
Sum	-0.031000	-0.280000	4.980000
Sum Sq. Dev.	0.123925	0.766533	0.123800
Observations	6	6	6

Para as empresas comerciais de acordos com os resultados, apresentam em média dos efeitos fixos de -0,0051 e um desvio-padrão de 0,157, o que significa que o efeito dos custos fixos operacionais é maior, uma vez que observa-se um valor negativo, com um impacto muito forte nos resultados operacionais, logo o risco no sector industrial é maior.

Os efeitos dos custos financeiros apresentam uma média de -0,046 e um desvio-padrão de 0,39. Esta média do sector deduz-se que os custos financeiros absorvem uma boa parte dos resultados operacionais sendo assim, existe um risco maior nas demonstrações de resultados provenientes do efeito dos custos financeiros.

Quanto ao efeito fiscal, o sector apresenta uma média de 0,83 e um desvio-padrão de 0,15. Significando que é um peso de tributação normal para o sector, porque o efeito fiscal aproxima-se da unidade.

A análise efectuada permitiu aceitar a hipótese um (H1), comprovando-se que as empresas industriais apresentam um nível elevado de custos fixos, que afectam negativamente os resultados líquidos do exercício.

Quanto à hipótese dois (H2) aceitou-se, porque o efeito dos custos financeiros é menor nas empresas industriais em relação às empresas de prestação de serviços.

E a hipótese três (H3) é aceite, porque o efeito fiscal afectou as demonstrações de resultados dos dois sectores de uma forma aceitável.

5. Conclusões

A informação contabilística é um instrumento indispensável para fornecer informação que visa avaliar o desempenho da actividade empresarial, por isso o estudo demonstrou que há necessidade de elaborar esta informação de modo que os utentes da empresa conseguem tomar decisões fiáveis

Por outra demonstrou-se que a informação obtida a partir da demonstração de resultado, não possibilita simplesmente analisar os resultados líquidos do exercício, a fim de perceber o desempenho periódico positivo ou negativo que a empresa teve, mas também possibilita analisar a origem dos prejuízos, se é a nível operacional, financeiro ou fiscal.

Para a análise da origem de prejuízo foi importantíssimo aplicar os indicadores dos efeitos fixos operacionais, financeiros e fiscais de dois sectores, de prestação de serviços e industrial, onde os resultados indicam maior efeito dos custos operacionais e financeiros no sector industrial, no sector de prestação de serviços é mais o efeito dos custos financeiros.

Quanto aos efeitos fiscais, todos os sectores são afectados, apesar de terem maior repercussão no sector industrial de acordo com os dados obtidos.

Bibliografia

Alves, M. (2003). Relevância da Informação Contabilística: ti.usc.es: Acessado em 21/07/2014

Borges, A.; Rodrigues, Azevedo e Rodrigues, Rogério (2007). Elementos de Contabilidade Geral; 24ª Edição: Áreas Editoras.

Brealy, R. A.;Allen, Franlin e Myers, S. C. (2007), Princípio de Finanças empresariais: 8ª Edição: Editora McGraw-hill de Portugal, Lda.

Capobrango, R. P.; Abrantes, L. A.; Ferreira, M. A. e Foroni, W. (2012). Desempenho Financeiro: um Estudo com Empresas de Três Diferentes Sectores: V12, N.1: PP.165-180: Jan/jul.

Carla, B. C. e Alves, G. C. (2008). Contabilidade Financeira: 7ª Edição.

CNC Aprovado pelo Decreto lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

De Almeida, G. T., & Côrrea, J. L. O. (2017). Planejamento tributário para maximização do lucro líquido: Um estudo de caso no setor calçadista. Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, 4(2), 115-133.

Dias, P.J. (2015) As diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal e a gestão de resultados (Tese de Mestrado) ISCTE – IUL (Instituo Universitário de Lisboa). Portugal.

Falcão, E. (1995). Divulgação em Administrações Financeiras de Companhias Abertas: N.12: PP.1-12: Set.

Fuji, A. (2004). O Conceito de Lucro Económico no Âmbito da Contabilidade Aplicada: N.36: PP.74-86: Set/Dez.

Lopes, N. T. (2013). Contabilidade Financeira: Escola Editora: Lisboa.

Jorge, S. e Armada, M. J. (2001). Factores Determinantes do endividamento: uma Análise em Painel: V2, N.2: PP.9-31: Maio/Ago

Lopes, N. T. (2013). Contabilidade Financeira: Escola Editora: Lisboa.

Marques, J. A. e Braga, R. (1995). Avaliação da Liqudez nas Empresas Através da Análise na Demonstrações de fluxo de caixa: V.14, N.25: PP.6-23: Jan/Abril.

Marques, J. A. e Braga, R. (1995). Análise Dinâmica do Capital de Giro: V.35, N.3: PP.49-63: Maio/Junho.

Magro, J. L. e Magro A. (2008). Manual de Contabilidade: 2ª Edição.

Michael C. E. e Eugene F. B. (2012). Administração Financeira: 13ª Edição Norte-Americana.

Nabais, C e Nabais F. (2011). Análise Económica e Financeira: 8ª Edição: Edições Técnicas, Lda.

Oliveira, J. L.; Junqueira, L. R.; Bressan, A. A. e Bertucei, A. A. (2010). Alavancagem Financeira como Estratégia de Financiamento do Processo de Crescimento de Empresas Brasileiras de Capital Aberto no Período: V.10, N.23: PP.23-29: Maio/Agosto.

Plano Geral de Contabilidade. Aprovado pelo Decreto n.º 82/ 2001. Luanda, Angola, Plural Editores

Pires, A. M., & Rodrigues, F. J. (2016). A divulgação de informação financeira e a sua relação com as caraterísticas da empresa: reflexão e evidência a partir do anexo. XXVI Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica.

Quaresma, R. F. C., Capeça, G. M. M., & Fialho, A. (2017). Relato financeiro eletrónico: as necessidades dos utilizadores no caso angolano. JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management, 14(2), 133-149.

Ricardo, A.; Allen, F.; Myres, S. (2007). Princípio de Finanças Empresarias: 8ª Edição Editora: MacGraw Hill de Portugal, Lda.

Roupp, F. M. e Beuren, I. M. (2003). Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.

Ribeiro, C. A., Kian, C., Lopes, J. F. P., Cruz, C. V. O. A., & Slomski, V. (2015). Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: análise empírica junto às empresas prestadoras de serviços contábeis de Londrina. Revista de Estudos Contábeis, 6(11), 81-100.

Santos, N. C.;Franceschett, C. E.; Neto, M. S.; Padoveze, C. L. e Spers V. R. (2013). Modelo Económico-Contabilístico-Financeiro para diagnóstico organizacional: V.11, N.2: PP.119-142: Maio/Agosto.

Sousa, L. M. V. (1989). A Problemática dos Métodos Quantitativos e Qualitativos em Biblioteconomia e Documentação: 18(2): PP.174-182: Jul/Dez.

Silva, E. L. e Menezes, (2005). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação: 4ª Edição: Florianopolis.

Quintaneiro, J.M & Martins, B. G (2007) Demonstração de resultados. Departamento de engenharia civil. Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. Portugal.

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES ENTRE ANGOLA E A NAMÍBIA (1990 – 2002). COMPROMISSOS PARA UMA INDEPENDÊNCIA…

Luís Manuel Brás Bernardino [1]
Leonardo Tuyenikumwe Pedro 2

Resumo

As relações pós-independência entre Angola e Namíbia foram estabelecidas imediatamente após a proclamação da independência da Namíbia, sendo Angola o primeiro país a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas formais com a Namíbia, a 18 de setembro de 1990. Pretendemos aqui descrever o estabelecimento das relações de cooperação institucional entre Angola e Namíbia, no período pós-independência, nos diversos setores do domínio da defesa. Estas relações de cooperação serão analisadas dentro do quadro legal da República de Angola e também da República da Namíbia sobre a matéria de defesa. Procura-se perceber os contributos conjugados de ambos os Estados, nos vários setores de defesa, para a manutenção e a preservação da paz e segurança regional. De igual modo, procura-se analisar o papel da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia no período pré-conflito, de forma a compreender os factores que levam Angola e Namíbia a considerarem-se parceiros estratégicos importantes.

Palavras-chave: Cooperação Político-Militar, Angola, Namíbia, Defesa, Segurança.

[1] Mestre em Estratégia e Doutor em História dos Factos Socias - Relações Internacionais pelo ISCSP-UTL, Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE-IUL) bernardino.lmb@hotmail.com
[2] Doutor em História Moderna e Contemporânea, ramo de Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL, Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE-IUL) ltpoe@iscte-iul.pt / leonardotuyeni2013@hotmail.com

Abstract

Post-independence relations between Angola and Namibia were established immediately after the proclamation of Namibia's independence, with Angola being the first country to recognize and establish formal diplomatic relations with Namibia on 18 September 1990. In this article we intend to describe the establishment of relations of institutional cooperation between Angola and Namibia, in the post-independence period, in the various sectors of defence.

These cooperative relations will be analysed within the legal framework of the Republic of Angola and also of the Republic of Namibia on the subject of defence. It seeks to understand the combined contributions of both States, in the various sectors of defence, for the maintenance and preservation of regional peace and security. Likewise, it seeks to analyse the role of the Angola-Namibia Joint Defence and Security Commission in the pre-conflict period, in order to understand the factors that lead Angola and Namibia to important strategic partners.

Keywords: Political-Military Cooperation, Angola, Namibia, Defence, Security.

AS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES ENTRE ANGOLA E A NAMÍBIA (1990 – 2002).
COMPROMISSOS PARA UMA INDEPENDÊNCIA…

"…Angola não só providenciou-nos as bases de retaguarda para sermos capazes de lançar uma luta armada de libertação eficaz como também deu apoio político, material e moral à nossa luta até alcançarmos a liberdade e a independência genuína... O MPLA ajudou a SWAPO a lutar pela independência da Namíbia para derrubar o sistema do apartheid, que até então vigorava e isso só foi possível depois da vitória do Cuito Cuanavale….".

Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, numa entrevista exclusiva concedida à Angop publicada a 1 de Agosto de 2015

Introdução

Situada na costa ocidental da África Austral, Angola é limitada a sul pela Namíbia, a norte pela RDC e pela República do Congo, a leste pela Zâmbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Com uma população constituída por mais de 25 mil habitantes e com diversos recursos naturais, entre os quais, o petróleo e o diamante, consideradas recursos naturais estratégicas.

Angola foi uma colónia portuguesa, consensualmente desde 1575, quando Paulo Dias de Novais fundou a capitania de Luanda, até a 11 de novembro de 1975, data da sua independência.

Após o 25 de abril foi assinado o cessar-fogo e de Alvor que estabeleceu pressupostos para a transferência do poder, entre os quais, eleições livres e democráticas entre os tês movimentos nacionalistas – FNLA, MPLA e UNITA – e a unificação das suas forças, visando a formação das Forças Armadas, à luz do Acordo de Alvor e mais tarde do Acordo de Bicesse, dentro de um quadro democrático e multipartidário, com objectivo estratégico de unificar as partes em litígio e contribuir assim para edificar um sentimento de unidade nacional multipartidária em Angola. Todavia todos os indícios apontavam para o reacender da guerra (Bernardino, 2015, p.85).

O Acordo de Alvor sobre a independência de Angola, assinado em 15 de janeiro de 1975, entre os três Movimentos de Libertação (UNITA, FNLA e o MPLA) e Portugal, não foi suficiente para evitar um longo e violento conflito, com os EUA e URSS a transformarem este país um campo de disputas geopolíticas no quadro da Guerra Fria. Por um lado, o MPLA (apoiado pela URSS, por Cuba e PLAN) e, por outro, a coligação FNLA-UNITA (apoiada pelo EUA, China, Zaire e África do Sul), protagonizaram batalhas sangrentas entre 1975 e 1988, a par dos esforços diplomáticos, as transformações que se seguram no mundo e o desgaste do conflito, mudaram o contexto político de Angola e da África Austral, isto é, forçando a assinatura do Acordo de Nova Iorque (22 de dezembro de1988), que permitiram o fim da intervenção das forças sul-africanas e cubanas em Angola, a independência da Namíbia, alicerces para o fim do *apartheid* e democratização da África do Sul e de Angola (Júnior, 2014, p.27) (Pélissier, 2013, pp. 362-368),

Recorda-se que após a conquista do poder em 1975, o MPLA transformara a FAPLA, na qualidade de vencedora do conflito, em exército nacional com a missão de garantir a ordem, a segurança, tranquilidade pública, a defesa da soberania e da independência nacional de quaisquer tipos de ameaças e riscos do novo Estado, pois, tratava-se de uma estrutura militar quase partidária orientada por diretrizes socialistas, ideologia política adotada pelo MPLA/governo. As FAPLA e as FALA, segundo Luís Bernardino (2015), só foram formalmente extintas no dia 27 de setembro de 1992, data em que viria tomar posse o Chefia do Estado-Maior-General das FAA, e foram investidos treze generais de três estrelas, e entravam em exercício de funções os Chefes do Estado-Maior dos três ramos das FAA (Bernardino, 2015, pp. 105-108).

Em 1992, após uma crise pós-eleitoral, começou a Segunda da Guerra Civil Angolana, entre a UNITA e o governo formado pelo MPLA e só terminou com os Acordos de Luena, a 4 de abril de 2002. A paz e a recuperação económica e social que se verificam no país tiveram repercussão na sua política externa, no que toca à sua afirmação no cenário internacional, particularmente, nas comunidades regionais de que faz parte. Situada, igualmente, na costa Atlântica da África Meridional e com uma população constituída por mais de 2 280 000 habitantes Namíbia (ex- Sudoeste Africano) é limitada a sul pela África do Sul, a norte por Angola e pelo Botswana, a leste pelo Zimbabué e a oeste pelo Oceano Atlântico. Este país tem diversos recursos minerais, entre os quais, o urânio, cobre, zinco, diamante e ouro, considerados minerais estratégicos. A Namíbia foi uma colónia alemã desde 1884 e, após a derrota alemã na II Guerra Mundial, o território foi ocupada e administra pela África do Sul, a partir de julho de 1915, em forma de mandato do tipo C da Sociedade das Nações (1919), tendo sido implementado nesse território o sistema de *apartheid*, até ganhar a sua independência, a 21 de março de 1990 (Teixeira, 2009, pp. 141-148) (Visentini, 2011, p. 10)
Durante o período da administração sul-africana, as funções relacionadas com a defesa do território do Sudoeste Africano eram confiadas à Força Territorial do Sudoeste Africano/*South West Africa Territorial Force* (SWATF), sob a égide das Forças de Defesa Sul-Africana/*South African Defence Force* (SADF). Após a independência nacional, a 21 de março de 1990, a Namíbia reestruturou as suas Forças de Defesa e Segurança, formando assim, a 26 de março de 1990, as Forças de Defesa da Namíbia/*Namibian Defence Force* (NDF) com todos os seus ramos. A NDF é resultado da fusão das antigas forças beligerantes – o Exército de Libertação Popular da Namíbia (PLAN) e as SWATF, no quadro do Acordo de Nova Iorque assinados em 22 de dezembro de 1988 (MDN, s/d).

1. O Quadro Legal da Defesa Nacional da República de Angola

De acordo com a Constituição da República de Angola (2010), a segurança nacional tem por objetivo a garantia da salvaguarda da independência, da soberania nacionais, da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaça e risco, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacional (CRA, 2010, p. 73). Neste sentido, a Segurança Nacional compreende duas noções concretas, a Segurança Interna e a Segurança Externa, sendo que a primeira é da competência das Forças de Segurança Pública e de outros serviços de segurança interna, encarregue, entre os quais, de velar pela defesa interna, pela ordem e tranquilidade pública; e a segunda é da competência das Forças

Armadas e outros serviços de inteligência cujo objetivo consiste em garantir a defesa da soberania e da independência nacional, da integridade e dos poderes constitucionais e neutralizar qualquer ameaças externas e internas (Ibiden, p. 74) (Piedade, 2014, p. 60).

Ainda no panorama interno, para além da execução das missões relacionadas com a política de defesa e segurança nacional de Angola, que lhes são atribuídas, as FAA também participam no esforço da reconstrução nacional e no apoio às populações afetadas e no desenvolvimento socioeconómico do país" (Rosa, 2010, p. 75). Neste quadro, não queremos esquecer também o papel da Polícia Nacional, especialmente a Polícia de Proteção de Fronteira, nas atividades relacionadas com a desminagem, proteção e o desenvolvimento socioeconómico.

No contexto internacional, a componente militar da Defesa Nacional, as FAA, têm prosseguido uma política de cooperação, defesa e segurança com o exterior, em conformidade com a política de relações exteriores do Estado angolano, no âmbito da participação nas missões de operações de apoio e manutenção da paz sob a égide da ONU, União Africana, SADC e CEEAC e com os países da CPLP, bem como com outros países de interesse comum. Porém, por maioria de razão, o grande valor estratégico a defender continua a ser a pátria angolana (Rosa, 2010, p. 76).

2. Quadro Legal da Defesa Nacional da República da Namíbia

De acordo com a Constituição da República da Namíbia (1990), as NDF tem como finalidade de defender o território e os interesses nacionais da Namíbia, garantir a soberania e a integridade do território nacional, assim como defender o Estado contra as agressões e ameaças externas convencionais e não convencionais e evitar a violação da integridade do território nacional. A política externa e a política de defesa da Namíbia foram elaboradas para complementar outras políticas governamentais, em particular, a de Segurança Nacional e a política das Relações Exteriores, com o de garantir a segurança, a paz, bem como defender os interesses nacionais interior e exterior, com base aos princípios de coexistência e cooperação com outros países de forma pacífica e na base do direito internacional com a finalidade de garantir a segurança e a manutenção da ordem internacional e, em particular, para a estabilidade regional (MDN, s/d, pp. 3-5).

No quadro das relações exteriores, inicialmente a Namíbia, em grande medida, mantinha relações estreitas com Estados que o ajudaram na sua luta pela independência, essencialmente a China, a Rússia, Cuba, Angola e Coreia do Norte. Porém, nas últimas décadas, já não se observa uma cooperação com a Coreia do Norte, devido às sanções que lhe foram imposta pela comunidade internacional, principalmente pelos EUA, devido o seu regime e o

desenvolvimento do programa nuclear. Com o surgimento de uma nova ordem mundial a Namíbia tem relações de cooperação a vários níveis com vários países dos antigos blocos político-económicos da Europa Ocidental e do Leste, com países das Américas, da Ásia e da África. Ainda neste quadro, há que destacar a forte cooperação que a República da Namíbia mantém com a República do Brasil na área da defesa (Acordo de Cooperação Naval, assinado em 1994 e renovado em 2001) (Uulenga, 2016).

Segundo a constituição da República da Namíbia (1990), o Estado namibiano deve envidar esforços para garantir que, nas suas relações internacionais deve promova a cooperação internacional, a paz e a segurança, e encoraja a solução de diferendos internacionais por meios pacíficos (CRN, 1990, p. art 96). Neste quadro a Namíbia tem uma forte relação com os países da região a que pertence, a UA, SADC e a SACU (UAAA). Está a desenvolver o comércio e a reforçar os laços económicos e políticos na região da SADC. Como um membro da SADC e da União Aduaneira Africana (SACU), a Namíbia defende celeridade no processo na integração regional. Tornou-se o membro 160 da Organização das Nações Unidas a 23 de abril de 1990 e o 50ª membro da *Commonweath*.

3. As Relações Pós-independência Angola – Namíbia

Após a independência da Namíbia, a 21 de março de 1990, o presidente Samuel Shafiishuna Nujoma "Sam Nujoma" e José Eduardo dos Santos demostraram, nos primeiros momentos, interesse em aumentar a cooperação com vários países africanos, europeus e americanos, incluindo as organizações internacionais e regionais. A questão da defesa passou a preocupar os dois Estados (Angola e Namíbia), principalmente após o eclodir da Segunda Guerra Civil em Angola e do conflito em Caprivi (Nordeste da Namíbia), e, desde essa altura, passou a dominar a agenda das relações entre os dois governos. Foi nesse sentido que, a 21 de abril de 1990, um mês depois da independência da Namíbia, os dois países assinaram um acordo de segurança para protegerem a região fronteiriça comum de eventuais ações da UNITA mostrando-se céptico ao processo de paz em curso em Angola (Cardoso, 2005, p. 30) (José, 2011, p. 183),.

Angola foi o primeiro país a estabelecer relações bilaterais diplomáticas com a Namíbia. Os dois países formalizaram as suas relações diplomáticas, imediatamente após a independência da Namíbia, com a assinatura – a 18 de setembro de 1990, na cidade do Lubango (Angola), por José Eduardo dos Santos e Sam Nujoma –, do Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação. Assim, a representação da SWAPO

(partido vitorioso na Namíbia) em Luanda, foi imediatamente transformada em embaixada da Namíbia, e Angola instalou a sua embaixada em Windhoek. Além disso, os dois Estados também concordaram em estabelecer consultas diplomáticas periódicas sobre questões de segurança ao longo da fronteira e na África Austral. Além disso, os dois países a têm adidos de defesa e adidos de política, credenciados pelos respetivos países. Este facto é o auge de um processo que vem na sequência do estreitamento das relações entre o governo de Angola e a SWAPO, efetivadas entre 1976 e 1988, quando os dois conduziam a luta político-diplomática e militar contra a ocupação sul-africana em seus territórios.

Recorda-se que, entre 1976 e 1988, Luanda foi o Quartel-General da SWAPO (Itamaraty, 2014, p. 25). Este Acordo é resultado do desejo de reforçar as relações entre os dois povos, do desejo de reconhecimento recíproco entre os dois Estados, da necessidade de fortalecer e consolidar as relações políticas, económicas e sociais existente desde 1976, bem como do interesse em cumprir com as diretrizes promovidas pela SADC e pela Carta das Nações Unidas, que encorajam políticas que visam reduzir as tensões regionais e internacionais, assim como reforçar o desenvolvimento de uma cooperação global.

Neste contexto, a Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação (CMANC) passou a encarregar-se da identificação das áreas e dos programas de cooperação bilateral, bem como de encorajar e promover o desenvolvimento comum em diversos domínios, entre outras questões. Compete-lhe, também, pesquisar/estudar tendências, determinar a forma apropriada e o tipo de cooperação a estabelecer nas áreas económica e social. Cada uma das áreas forma um subcomité específico subordinado à esta Comissão. Em 1994, em Luanda, a CMANC realizou a sua primeira reunião, tendo em vista a promoção de relações de cooperação para o desenvolvimento económico entre ambos os Estados. Os encontros seriam realizados em intervalos de dois anos e nos territórios angolano ou namibiano, de forma alternada. Mas, neste mesmo ano, as atividades desta Comissão foram suspensas devidos ao ressurgimento do conflito armado em Angola, em 1992, na sequência da crise pós-eleitoral.

Em 2005, depois do fim da Guerra Civil em Angola, os governos dos dois Estados decidiram reativar o referido órgão, a Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação. Este passo foi dado na sequência da primeira visita do Chefe de Estado namibiano, Lucas Pohamba, a Luanda, entre 28 e 29 de abril de 2005, depois da sua tomada de posse (22 de março de 2005). Assim, foi realizado, em Luanda, o segundo encontro deste órgão, na qual a delegação angolana foi liderada pelo ministro Botelho de Vasconcelos e o ministro namibiano por Johon Pandeni. Nesta ocasião, foram assinados, na presença dos Chefes de Estado de Angola e da

Namíbia, vários acordos e protocolos destinados a reforçar a cooperação entre os dois países na área social e económica (ACNO).

4. Cooperação de Defesa entre Angola-Namíbia no período Pré-conflito (1990-2002)

O acordo a 21 de abril de 1990, entre Angola e Namíbia pode ser visto como o interesse estratégico de ambos na questão de segurança, sobretudo para inverter a capacidade de beligerância da UNITA, bem como cortar a estrutura militar que Pretória havia criado ao longo da fronteira que favorecia a UNITA, com vista a impedir a penetração dos combatentes da SWAPO e apoiar as ações da UNITA contra o governo da República Popular de Angola (Sierra, 2010, p. 157).

Os esforços relacionados com a cooperação na área de defesa têm com a finalidade de consolidar da paz, estabilidade e segurança intraestatal, entre estados e na região, têm conduzido os países da SADC a uma nova dinâmica ou arquitetura de paz entre os Estados-signatários. Trata-se de Comissões Mistas de Defesa e Segurança geralmente formadas por dois ou mais Estados vizinhos e que estão a ser adotadas por alguns países da SADC.

Diante desta perspetiva, segundo Luís Bernardino, as regiões fronteiriças são de extrema importância para a política externa, o que justifica a grande atenção que merecem, no sentido de garantir os interesses de defesa e segurança de Angola. Este facto leva à criação de mecanismos destinados a neutralizar, nas regiões fronteiriças, eventuais ingerências provenientes dos Estados vizinhos, apesar de as relações entre o país e os seus vizinhos estarem actualmente estáveis, não havendo ameaça regional significativa desde o fim da guerra civil angolana, em 2002 (Bernardino, 2013a).

É neste contexto que Angola e a Namíbia têm Comissões Mistas de Defesa e Segurança (CMDS) com todos os seus vizinhos, como mecanismo prático para a resolução, por meios pacíficos, de eventuais litígios, de luta contra os crimes transfronteiriços, assim como mecanismo para manutenção e preservarão da paz e segurança entre os Estados vizinhos. Esta cooperação assenta "essencialmente em Acordos Gerais de Cooperação celebrados entre os Estados envolventes, tendo carácter bilateral ou multilateral" (MDN, s/d). No entanto, Angola e Namíbia constituíram a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia. Com esta subcomissão (comissão), os dois Estados procuram assim assegurar a paz, a estabilidade e a segurança comum, a fim de transformar esta região num bloco próspero em termos económico e social (ACMI).

Angola considera importante a paz e a estabilidade dos vizinhos para a sua própria segurança. Por isso o Angola mantém concertações permanentes com as nações vizinhas, visando a concretização de medidas conjuntas que se consideram necessárias à preservação do clima de paz e estabilidade nas fronteiras e nos respetivos territórios (José, 2011), com objectivo de preconizar soluções pacíficas de conflitos internacionais (Lei da DN e das FAA) para projectar desenvolvimento económico da SADC (MDN, s/d, p. 10).

Angola e a Namíbia fazem parte em mais de uma organização regional, o que cria uma dispersão de múltiplos recursos militares e, principalmente, financeiros, tal como afirmam Eugénio da Costa Almeida e Luís Manuel Brás Bernardino (2016), ao referirem que:

> "….Angola está integrada na Força Multinacional da África Central (FOMAC ou COMFORCE) no quadro da CEEAC – «Central African Multinational Force» e na SADCBRIG [na SADC] para além da participação na inovadora e pouco conhecida Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral (SADSEM – ou «Southern African Defence and Security Management Network»). Isto apesar da União Africana (UA) não aconselhar […] a integração de um Estado-membro em mais de uma organização sub-regional…"[3]

A 17 de Agosto de 1992, na cimeira de Windhoek, aderiu à SADC. Após o fim do *apartheid* na África do Sul também aderir, a Namíbia aderiu à União Aduaneira da África Austral (SACU)[3]. Angola e a Namíbia fazem parte de um organismo tripartido, o Mecanismo para a Cooperação Política e de Segurança Angola, Namíbia e Zâmbia (MINIT-Angola). A razão da formação desta última estrutura é explicada pelo facto de os três países constituírem um triângulo fronteiriço no sudeste de Angola. Perante este cenário, os nossos estudos confinam-se, nesta seção, à Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, como instrumento de cooperação entre Angola e a Namíbia no quadro da defesa, no período entre 1990 e 2002.

A Comissão Mista Permanente Angola-Namíbia para a Cooperação é composta por duas subcomissões específicas, nomeadamente a Subcomissão/Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) – que trata de questões ligadas às áreas económica e social –, e a

---

[3] Costa Almeida, Eugénio e Luís Manuel Brás Bernardino (2016), "Uma Reflexão Estratégica sobre a Segurança e Defesa em Angola e a Intervenção no Contexto Regional Subsaariano", em Revista Sol Nascente, nº 6 de março de 2016, pp. 45-153. Disponível em http://ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf, consultado a 9 de maio de 2017, p. 48.

[4] SACU é uma organização criada em 1910 e composta pela África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A SACU baseia-se na perspetiva de mercado para aumentar o entrosamento económico dos países da África Austral (Visentini, 2011, p. 10) (Pereira, s/d, p. 83).

Subcomissão/Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia – que trata de questões de defesa. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia também foi criada a 18 de setembro de 1990, no quadro do Acordo assinado no Lubango, "fiel aos objetivos e aos princípios da Carta das Nações Unidas e da União Africana, encorajada pela vontade de reforçar os laços de amizade e irmandade existentes entre os dois países". Com este protocolo, os dois países mostraram-se determinados a desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa e estavam convencidos de que a cooperação mútua, o intercâmbio de informação e o aumento da cooperação os dois países poderá contribuir para propiciar a paz, a segurança e a estabilidade regional.

O acordo de cooperação entre Namíbia-Angola no domínio da defesa visa a cooperação entre as duas partes em matérias deste sector, a pedido de qualquer parte e dentro dos meios disponíveis de cada parte. Nesse sentido, os dois Estados concordaram em cooperar em diversas áreas da defesa, baseando-se nos princípios de respeito mútuo pela independência, soberania, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos de cada Estado. A fim de dinamizar a cooperação institucional, a 22 de janeiro de 1991, o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, realizou uma visita oficial a Angola de quatro dias, na qual discutiu com as autoridades angolanas questões bilaterais (Cardoso, 2005, p. 30).

Entre 29 e 30 de setembro de 1992, foram realizadas as primeiras eleições democráticas multipartidárias que, segundo Catarina Antunes Gomes (2009), resultaram na vitória do MPLA, que obteve 49% dos votos, contra 41% da UNITA (Gomes, 2009, p. s/p). Quando o ciclo de violência parecia ter terminado e de ter já iniciado o processo de reconciliação nacional, a guerra ressurgiu outra vez como a maior tragédia da história recente de Angola, porque a UNITA contestou os resultados dos escrutínios das eleições de 1992, entendidas como livres e justas pelas Nações Unidas e pelos observadores internacionais. Esta fase da guerra só terminou com a assinatura do cessar-fogo entre as FAA e as FALA, a 30 de março de 2002, Luena (Acordo de Luena) e formalmente com a assinatura do Memorando de Entendimento entre o governo e a UNITA, a 4 de abril de 2002, em Luanda (memorando complementar para o cessamento das hostilidades, incluí resoluções de temas que tinham sido suspensos no quadro dos acordos de Lusaca) (Correia, 1996, p. 27).

No entanto, com o reacender do conflito militar em Angola e o surgimento do conflito em Caprivi (Namíbia), em 1998, motivado pelo surgimento do Exército de Libertação de Caprivi[5]

[5] Faixa de Caprivi é uma região situada no nordeste da Namíbia (região situada na fronteira entre Angola,

(CLA), Angola e Namíbia passaram a adotar meios, estratégias e ações concretas que visavam o estabelecimento e gestão da paz na fronteira comum, passaram a envidar esforços conjuntos e a elaborarem instrumentos para garantir de forma sólida a segurança das suas populações, para minimizar os riscos de conflitualidade e eliminar as consideradas ameaças à segurança intraestado, à segurança entre Estados e à segurança regional. Desde então, a questão de cooperação na vertente da defesa e segurança entre os dois Estados passou a dominar a agenda entre os governos dos dois países.

Nesta perspetiva, os dois Estados decidiram realizar a primeira reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, em 1993. Diante deste contexto político-militar, as atenções da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia estiveram mais concentradas no combate a UNITA e na limitação do apoio que, eventualmente, o CLA recebia da UNITA, bem como cortar a eventual colaboração entre os dois movimentos, cujas bases de apoio logístico localizavam-se ao redor da fronteira Angola-Namíbia. A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (CMDSAN) passou a reunir-se anualmente, com o objetivo de traçar e coordenar estratégias que tinham por finalidade garantir a segurança ao longo do espaço fronteiriço comum (Panapress), assim como combater de forma conjunta e coordenada as forças que os dois Estados consideravam como ameaças à segurança comum.

Assim, a área da defesa e segurança era alvo de uma cooperação mais ativa entre Angola e a Namíbia, durante o período da Segunda Guerra Civil Angolana, em relação a cooperação bilateral na área social e económica levada acabo pela Comissão Mista Angola – Namíbia para a Cooperação/Comissão Mista Bilateral Angola-Namíbia (Mateta, 2009, p. 35). A Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) apenas realizou seis sessões ao passo que a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia (CMDSAN) já realizou 20 sessões, até ao ano de 2016.

O reacender da guerra em Angola e o conflito secessionista da região de Caprivi forçaram, por um lado, a Comissão Bilateral Cooperação Angola-Namíbia (CBCAN) a fazer um interregno das suas atividades entre 1994 e 2004. Por outro lado, o contexto geoestratégico de tais conflitos obrigou os dois Estados a estabelecerem protocolos de cooperação na área da defesa e acelerar a sua implementação prática, permitindo uma colaboração entre as forças de

---

Namíbia e o Botswana) limitada ao norte pelo Cuando Cubango (sul de Angola).

defesa e segurança de Estado, os serviços de informação e contra informação e as forças de segurança pública dos dois Estados.

A Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia é fruto da evolução da Comissão Militar Conjunta de Verificação (CMCV)[6] que tinha sido estabelecida na véspera da independência da Namíbia, no quadro dos acordos de paz entre a África do Sul, Angola e Cuba (Acordo das Três Potências ou Acordo Tripartido). Após a independência da Namíbia, a Comissão Militar Conjunta de Verificação foi substituída pela Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, integrando inicialmente a NDF e as FAPLA, depois da sua remodelação, em 1992, foi substituída pelas FAA. Essa comissão passou a reunir-se anualmente durante o período que compreende entre a independência da Namíbia e a segunda guerra civil angolana. Com o fim da Guerra Civil em Angola e do conflito em Caprivi passaram a reunir-se em anos e em país alternados. Em 2017, a reunião da Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia foi realizada em Angola.

Angola e Namíbia chegaram a assinar um "Acordo de Defesa Mútua", que permitiu que o exército namibiano prestasse apoio ao governo angolano no combate às forças da UNITA e ao desmantelamento das suas principais bases situadas no sudeste de Angola (Mateta, 2009, p. 35). Não há formalmente um acordo sobre defesa mútua entre Angola e Namíbia. Mas, estamos cientes de um eventual conflito intra ou entre Estado que envolve Angola ou da Namíbia levará o envolvimento do outro Estado, porque os dois Estados andam unidos, nestes termos deste a luta contra África do Sul.

Portanto, a trajetória das relações político-militar entre MPLA-SWAPO ou FAPLA-PLAN é um dos elementos que levaram um envolvimento das Forças de Defesa da Namíbia no conflito de Angola. Este assunto constitui a espinha dorsal da cooperação entre os dois países e sustenta a amizade entre Angola e Namíbia. Nesta perspetiva, na primeira década da sua existência (1993-2002) e com o desenvolvimento da Guerra Civil em Angola e depois na

[6] A CMCV foi criada a 24 de janeiro de 1989, em Nova Iorque, e tinha por objetivo estabelecer um mecanismo destinado à resolução de qualquer problema relacionado com a aplicação do Acordo de Nova Iorque (Acordo Tripartido). Segundo o respetivo acordo, esta comissão tinha como objetivo fiscalizar a retirada das tropas cubanas até ao paralelo 16 e das tropas da SWAPO que ficariam a norte do paralelo 16. Cabia também a esta comissão verificar o cumprimento do cessar-fogo entre os beligerantes, criar um clima de paz e fazer cumprir o Acordo. Nessa comissão faziam parte delegações da África do Sul, Angola e Cuba, bem como observadores norte-americanos e soviéticos. Essa equipa seria automaticamente dissolvida quando o Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição (UNTAG) para a independência da Namíbia assumisse as suas responsabilidades. Esta comissão das Nações Unidas foi estabelecida no dia 1 de abril de 1989 e exerceu a sua atividade até à data da independência da Namíbia em 1990.

Namíbia, a CMDSAN tinha como objetivo principal o combate contra o terrorismo[7] transfronteiriço, na qual tinham sido enquadradas as ações das forças da UNITA e as forças do CLA. Além disso, neste mesmo período os objetivos da CMDSAN também consistiam em consolidar a cooperação entre os dois povos, estabelecer os princípios de boa vizinhança, detetar e prevenir elementos ou questões que possam pôr em causas as relações e a segurança entre os dois países.

A Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola-Namíbia é composta por entidade dos Ministérios da Defesa, do Ministério do Interior e os órgãos de segurança interna e de segurança de Estado dos dois países. A Comissão desdobra-se em subcomissões e estas, por sua vez, são compostas por grupos técnicos. Estas subcomissões e Comités Técnicos Regionais são constituídos por especialistas locais dos diferentes órgãos intergovernamentais de Defesa e Segurança, nomeadamente os Serviços de Migração e Estrangeiro, Polícia de Ordem Pública, bem como do ministério das Relações Exteriores, Administração do Território, Agricultura, Finanças (Alfândega) dos dois países.

A CMPDSAN é coordenada pelos ministros da Defesa e pelos chefes de Estado-Maior do Exército dos dois países. Coordenam as subcomissões e os grupos técnicos regionais, os comandantes da unidade militar ou as delegações que se encontram nas regiões fronteiriça Angola-Namíbia (Comandantes dos ex-Comandos Operacionais do Cuando Cubango, Huíla e Cunene – atualmente pertencem à Regiões Militares Sul (Zona Militar Huila) – e Comandante das Regiões Militares das Regiões namibianas como do Zambeze, Okavango, Ondangwa e outras regiões fronteiriças).

Angola tem articulado o seu Sistema de Forças Nacional das FAA em quatro Regiões Militares: Região Militar Norte (Zaire, Uíge, Cuanza Norte, Malange e Bengo), Região Militar Centro (Huambo, Bié, Benguela e Cuanza Sul), Região Militar Leste (Lunda Norte, Luanda Sul e Moxico) e a Região Militar Sul (Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Huila),

[7] O terrorismo, segundo Pedro Folgado é um fenómeno disruptivo que visa provocar alterações profundas numa determinada ordem ou organização social vigente, num determinado *status quo*, por uma ou outra ordem. O governo angolano define o terrorista como quem, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, age com a intenção de prejudicar a integridade ou a independência nacional, de destruir, de alterar ou de subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição da República de Angola, de forçar as autoridades angolanas a praticar determinados atos, a abster-se de os praticar ou a tolerar que sejam praticados, ou ainda, de intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante de atos contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas, contra a segurança das infraestruturas e serviços, a investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas, bem como atos que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes sejam suscetíveis de afetar gravemente o Estado ou a população (Folgado,2016).

coincidindo os seus limites geográficos com os limites provinciais e duas Regiões Especiais (Cabinda e Luanda) (Bernardino, 2012, p. 355).

Neste contexto, a região da fronteira sul de Angola encontra-se dividida em quatro comités técnicos regionais que estão em correspondência com outras regiões do norte da Namíbia. Nesta senda, a província do Cunene (Angola), na qualidade de integrante de subcomissão e de um comité técnico regional, tem correspondência com quatro regiões fronteiriças da Namíbia, nomeadamente a região de Ohangwena, a região de Omusati, a região de Oshana e a região de Kunene. A província do Namibe (Angola) tem correspondência com a região Kunene (Namíbia). A província de Cuando Cubango (Angola) tem correspondência com a região de Okavango Oeste, Okavango Este e Zambeze.

Entre 2001 e 2002, no quadro das atividades da Comissão Mista Permanente, as forças de defesa de Angola e da Namíbia estavam empenhadas na proteção e segurança de empreendimentos económicos (barragens de Calueque e de Ruacaná), regularização da situação migratória de cidadãos angolanos que se encontravam na Namíbia, em operações conjuntas contra crimes ao longo da fronteira comum, bem como em operações militares nos redutos da UNITA situados no sudeste de Angola e repatriamento dos detidos angolanos pertencentes às ex-forças da UNITA que se encontravam na Namíbia (ACMI).

A cooperação entre as forças namibianas e as forças angolanas não se limitaram aos ataques conjuntos. As ações estenderam-se também aos serviços de informação militar. As forças namibianas facilitavam e participavam nas atividades de inteligência/contra inteligência do governo angolano, infiltrando-se nos territórios sob controlo da UNITA, e davam guarida aos homens de reconhecimento das FAA, tal como a UNITA fazia contra as forças da SWAPO na época em que o movimento de Savimbi cooperava com as tropas sul-africanas. Os agentes de inteligência das FAA, na presença dos homens das NDF, disfarçavam-se com o uniforme do exército namibiano para cumprir missões ao longo da fronteira (Monulo, 2016).

Apesar de o governo angolano não intervir militarmente no conflito de Caprivi, os representantes angolanos junto ao Comité de Segurança Estatal da Comissão Mista de Defesa e Segurança monitoravam o curso dos acontecimentos, avaliavam constantemente o comportamento do grupo separatista e decidiu continuar acompanhar a política na região de Caprivi.

Conclusões

As relações bilaterais entre Angola e a Namíbia, formalizadas a 18 de setembro de 1990, no Lubango, foram o auge de um longo processo resultante das relações efetivadas entre 1976 e 1988, aquando da luta política, diplomática e militar desenvolvida pelo MPLA e a SWAPO contra a África do Sul, que ocupava o Sudoeste Africano e o sul de Angola. O Acordo de Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angolana-Namibiana para a Cooperação de 1990, permitiu a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Cooperação – encarregue de identificar e executar programas de cooperação bilateral na área económica e social – e a criação da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança – aborda matérias de cooperação no domínio da defesa**.**

Neste contexto, a cooperação entre Estados Angola-Namíbia, no quadro da defesa pode ser caracterizada em dois períodos: cooperação pré-conflito (1990-2002) – em que as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia para a Defesa e Segurança, como principal instrumento de cooperação no domínio da defesa, estavam essencialmente viradas para a luta contra as forças da UNITA e do CLA. Tornando a defesa e segurança as áreas mais ativas de cooperação. As intervenções conjuntas de Angola e Namíbia contribuíram para a implementação da paz e segurança no nordeste da Namíbia e sudeste de Angola e ao longo da fronteira comum. Diante este conjunto de factos, podemos referir que os acordos de cooperação na área da defesa entre a Namíbia e Angola são particulares. A Namíbia não tem com qualquer outro país acordo semelhante ao que tem com Angola, no que diz respeito à sua essencial e conteúdo.

O fim do conflito na Namíbia e em Angola abriu um novo horizonte de cooperação no quadro da defesa. Nesta senda, as ações da Comissão Mista Angola-Namíbia encontram-se direcionadas à cooperação técnico-militar, à preservação da paz e da estabilidade local, o combate aos crimes transfronteiriços que possam pôr em causa a segurança nacional dos respetivos países. O aperfeiçoamento de meios políticos e militares para uma eficaz e eficiente cooperação multissetorial. Esta cooperação tem permitido o combate às chamadas novas ameaças, de cariz não-militares, desempenhando um papel importante na defesa e segurança dos dois Estados.

Entretanto, para que essa cooperação tenha resultados eficazes e eficientes há necessidade de se proceder a mais investimentos na formação do pessoal, técnicos e tecnológicos, bem como empreender mais esforços no cumprimento das obrigações assumidas no quadro dos referidos protocolos e mais coordenação de política e estratégicas de combate a tais ameaças. As boas relações existentes entre Angola e Namíbia são justificadas, por um lado, pela evolução dos laços político-militares efetivados pelos movimentos de libertação dos respetivos países ao longo da luta pela libertação da África Austral.

Por outro lado, a cooperação entre Angola e a Namíbia tem um caráter estratégico, apesar de não permitir uma intervenção militar a partir de um dos Estados, permite a realização coordenada de ações que visam assegurar a paz e a segurança nacional e regional, a fim de perspetivar interesses económicos. Neste sentido, o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança e a Comissão Mista de Defesa e Segurança Angola-Namíbia têm uma relação estreita, pois constituem um instrumento-chave para a concretização dos objetivos regionais.

Depois dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, nos EUA, e consequentemente com o aumento e evolução do tráfico de drogas, do crime organizado e do terrorismo internacional, houve uma mudança na perceção do funcionamento da ordem internacional a vários níveis. No entanto, só em junho de 2017 é que Angola passou a ter uma lei específica contra o terrorismo, a "Lei sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo", que estabelece diversas medidas contra o terrorismo.

Bibliografia

ADNRIMDNA. (2016). - Arquivo da Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Memorando sobre o estado da cooperação com a República da Namíbia no domínio da defesa, 13-12-2016. 13-12-2016.

AGRPAGRNC. (1990). - Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República da Namíbia sobre a Cooperação Geral e Criação da Comissão Mista Angola para a Cooperação. Documento encontrado em Mateta, Indira Eduarda da Costa (2009).

ALMEIDA et all, E. C. (2016). Costa Almeida, Eugénio e BERNARDINO, Luís M- Uma Reflexão Estratégica sobre a Segurança e Defesa em Angola e a Intervenção no Contexto Regional Subsaariano. Revista Sol Nascente, nº 6 de março de 2016, 45-153. Disponível em http://ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N9_eugenio_almeida_e_luis_bernardino.pdf, consultado a 9 de maio de 2017.

BERNARDINO, L. (2012). A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas. Lisboa: Tese de doutoramento em Ciências Socias, especialidade de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências e Políticas.

BERNARDINO, L. (2013a). A Posição de Angola na Arquitectura da Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas. Coimbra: Editora Almedina Edições.

BERNARDINO, L. (2015). A Participação de Portugal na Edificação das Forças Armadas Angolas. Bernardino, Luís (2015), "A Participação de Portugal na EdifRevista da Escola de Guerra Naval: periódico especializado em estudos estratégicos, pp. 83-110, Janeiro, V21, Nº 1. Disponível em http://www.africamonitor.net/pt/analise/participacao-port-edificacao-faa-lbernardino016/, consultado a 20 de fevereiro de 2016.

CARDOSO, A. (2005). Política, Economia e Cultura. em Cardoso, Cláudia (Directora), Revista África Today, edição nº 2, Fevereiro, 2005, s.l.

CORREIA, P. d. (1996). As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência. In M. (. Bravo, Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento. Lisboa: Hugin-Editores.

CRA (2010). - Constituição da República de Angola. Capítulo II, sobre a segurança nacional, art. 201.

CRN (1990). - The Constituition of the Republic of Namibia -. Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

FOLGADO, P. N. (Proelium – Revista Cientifica da Academia Militar, Serie VII, nº 11 de Folgado, Pedro Naves (2016), "Portugal e o Combate ao Terrorismo – A Estratégia Nacional", em Borges, João Jorge (Diretor), Proelium – Revista Cientifica da Academia Militar, Serie VII, nº 11, pp. 335-347, Lisboa. de 2016). Portugal e o Combate ao Terrorismo – A Estratégia Nacional. In J. J. (Diretor), Proelium – Revista Cientifica da Academia Militar (pp. 335-347). Lisboa: Academia Militar, Serie VII, nº 11.

GOMES, C. A. (2009). De como o poder se produz: Angola e as suas transições. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20se%20produz%20-tese.pdf, consultado a 9 de maio de 2017.

INE. (2014). - Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), dados definitivo do censo realizado em 2014, (online). . INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), dados definitivo do censo Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%20.

JOSÉ, J. (2011). A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. José, Joveta (2011), A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil, Dissertação de Doutoramento em Ciência política do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: UFRGS.

JÚNIOR, M. (2014). A Mão Sul-Africana – O envolvimento das forças de defesa da África do Sul no Sudoeste de Angola (1966-1974). Lisboa, 1ª edição: Princípia Editora.

MATETA, I. E. (2009). As Relações Político-Diplomáticas entre a República de Angola e a República da Namíbia 1990 -2009. Luanda: Dissertação de Licenciatura em Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Ministério de Relações Externa.

MDN. (s/d). - Ministry of Defence of the Republic of Namibia - Defence Policy. Windhoek: Disponível em http://www.mod.gov.na/pdfs/DEFENCE%20POLICY.pdf, consultado a 29 de agosto de 2016.

MINIT-Angola. (s.d.). Acções de Cooperação do Ministério do Interior. Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior (Luanda, 07-02-2003). Documentos em posse do autor.

MONULO, J. M. (2016). entrevista em Ondjiva, 11 de agosto de 2016.

NAMIBIAN, C. (1990). The Constituition of the Republic of Namibia. The Constituition of the RepubChapter 5: The President, (online). Disponível em http://www.gov.na/documents/10181/14134/Namibia_Constitution.pdf/37b70b76-c15c-45d4-9095-b25d8b8aa0fb, consultado a 29 de maio de 2016.

OERNA. (2014). Ofício da Embaixada da República da Namíbia em Angola para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola (Luanda, 03-06-2014). Projecto do Protocolo de Cooperação entre a República da Namíbia e a República de Angola, no domínio da Defes. Luanda.

PÉLISSIER, D. W. (2013). História de Angola. Lisboa: Tinta-da-china.

PEREIRA, G. F. (s/d). A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In P. G. (Org.), Africa do Sul: História, Estado e Sociedade. 1ª edição, Brasília,: Paulo G. F. Visentini e Analú Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf, consultado.

PIEDADE, J. C. (2014). A segurança interna e a concertação estratégia entre as forças de defesa e segurança. conferência Forças Armadas Angolanas – Segurança nacional e desafios: Anais da conferência sobre “Segurança Nacional e Desafios", (pp. 26-27 de Agosto). Luanda.

RIBEIRO, J. (2016). Acordos de Nova Iorque e a Paz na África Austral. Jornal de Angola, Disponível em

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/acordos_de_nova_iorque_e_a_paz_na_africa_austral, consultado a 10 de maio de 2017.

ROSA, A. B. (2010). Política de Defesa de Angola. Conferências intitulado Visões Globais para a Defesa. Lisboa: Instituído de Defesa Nacional (IDN), a 27 de abril. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3075/1/NeD125_ArmindoBravodaRosa.pd, consultado a 2 de maio de 2017.

SIERRA, L. C. (2010). Angola e África Austral. Luanda: Mayamba.

TEIXEIRA, N. S. (2009). Contribuição para uma Política de Defesa,. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

UULENGA, H. J. (2016). Entrevista em Katutura (Windhoek), 8 de agosto de 2016.

VISENTINI, P. (2011). O Livro na Rua: Namíbia. Brasília: Thesaurus Editora. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/764-Livro-na-rua-Namibia.pdf, consultado a 2 de março de 2015.

RECENSÕES/REVIEWS

1492: O ENCOBRIMENTO DO OUTRO - A ORIGEM DO MITO DA MODERNIDADE

Armindo Armando [1]

Resenha Critica da Obra "Dussel, E. (1993). ***1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade"***. Conferências de Frankfurt. Vozes Editora, Petrópolis" para a publicação na Revista Sol Nascente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Introdução

A obra pela qual desenvolvemos a nossa recensão crítica é do autor Enrique Dussel, intitulada: "*1492: O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade"*, que foi publicada em 1993, que é resultado das conferências desenvolvidas em Frankfurt através das quais expõe o seu pensamento sobre as relações existentes no mundo, criadas pela modernidade no contexto da bipolarização da política do reconhecimento através do sistema-mundo.

No *Encobrimento do Outro*, Dussel mostra o seu posicionamento face à modernidade, onde avança que a modernidade é uma ilusão, isto é, ela visava a emancipação do homem, todavia, com a expedição do ocidente em 1492 em outros mundos, o encontro entre os povos não foi de reconhecimento, mas sim de encobrimento. Por conseguinte, não houve reconhecimento de particularidades culturais dos Latino-americanos, Africanos, Asiáticos assim, criando um sistema-mundo de dominação.

A recensão visa despertar a debilitada comunicação no contexto prático existente entre a Europa e outros mundos, conhecida esta relação como Centro-Periferia; mostrar que desde a ideia do surgimento da modernidade, a Europa buscava descobrir os outros mundos e que na realidade esta relação não foi baseada na descoberta do outro mas sim no encobrimento, pois o outro foi concebido como objecto de manipulação desde a sua cultura

[1] Doutorando em Língua, Cultura e Sociedade na Universidade Zambeze – Beira, Moçambique. Correio electrónico: armandoarmindo21@gmail.com

até aos outros modos de manifestação do ser, considerando desta feita o outro como um ser sem características pelas quais qualificar como ser humano, razão pela qual o mesmo devia ser reinventado para seguir os modelos tradicionais europeus para que se tornasse um ser com identidade humana.

A Obra em recensão, é relevante no contexto dos estudos da comunicação intercultural, pois tem o seu enquadramento nos estudos pós-coloniais, visto que denuncia a dominação no âmbito do encontro de dois povos, visando desconstruir vários paradigmas dominantes que foram considerados ideologias para humanizar a sociedade. No contexto contemporâneo, a obra é relevante pois reafirma a necessidade de reinventar a comunicação existente entre várias dimensões da civilização humana buscando quebrar a hegemonia cultural.

No contexto moçambicano, a obra é relevante pois ela pode ser a base de desenvolvimento das boas relações existentes no Pais baseados em região e que a relação histórica destas regiões se manifestou numa dimensão hegemónica, especificamente a relação existente entre o Sul, Centro e Norte de Moçambique que são responsáveis no desenvolvimento de diversos estereótipos. Assim, para o desenvolvimento da presente recensão crítica, recorremos a o método hermenêutico e desconstrução – construção.

Síntese da Obra

A obra em recensão é resultado das conferências realizadas pelo autor e que a mesma, está dividida em três partes, tendo a primeira parte intitulada: “Desde o Ego – Europeu: O Encobrimento”, tendo dividido as suas abordagens em quatro conferências dentre elas, a primeira: o Eurocentrismo, onde discute a legitimidade da Europa como fonte ou centro do mundo e que afecta a identidade dos outros povos em relação a diversidade; a segunda conferência aborda em torno da invenção ao descobrimento do novo mundo, procurando criticar os instrumentos modernos que foram usados para garantir o desenvolvimento da descoberta ao serviço da colonização; a terceira aborda em torno da conquista a colonização do mundo da vida, onde as principais teses estão assentes na apresentação da modernidade como um fetichismo europeu, tornando sua vítima culpado da sua própria vitimação e a quarta aborda em torno “ Conquista espiritual: Encontro de dois mundos, analisando as formas como o homem foi colonizado espiritualmente e posteriormente em outras dimensões práticas.

A segunda parte é referente à Revolução Copernicana da Chave Hermenêutica, tendo duas conferências dentre elas: a primeira é referente à crítica do mito da modernidade, onde desenvolve a ideia de que a modernidade surgiu com o propósito de emancipar o homem e que para Dussel, não passa de uma ideologia falsa para dominação do outro, pois a modernidade não emancipou o homem, ainda pelo contrário se apresentou com certo fetichismo para dominação do outro mundo descoberto pela Europa. A segunda conferencia está assente na visão sobre: América "Uma visão eurocêntrica do mundo" e a excursão que dá conta que a Europa como periferia do mundo muçulmano.

A terceira parte especifica-se a abordar em torno "Da invasão ao Descobrimento do outro", tendo-se caracterizado em duas conferências, dentre elas destaca-se a primeira conferência intitulada: "Da Prússia dos Deus a Invasão" sustentando assim as vicissitudes que influenciaram o espírito prussiano a invasão social; a segunda Conferencia especifica-se a analisar a resistência ao fim do mundo e do sexto sol que busca abordar em torno das fontes da resistência da periferia, reinventando as ideologias de comunicação entre duas dimensões sociais baseadas na desvinculação da submissão ideológica e finalmente apresenta um Epilogo sobre os rostos múltiplos do povo, mostrando os vários modos de vida que foram criados pela comunicação deficiente entre o centro e a periferia criando o outro como algo imprestável e na actualidade ganhando novos contornos e sofisticados de vilipendiação.

Analise Critica do Texto

O outro na perspectiva histórica mundial, foi tomado como um ser absoluto na imaturidade, na perspectiva moderna ele foi concebido em um carácter evolutivo da técnica/ciência, todavia teve o seu impulso na Europa.

Dussel critica a história vigente, fazendo a história da filosofia, sua crítica é contra a modernidade, ideologia que pretende legitimar que a Europa é o único centro do universo e por isso pode ser a história universal e capaz de criar um império (Êxito do centro), não se baseou apenas no âmbito geográfico e político, outrossim cultural e ideológica, (Dussel, 1993,p. 30).

A filosofia moderna europeia, mesmo antes do ego cogita de Descartes, que a partir dele situa todos homens, todas as culturas. O ego cogito situa a periferia pelo facto de se formular pergunta: (os índios são homens?), tendo sido dada a resposta, que: "são apenas a

mão-de-obra e não racionais, são incultos". Assim surge uma ontologia sobre aspectos de dominação sobre os outros homens, sobre os outros mundos (Dussel, 1993, p.9).

Actualmente destacamos a reflexão mais preponderante em torno do encobrimento do outro, dada por Huntington, entretanto, a sua reflexão é inerente à realidade actual de encobrimento, no qual usa o conceito de choque das civilizações.

Da realidade reflectida em torno do encobrimento, a periferia tal como concebe Dussel, assim como Hountington, é evidente que o encobrimento ao nível do sistema mundo como dominação universal teve contornos políticos, económicos e culturais, pois actualmente é notória a existência de dominações culturais na tendência da conquista das civilizações, facto que impõe uma comunicação intercultural que busque a outra a politica do reconhecimento.

Sempre que se referencia a um aspecto histórico, a preocupação maior é de saber qual foi a origem e seu desenvolvimento no plano nacional e internacional de um certo fenómeno. Entretanto, no que se refere aos aspectos históricos do encobrimento[4], recorre-se a uma dimensão histórica das viagens de reconhecimento desenvolvidas pelos europeus, facto que deu origem a modernidade, o seu impulso é absolutamente de dominação e da explosão das culturas periféricas, que resultou no descobrimento.[5]

No contexto do encobrimento do outro, a história universal foi diabólica para actualidade, todavia Hegel na sua concepção da filosofia da história concebe:

> "*A história universal vai do oriente para o ocidente, a Europa é absolutamente o fim da história universal, a história universal é a disciplina da vontade natural dirigida para universalidade e para liberdade subjectiva*" (Dussel, 1993, 13).

A concepção prescrita foi apoiada por Fukuyama, na sua visão de que a Europa não tem nada a fazer como um progresso da historia, visto que o fim último da historia é de trazer

[4] É a destruição de outro, a negação de Alteridade violenta. Foi uma constituição do outro como si mesmo, visto que para Dussel, a Europa não criou encontro mais sim choque de civilizações onde a mais forte encobriu a mais fraca baseando-se sobre os princípios da modernidade: eurocentrismo, emancipação; violência necessária (Guerra justa); o conquistado não como o culpado mas como meritório, os índios são culpados por reagirem a essa emancipação forcada.

[5] Descobrimento significa segundo Dussel, constatar a existência de terras continentais habitadas por homens e por um lado são experiencias estéticas contemplativa e cientifica de conhecer o novo que a partir de uma experiência que a partir da experiencia exigente exige que se manifeste o mundo europeu. No contexto mercantilista, descobrimento significa o encontro com outras naturezas, outro povo, ampliando assim actividade comercial, constituindo assim a grande Vitória da Europa.

o nível de orientação para a liberdade, democracia liberal e que estes aspectos que criam o bem-estar social.

O outro (continente) foi visto como individuo / objecto de descoberta e que precisa respeitar a cultura universalmente válida com espírito absoluto, onde América Latina, Ásia, África e outros povos não foram descobertos, pois implica reconhecer, no entanto, o europeu não o reconheceu visto que implementou as suas ideologias em detrimento do nativo tal como Hegel aponta:

> Este modo de ser dos africanos explica o facto de eles serem tão facilmente fanatizados, o reino do espírito entre eles é tão pobre e o espírito tão intenso. A África não tem propriedade histórica, a Europa crista moderna nada tem a aprender dos outros mundos, outras culturas, no qual o princípio em si mesma é a plena realização (Dussel, 1995, p.31).

Na realidade, o contexto do encobrimento do outro caracteriza-se com a erupção do outro, tal como Huntington aceita que realmente hoje o sistema das relações interculturais são demagógicas e o seu impulso é orientado para o desenfrear das realidades dominadoras. Por vezes, a dominação ideológica, consiste em pretender mostrar aos outros o valor absoluto que apenas as verdades absoluta se definem nele.

Por filosofia do diálogo, compreende-se como meio de compreensão e de reconhecimento do outro como um ser, orientado pelo entendimento. Nesta asserção, não se exige um diálogo à moda moderna, desenvolvido por Descartes, pois exige assumir o contexto de diálogo concebido por Lévinas, Gadammer entre outros moralistas universais, pois a preocupação central é de engendrar um entendimento humano e o reconhecimento das adversidades.

O entendimento é sempre parte de um diálogo, pois é diálogo por natureza o carácter de um diálogo tem uma conexão dos horizontes, caracterizado pelo modo como o diálogo ganha o seu valor a moda socrática, (Honneth, 2003). O que emerge em um diálogo, não é meu (centro) e nem é seu (periferia), mais sim transcende opiniões subjectivas dos interlocutores (Alteridade), os preconceitos são presentes nos diálogos mas são desafiados em primeiro lugar nos encontros dialógicos (Lawin, 2005, pp.96 - 97).

O encobrimento também na compreensão de Dussel caracteriza-se no âmbito da comunicação, conceituada na comunidade de comunicação, entretanto, a filosofia da libertação faz o seu recreativo no âmbito da responsabilidade na comunidade de comunicação, onde Dussel constata que no plano de comunicação, há necessidade de distinguir a comunidade de comunicação real.

Por conseguinte, assemelha-se com o contexto de Lyotard, na sua crítica as micronarrativas como forma de inclusão no plano de comunicação, facto que integra as línguas locais como um fundamento da realização de uma comunicação genuína através de jogos de linguagens que devem ser criadas nessa asserção.

Para Dussel, a comunidade de comunicação deve ter em conta referências com vista a estabelecer a comunicação ideal usando critérios:

> Toda argumentação sempre pressupõe: toda a comunidade de comunicação ideal isenta de dominação, imbuída do respeito a igualdade das pessoas que as participam na comunicação. Cada um de seus comunicacionais possui o direito de sempre poder virtualmente se posicionar como outro (Dussel, 1995, p.60).

Nesta perspectiva, todo acordo por via da comunicação, deve ser visada e sempre virada ao contexto da valorização das perspectivas tendendo o reconhecimento e não da dominação enquanto comunidade de comunicação de exclusão efectiva, sem pretensão de negar a possibilidade para cada um dos seus membros ou participantes comunicacionais na qualidade de outro.

A obra: O Encobrimento do Outro, mostra o quão a história universal foi criada desde a ideia das descobertas que culminou com a consideração do outro como algo negativo, fazendo desta forma a criação do paradigma do sistema-mundo. Portanto, a obra mostra o quão as relações interpessoais constituíram-se algo estranho através da comunicação deficiente existente em diversas culturas que se efectivaram com as relações hegemónicas.

No âmbito das opressões vividas no mundo, é relevante abordarmos sobre a temática do encobrimento, visto que os mecanismos usados no passado para dominar o homem da periferia estão cada vez mais sofisticados de maneira que nos passam desapercebidos, esse factor legitima o discurso vigorante na actualidade em torno da neo-colonização como forma de opressão dotado da racionalidade moderna modernizada.

A ocidentalização cultural, ideológica e política no mundo, é o elemento que para nós suscita debate em termos académicos, facto que possa justificar o acontecimento destes fenómenos são as mortes no mediterrâneo com vista a procurar melhores condições na Europa, assim revelando a colonização mental do homem periférico em relação ao homem ocidental, imbuindo que a concepção da realização do homem enquanto realização só é possível no ocidente.

Relevância da Obra na realidade Moçambicana

Nos países multiculturais como Moçambique, exige a responsabilidade dos seus cidadãos com vista a instaurar a temática de reconhecimento social de modo a observar as particularidades que possam desembocar na dominação cultural entre os moçambicanos.

Os estudos pós-coloniais em Moçambique são relevante na actualidade não só pelo contexto histórico vivido, mas também pela realidade que se vive hoje no sistema político enquanto ideologia vigorante, por conseguinte, assistimos no nosso pais à manifestação da sociedade civil contra a implementação do projecto pro-savana, que visa alienar as terras férteis nacionais para a modernidade agrícola europeia, dela tirando mais privilégios, facto que se invoca como neo-colonização que encontra o seu sustentáculo na comunicação deficiente no âmbito da implementação de vários projectos.

Na recensão, compreendemos que a filosofia da libertação deve ser encarada como imperativo nos nossos dias pelo facto de compreender e dar-se a missão de interpretar o nosso mundo à luz das misérias humanas. Em nosso entender, a filosofia da libertação é uma busca da justiça de forma filosófica e pacífica, por um lado, temos a criticar Dussel pelo facto de pretender universalizar a história sem que tenha universalizado a tradição[6], condição necessária para o reconhecimento.

Aspectos Negativos

A obra tem como aspectos negativos a estrutura dos conteúdos pois não permitem dar um seguimento ao leitor, fazendo-se cada parte como um fim em si mesmo, todavia, apesar de ter uma literatura estrategicamente dada, é necessário que haja maior consolidação

A Obra tem como aspectos negativos a colocação de problemas que o descobrimento do outro mundo criou dando críticas contínuas, não colocando à disposição elementos e instrumentos teóricos que deviam ser observados no âmbito da criação do sistema-mundo, após a dominação colonial.

Conclusão

A obra em recensão, desenvolvida por Enrique Dussel é uma referência filosófica para a estabilidade na ordem mundial vigorante, é uma filosofia de carácter político – ético

[6] O conceito tradição tem significados diferentes do ponto de vista pragmático, ela varia de tempo em tempo visto que para Europa a ciência e a técnica significa tradição (cultura), o mesmo não se pode dizer para Ásia, África, américa-latina.

humanitário com vista a estabelecer um contexto de reconhecimento na sociedade, é uma nova forma de pensar as relações humanas no nosso seio. Com o conhecimento da realidade periférica, como excluído, pretende desembocar em uma experiencia de modo a encontrar o enquadramento filosófico de uma experiência da miséria, da pobreza reinventando a comunicação intercultural no contexto prático.

Dussel estabelece uma filosofia que se preocupa com a justiça e luta pelo seu estabelecimento, é uma justiça que toma o outro não apenas em sua condição de oprimido dotando-lhe de ferramentas para se opor ao opressor, mas sim, que se estabelece fora do sistema mundo caracterizado pela transmodernidade, facto que determina a necessidade de reparar o outro como uno, ser metafísico e que ao exercer qualquer acção dolorosa sai do uno para o mesmo uno diversificado do ambiente social e no contexto económico. Assim, no âmbito da comunicação intercultural, assente nos estudos pós-coloniais, coloca uma dimensão da necessidade de reconfigurar a comunicação estratégica para o reconhecimento.

Referências Bibliográficas

Dussel, E. (1995). *A Filosofia da Libertação: Critica a ideologia da exclusão*. Edições Paulus, S. Paulo, Brasil.

Dussel, E. (1993). *1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade*. Conferências de Frankfurt. Vozes Editora, Petrópolis.

Honneth, A. (2003). *A Luta pelo Reconhecimento*. Editora 30, São Paulo, Brasil.

Huntington, S. P. (1968). *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Objectiva editora, Yale.

Lawin, C. (2005). *Compreender Gadammer*. Vozes Editora, São Paulo, Brasil.

CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.
2. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas, notas de pé de páginas incluídas.
3. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
4. O envio de artigo deverá ser acompanhado por um abstract no idioma original do artigo e em inglês e no mínimo com três palavras-chave.
5. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço.
6. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o PC.
7. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos e filiação institucional.
8. A redacção da revista reserva o direito de publicar ou não.
9. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos.
10. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
11. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas devem ser numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita utilizando a norma clássica para as Ciências Sociais e Humanas e Vancouver ou AMA para as Ciências de Saúde.
12. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.

LIVROS ELECTRÓNICOS:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do Director nos prazos indicados.

2. A Direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.

3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.